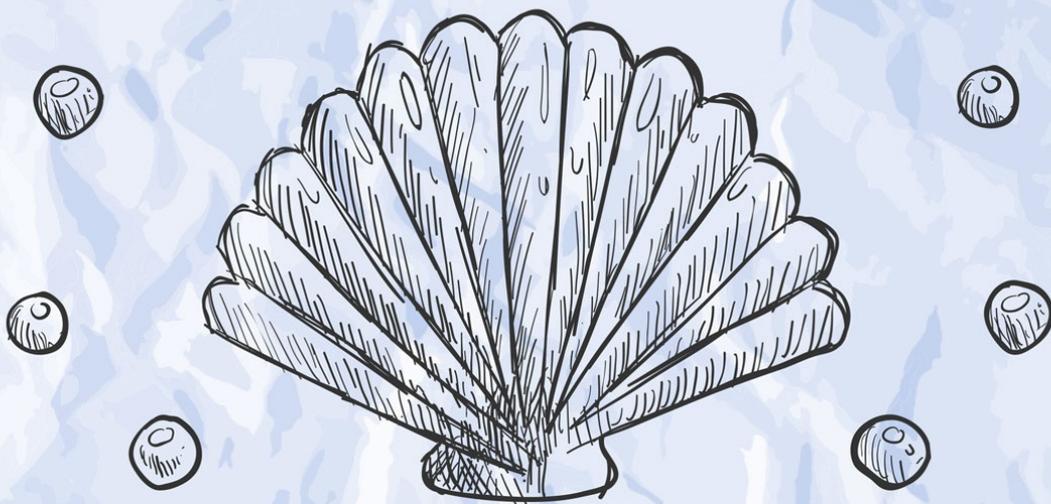


HISTÓRIAS E PRÉ-HISTÓRIAS DA **BAIXADA SANTISTA**

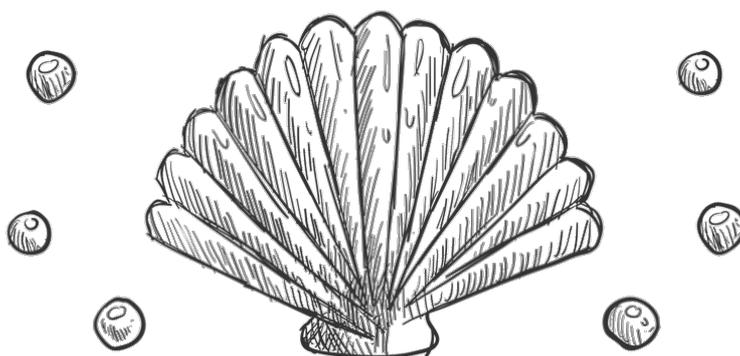
DOS HOMENS DOS SAMBAQUIS ATÉ HOJE



 neotropica
multimedia®

HISTÓRIAS E
PRÉ-HISTÓRIAS DA
**BAIXADA
SANTISTA**

DOS HOMENS DOS SAMBAQUIS ATÉ HOJE



 neotropica
multimedia®

HISTÓRIAS E PRÉ-HISTÓRIAS DA BAIXADA SANTISTA

DOS HOMENS DOS SAMBAQUIS ATÉ HOJE

Adaptação e redação

FERNANDO RIOS e MÔNICA CHENG

Consultoria, pesquisa e fotos

PROF. DR. MANOEL MATEUS GONZALEZ



NEOTROPICA MULTIMEDIA

SÃO PAULO, 2016

O conteúdo deste livro foi extraído principalmente das seguintes publicações:

**PROGRAMA DE ARQUEOLOGIA
GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO
SAMBAQUIS COSIPA / CUBATÃO /ESTADO DE SÃO PAULO
PROF. DR. MANOEL MATEUS BUENO GONZALEZ
USIMINAS
ARQUEOENVIRONMENT CONSULTORIA AMBIENTAL
SANTOS - 2015**

**O PORTO DE SANTOS: NAVEGANDO PELA HISTÓRIA
CRISTIANE LIMEIRA
EDITORA NEOTROPICA, SÃO PAULO, 2014**

TUBARÕES E RAIAS NA PRÉ-HISTÓRIA DO LITORAL DE SÃO PAULO
CONTEXTO ARQUEOLÓGICO - SAMBAQUIS LITORÂNEOS
CONTRIBUIÇÃO AO RELATÓRIO APRESENTADO PELO PROF. ANDRÉ PROUS
TESE DE DOUTORADO
PROF. DR. MANOEL MATEUS BUENO GONZALEZ

HISTÓRIAS E PRÉ-HISTÓRIAS DA BAIXADA SANTISTA

DOS HOMENS DOS SAMBAQUIS ATÉ HOJE

CRÉDITOS EDITORIAIS

@ 2016 Editora Neotropica

www.editoraneotropica.com.br

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a prévia autorização dos editores.

Todos os esforços foram feitos para localizar a origem e a autoria das imagens e textos aqui reproduzidos; a editora compromete-se a creditá-los, caso as fontes se manifestem.

PUBLISHER Sérgio Pompéia

COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO EXECUTIVA Gabriel Mayor

ADAPTAÇÃO E REDAÇÃO Fernando Rios e Mônica Cheng

PESQUISA, FOTOGRAFIAS E CONSULTORIA Professor Dr. Manoel Mateus Gonzalez

REVISÃO Flávia Portellada

ASSISTENTE DE PRODUÇÃO Natane Abreu

PROJETO GRÁFICO E FORMATAÇÃO Konsept design & projetos

Produção



Apoio



Realização



Sumário

INTRODUÇÃO

Honrando um compromisso

ESTUDAR E CONHECER O HOMEM

Ah, os seres humanos e suas dúvidas...

Muitas ciências estudam o ser humano

Arqueologia da Paisagem

UM BELO TRABALHO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES

Patrimônio Arqueológico de Piaçaguera e Casqueirinho

PRÉ-HISTÓRIA DA BAIXADA SANTISTA

Tudo começou há oito mil anos

Os sambaquis e seus habitantes

Sambaqui de Piaçaguera - o homem continental

A HISTÓRIA DE SANTOS

E chegaram nossos ancestrais portugueses

Colonização

A primeira tentativa de dominação

O cenário internacional do final do século XVIII

A formação da agricultura cafeeira e a Independência do Brasil

O Porto de Santos e suas repercussões na cidade

A República Velha

O Brasil depois do café

A indústria automobilística nacional

O mundo no final do milênio: a globalização

POSFÁCIO

Um registro e uma homenagem

Índice de Imagens

ESTUDAR E CONHECER O HOMEM

Imagem 1 - Caieira

Imagem 2- Baixada Santista

Imagem 3 - Lisboa

Imagem 4 - Caieira

UM BELO TRABALHO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES

Imagem 1 - Morro da Tapera

Imagem 2 - Casqueirinho

Imagem 3 - Aérea da Baixada Santista

Imagem 4 - Cubatão

Imagem 5 - Canal de Piaçaguera

Imagem 6 - Morro do Casqueirinho

Imagem 7 - Casqueirinho

Imagem 8 - Sítio arqueológico

Imagem 9 - Recomposição virtual dos estratos arqueológicos

Imagem 10 - Caieira

PRÉ-HISTÓRIA DA BAIXADA SANTISTA

Imagem 1 - Baixada Santista

Imagem 2 - Baixada Santista

Imagem 3 - Sambaqui

Imagem 4 - Concha de sambaqui

Imagem 5 - Sambaqui do Casqueirinho

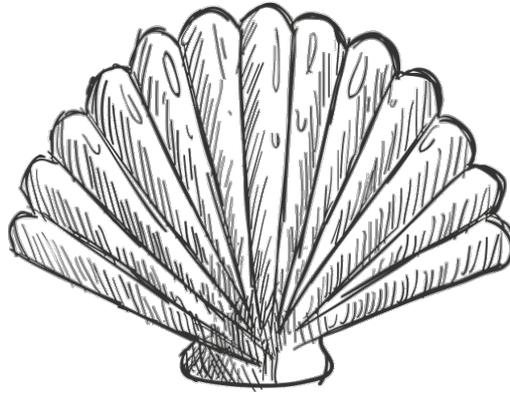
Imagem 6 - Perfil do Sambaqui do Casqueirinho

Imagem 7 - Baixada Santista em sua relação do mar com a montanha

Imagem 8 - Vista em perspectiva

Imagem 9 - Mapa de Benedito Calixto reproduzindo o Lagamar de Santos (1895)

INTRODUÇÃO



Honrando um compromisso

Este livro diz respeito a um compromisso cultural, educacional e socioambiental. Um compromisso com a sustentabilidade, com o meio ambiente, com a produção e divulgação de conhecimento. E com a valorização do passado da humanidade, com o passado dos brasileiros, dos paulistas e dos santistas. Este é o compromisso da USIMINAS, retratado neste livro: registrar, manter e divulgar um legado pré-histórico e histórico para as gerações atuais e futuras.

Este é um compromisso com a preservação de um patrimônio arqueológico, como uma informação importante para que possamos conhecer e entender o processo humanitário que nos trouxe até onde estamos.

É uma pequena contribuição a tudo isso. Pequena porém extremamente significativa, pois é por meio de exemplos como este que demonstramos como valorizamos o passado da humanidade e o patrimônio arqueológico que nos permite saber como eram nossos antepassados. E saber o que temos a ver com eles.

Assim, talvez possamos conhecer um pouco melhor a nós mesmos. E, ao nos conhecermos melhor, realizarmos ações que contribuam para a existência de um mundo melhor.

A preocupação da empresa — antes Cosipa, agora Usiminas — com os registros arqueológicos vem desde o princípio das obras da usina, no final da década de 1950 e início de 1960. Nessa época iniciou-se a pesquisa no sambaqui de Piaçaguera, identificado durante as obras de terraplenagem, que começaram em 1958.

Mas o que são sambaquis? Por que e para que estudá-los?

Ao recorrer a um especialista, o professor Manoel Gonzalez, biólogo, arqueólogo e etnólogo, obtemos a seguinte explicação:

Entre oito mil anos atrás e o primeiro milênio da era cristã, o litoral brasileiro — inclusive o segmento paulista, nesse caso representado pela Baixada Santista e litoral norte — foi intensamente povoado [...] por povos indígenas seminômades, bastante adaptados ao meio ambiente e portadores de eficiente tecnologia para a confecção de instrumentos que utilizavam na caça e na pesca.

Respeitavam os mortos, que eram enterrados em locais específicos com vários acompanhamentos funerários. Não conheciam a técnica do fabrico da cerâmica, da domesticação de animais e da agricultura, embora muitos indícios levem a crer que usassem embarcações para navegação costeira.

Esses grupos deixaram profundas marcas de seus assentamentos no litoral — os sambaquis — sítios arqueológicos formados por depósitos artificiais de conchas[...]. Os sambaquis se apresentam como colinas que podem atingir, em alguns casos, altura de até 20 metros. O que diferencia os sambaquis dos concheiros naturais (depósitos de conchas) [...] é a presença de sepultamentos, vestígios de fogueiras, restos de animais (dentes e ossos) e instrumentos (pontas de flechas e arpões) confeccionados pelos grupos sambaquieiros. **Nota 1**

A pesquisa no sambaqui de Piaçaguera se constituiu num importantíssimo salvamento arqueológico, pois o sítio, que se encontrava em plena área industrial, foi isolado, escavado cientificamente e estudado, evitando-se a sua destruição.

Os resultados são surpreendentes. Esse trabalho tornou-se um dos mais significativos resgates arqueológicos do país e um exemplo de parceria de uma empresa com instituições universitárias de ensino. E, ao ser preservado, está à disposição da comunidade científica e da sociedade para conhecimento e realização de estudos.

Na época, juntaram-se a Cosipa o Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo e o Museu do Homem, de Paris, para a concretização de um trabalho pioneiro. Os resultados são apresentados neste livro.

No decorrer dos anos 1980, a pesquisa nos sambaquis da Baixada Santista se intensificou, com a execução de um amplo programa interdisciplinar com escopo centrado na recuperação e preservação do patrimônio ambiental e cultural, pondo fim ao período da pesquisa arqueológica isolada.

Ilha do Casqueirinho

Como fruto do programa interdisciplinar instaurado nos anos 1980, foram descobertos sítios arqueológicos na área denominada Ilha do Casqueirinho que guarda, pelo menos, sete importantes espaços, identificados e localizados na margem do canal de Piaçaguera:

- os sambaquis pré-históricos # 1, # 2, # 3, # 4 e # 5;
- uma Caieira do século XVII, fábrica de cal que utilizava conchas marinhas como matéria-prima;
- um porto que explorava comercialmente o sambaqui #1.

Essa cal foi muito utilizada nas construções coloniais santistas.

A empresa celebrou, então, um convênio com o Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo - IPH-USP. Os vestígios arqueológicos recolhidos e estudados ficaram sob a tutela da universidade, e hoje estão sob a guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE-USP.

O estudo do patrimônio arqueológico situado no eixo do canal de Piaçaguera, na Ilha do Casqueirinho, reveste-se de grande importância no que se refere à gestão e preservação de um dos mais importantes locais de interesse histórico e arqueológico do Estado de São Paulo. É a garantia de que a preservação dos sambaquis será mantida.

Por este motivo, na oportunidade dos estudos para o licenciamento da dragagem do canal de Piaçaguera, o conjunto — formado pelos sambaquis, a caieira e o porto —, foi objeto de um programa de preservação para evitar quaisquer danos decorrentes dos procedimentos de engenharia. É o **“Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico da Ilha do Casqueirinho”**.

O **“Programa”**, com a finalidade de assegurar a preservação do patrimônio ali existente, foi concluído com sucesso. Assim, reiterando seu propósito de ser uma empresa privada atenta ao meio ambiente, à preservação patrimonial e ao desenvolvimento sustentável, em benefício da geração atual e futura, a Usiminas contribui para a manutenção e valorização do patrimônio arqueológico inserido no seu polo industrial paulista, promovendo ações de divulgação das pesquisas voltadas à preservação dos sambaquis, da caieira e do porto.

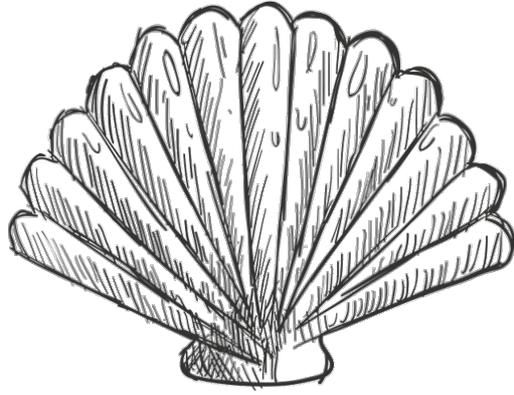
Este livro é uma das ações voltadas para a preservação e comunicação de um patrimônio da humanidade e tem por finalidade transmitir o conhecimento sobre culturas ancestrais, mostrar as respectivas áreas e os diferentes profissionais envolvidos no processo e as complexas técnicas utilizadas para a realização de atividades de estudo e pesquisa sobre pré-história.

É um legado que a Usiminas coloca à disposição da sociedade, disseminando conhecimento adquirido e realizando uma ação de educação patrimonial, tanto para seus empregados quanto para a comunidade.

Ao mesmo tempo, presta uma homenagem à comunidade da Baixada Santista, resumindo uma história que merece ser conhecida: o papel da região, sobretudo de Santos, na formação econômica da cidade e do Estado de São Paulo.

Nota 1 MANOEL GONZALEZ. *Rei dos mares, Deus na terra*. Cenários da pré-história brasileira. Editora Comunicar, Santos, SP, 2009, p. 89.

ESTUDAR E CONHECER O HOMEM



Ah, os seres humanos e suas dúvidas...

Nós, seres humanos, desde que existimos como tal, fazemos algumas perguntas que a cada época são respondidas de maneira diferente, tanto do ponto de vista científico quanto religioso.

É muito provável que você já tenha feito estes questionamentos.

- De onde viemos?
- Como chegamos até aqui?
- Para onde vamos?
- Por que somos todos seres humanos e nos apresentamos de modos tão diferentes nos vários lugares do mundo?

As primeiras respostas registradas vieram por meio dos mitos e das religiões.

O Egito tinha um sem-número de deuses e entidades religiosas. Fala-se em milhares. Alguns mitos egípcios explicavam o surgimento do mundo da seguinte maneira:

[...] no início nada existia, a não ser um imenso vazio conhecido por **Nun**, o grande oceano primitivo que um dia seria chamado de “Nilo”, [...] **ao redor deste oceano reinavam o silêncio, as trevas, o caos sem fim**. Porém, de forma misteriosa o oceano começa a se movimentar, despertando de seu sono profundo. Acontece que **Nun** é assolado por negras tempestades, que fazem suas águas se agitarem de forma intensa, e de dentro do oceano começa a surgir um pedaço de terra, uma ilha conhecida como monte da criação.

Surge então uma flor de lótus no meio desta ilha, e de dentro da flor surge o deus solar Rá, que ao abrir os olhos inundou o mundo com sua luz radiante, contemplando o imenso vazio que ainda deveria ser totalmente criado. De seus olhos escorre **uma lágrima que penetrou na terra e de onde surgirá mais tarde a humanidade**. Depois disto, **Rá** fechará os olhos e começará a criar os deuses para lhe fazerem companhia. Surgem então **Tefnut**, deusa da água, **Shu**, deus do ar, que vão habitar o firmamento, e da união destes, surgem **Geb**, deus da terra, e **Nut**, deusa do firmamento.

Em seguida, vão surgir os deuses da primeira geração que serão aqueles que vão habitar a sagrada terra do Egito. São eles as deusas **Isis** e **Néftis**, os deuses **Osiris** e **Seth**. Sendo **Osiris** o primogênito e aquele que veio ao mundo para cumprir o ciclo de vida e morte. Será também ele o grande deus que ensinará aos homens as artes da agricultura e do culto, pois os homens ainda estavam envoltos em sua forma mais bárbara e primitiva de vida, espalhando assim a civilização pelo mundo. Ele também é o primeiro deus a possuir forma humana e reinar sobre as criaturas. Ao seu lado está Isis, sua irmã e esposa. Juntos vão reinar nas terras em torno do Rio Nilo e aos poucos farão com que o povo prospere. **Nota 1**

Os gregos da antiguidade também tinham os seus deuses e suas explicações para o começo do mundo:

[...] os gregos não acreditavam que o universo tivesse sido criado pelos deuses. Ao contrário, eles acreditavam que o universo criara os deuses. Antes de mais nada, existiam o Céu e a Terra, que geraram os Titãs, também chamados de deuses antigos. O mais importante deles foi Cronos (ou Saturno, para os romanos), que reinou sobre todos os outros. No entanto, o Destino — uma entidade à qual os próprios deuses estavam submetidos — determinara que Cronos seria destronado por um de seus filhos. Por isso, mal eles saíam do ventre materno, Cronos os devorava.

Réia, sua mulher, resolveu salvar seu último filho, escondendo-o do marido. Este filho, Zeus, cumpriu a profecia, destronou Cronos e retirou de seu estômago todos os irmãos que haviam sido devorados. Com eles, Zeus passou a reinar sobre o mundo, de seu palácio no topo do monte Olimpo. A corte de Zeus era formada por outros onze deuses, seus irmãos, sua esposa e seus filhos[...]. **Nota 2**

As religiões propõem suas respostas. A Bíblia, por exemplo, livro sagrado tanto para cristãos quanto para judeus (estes, porém, adotam apenas o Velho Testamento), fala de um paraíso no qual Deus colocou um homem e uma mulher que procriaram e deram origem a todos nós.

A palavra dos cientistas

Alguns cientistas propõem que a espécie humana surgiu na África há cerca de dois milhões de anos, migrou para outros locais do mundo e foi se transformando e se adaptando a cada região da terra, tanto cultural quanto fisicamente.

Outros estudiosos acreditam que o ser humano se desenvolveu na África há cerca de 200 mil anos e caminhou para as demais regiões da Terra, adquirindo características particulares

em cada parte do mundo, sobretudo em função dos problemas que enfrentaram para sobreviver. Há indícios de que o clima e as possibilidades de alimentação desempenharam um papel importante nas transformações sofridas pela espécie humana.

Mas todos concordam com um fato: o ser humano é originário da África. Lá surgiram os primeiros hominídeos que, ao se fixarem no território africano ou migrarem para outras regiões, deram origem aos seres de hoje.

Para muitos religiosos, essa foi uma ação divina. Para os não religiosos, isso foi uma ação, naquela época, da ainda incipiente condição humana. Foram necessários alguns milhares de anos para que o ser humano, chamado *Homo sapiens*, isso que somos hoje, surgisse.

Veja os muitos nomes do *Homo*, até ele ser *Sapiens*, e suas idades:

- **Homohabilis** - Viveu há cerca de 2,4 milhões a 1,8 milhão de anos.
- **H. erectus** - Viveu há cerca de 1,8 milhão de anos.
- **H. ergaster** - Viveu há cerca de 1,8 a 1,25 milhão de anos.
- **H. heidelbergensis** - Viveu há cerca de 800 a 300 mil anos.
- **H. floresiensis** - Viveu há cerca de 12 mil anos.
- **H. neanderthalensis** - Viveu entre 250 e 30 mil anos atrás.
- **Homo sapiens** - Surgiu há cerca de 200 mil anos.

AS MUDANÇAS DO SER HUMANO

IMAGEM DE REFERÊNCIA

FONTE: PROF. CLAUDIA TEODORO - BLOGSPOT
CAPÍTULO 5: A PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA



VÍDEOS DE REFERÊNCIA

EVOLUÇÃO HUMANA / ATLAS VIRTUAL DA PRÉ-HISTÓRIA



A EVOLUÇÃO HUMANA / DISCOVERY CHANNEL



OS CAMINHOS DO SER HUMANO NO MUNDO

Aqui, prováveis caminhos percorridos pelo ser humano na Terra.

IMAGEM DE REFERÊNCIA

FONTE: OI JOICE / 21 DE FEVEREIRO DE 2012
6º ANO - AULA 3: "PRÉ-HISTÓRIA: ÁFRICA E AMÉRICA"



VÍDEO DE REFERÊNCIA

CÓMO EL SER HUMANO SE AVENTURÓ FUERA DE ÁFRICA



Desde sempre, queremos saber sobre nossos ancestrais

Por que, em todas as épocas, nos preocupamos com nossa origem, buscamos respostas para aquelas perguntas?

Por que elas nos angustiam e necessitamos respondê-las?

Certamente porque precisamos dar um sentido às nossas vidas.

E que sentido podemos dar às nossas vidas se não sabemos nossa origem?

Assim, vamos aos mitos, às religiões e à ciência. Contudo, algumas pessoas, seguramente poucas, não estão preocupadas com isso. Mas a grande maioria não apenas está preocupada como precisa encontrar respostas.

Fora dos mitos e das religiões, temos a ciência. Muitas pessoas conseguem encaixar suas crenças religiosas nas informações científicas.

Recorremos às ciências que estudam o ser humano para compreender como são elaboradas as respostas para esses tipos de dúvidas. Para responder cientificamente a essas perguntas, foram criadas áreas de conhecimento que, em conjunto, estudam as nossas origens. Inclusive, as origens do ser humano brasileiro, de nossos ancestrais longínquos ou mais recentes, da época do descobrimento. Nós estudamos porque queremos saber, queremos compreender a nossa complexa humanidade.

São muitos os campos do conhecimento que estudam o ser humano, do ponto de vista de sua existência na Terra e do que ele faz para transformar a natureza.

O ser humano é um animal, mas não um animal como qualquer outro. Leões têm sido leões, abelhas têm sido abelhas, pássaros têm sido pássaros.

Seres humanos têm sido seres humanos, mas há uma grande diferença: desde o seu surgimento na Terra, eles, os seres humanos, ou melhor, nós, alteramos a natureza ao nosso redor. Além disso, criamos cultura, aperfeiçoamos e transmitimos conhecimento — arte, ciência, tecnologia — de geração em geração.

Leões não aprendem a ser leões; abelhas não aprendem a ser abelhas; pássaros não aprendem a ser pássaros. Todas as espécies nascem e vivem de um jeito próprio, naturalmente.

Nós, seres humanos, aprendemos a construir uma humanidade cada dia mais diferente, que transformamos seguidamente através dos tempos.

E como sabemos como tem sido a nossa existência?

Depois que surgiu a escrita, ficou muito mais fácil. Somos a única espécie que registra sua história. Isso mesmo, a História. Aliás, temos a História porque temos registros que transmitimos uns aos outros. Temos um passado que conhecemos.

Elefantes, dizem, têm boa memória. Mas nunca vimos elefantes contarem histórias. Nem jacarés, nem águias ou corujas.

Há algo bastante interessante sobre nossa história: já pensou quantas pessoas existiram antes para que você pudesse estar vivo, desde o surgimento do ser humano na África?

E isso nos remete a algo fascinante: somos todos afrodescendentes. Japoneses, chineses, nórdicos, franceses, árabes, norte-americanos. Somos todos afrodescendentes. Começamos nossa existência na África.

E a maioria de nós, brasileiros, traz essa descendência ainda mais diretamente, pois temos uma ancestralidade que foi desenhada também pela presença do escravo africano. Nossa “africanidade” recente está no sangue de milhões de brasileiros.

Tudo isso nos ajuda a entender o mundo atual, nosso país, nossa sociedade e cada um de nós.

Ciências que estudam o ser humano antes da escrita

Voltando à nossa questão científica, que conhecimentos nos ajudam a investigar o ser humano antes da existência da escrita? E como combinamos esses conhecimentos para chegar a conclusões e obter respostas?

São áreas de conhecimento bastante especializadas e sobre as quais muitas pessoas sequer ouviram falar. E mais: tem havido uma crescente demanda por profissionais dessas áreas. Elas costumam oferecer boas oportunidades de emprego, de estudo e de viagens dentro e fora do Brasil.

Vamos listar algumas delas:

- **Arqueologia**
Arqueobotânica, Arqueologia Histórica, Arqueologia pública, Arqueologia Pré-histórica, Arqueologia Subaquática, Arqueologia Ambiental, Arqueologia da Paisagem, Bioarqueologia, Geoarqueologia, Zooarqueologia.
- **Etnologia, Etnografia, Etnobiologia.**
- **Paleontologia, Paleografia.**
- **Fisiologia, Fisiografia.**
- **Zoologia.**
- **Antropologia**
Bioantropologia, Antropologia da Alimentação, Antropologia do Corpo, Antropologia Cultural, Antropologia Linguística, Antropologia Física, Antropologia do Parentesco, Antropologia da Religião, Antropologia da Saúde.

Você já conhecia essas áreas? O que você sabe a respeito desses campos de conhecimento?

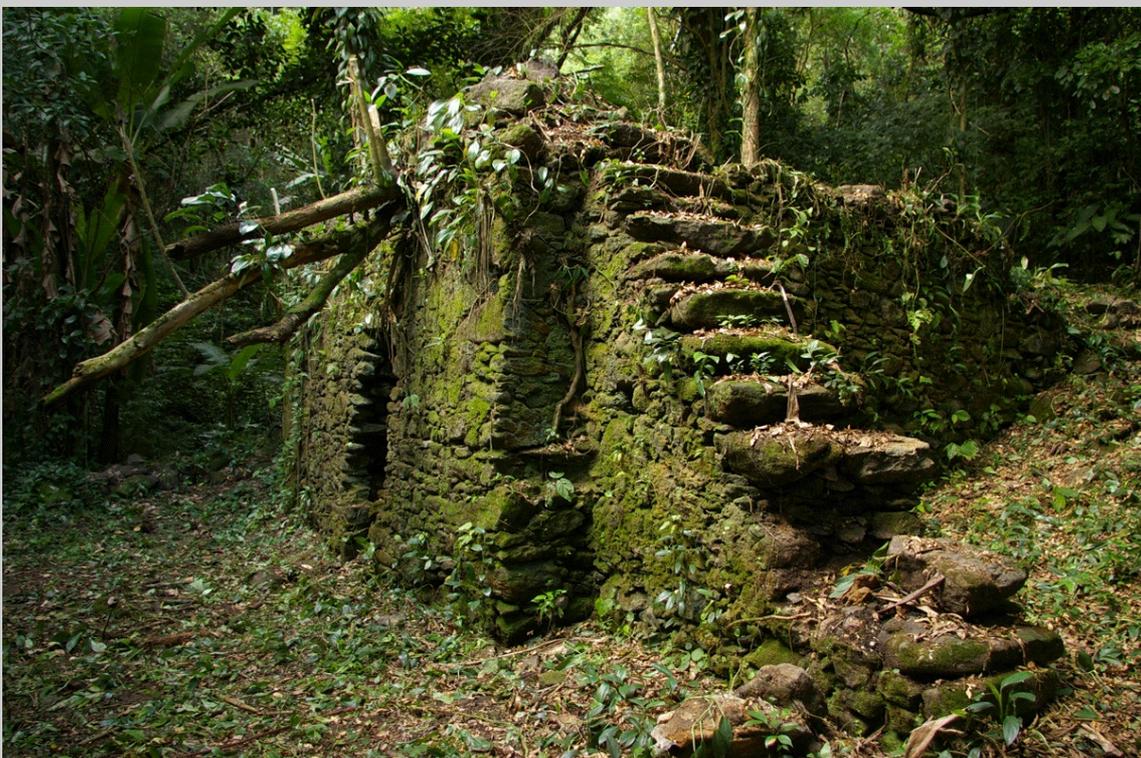
Muitas ciências estudam o ser humano

O ser humano é insaciável no seu desejo de aprender. E à medida que aprende, tem necessidade de novos aprendizados. Assim, ele vai criando conhecimento e se especializando cada vez mais. Vimos no capítulo anterior uma lista de áreas de conhecimento que estudam o passado da humanidade, tanto com relação à pré-história quanto à história. Vamos conversar um pouco sobre elas.

A **Arqueologia** tem várias especializações. Mas você sabe exatamente o que é Arqueologia?

O arqueólogo estuda as sociedades e culturas humanas por meio de objetos fabricados e utilizados no passado. Com conhecimento de história, ele observa marcas deixadas num território e, assim, compreende como ele foi ocupado. Com isso, traça hipóteses e teorias sobre a evolução das sociedades. Pode trabalhar em centros de pesquisa, universidades, e também como consultor na elaboração de relatórios de sítios arqueológicos, antes da construção de grandes empreendimentos, como hidrelétricas, rodovias ou indústrias. **Nota 3**

A Arqueologia estuda tanto a Pré-História quanto a História.



Um exemplo de Arqueologia Histórica: imagem da Caieira, fábrica de cal existente na época do Brasil Colônia, século XVII, na Ilha do Casqueirinho, em Cubatão, Estado de São Paulo. Foto de Manoel Gonzalez.

E veja que as especialidades dizem respeito a áreas específicas. O arqueólogo que se especializa no estudo de plantas trabalha com Arqueobotânica.

A **Arqueobotânica** é definida como o estudo de restos vegetais encontrados em sítios arqueológicos. Podemos determinar o que os grupos pré-históricos comiam e, a partir daí, como eles se movimentaram nos continentes.

A **Arqueologia Ambiental** trata das relações entre o homem e o meio ambiente, da reconstrução paleoambiental (seus modos de vida), dos mecanismos de mudanças do ambiente, da cronologia e do clima.

Arqueologia da Paisagem é uma metodologia bem específica voltada às estratégias de identificação, análise e preservação de locais pré-históricos. A professora Laina da Costa Honorato define:

A Arqueologia da Paisagem é uma metodologia de pesquisa que considera não apenas os artefatos arqueológicos encontrados nos sítios, mas também todo um contexto ambiental, utilizando os geoindicadores arqueológicos que podem fornecer uma série de informações e de evidências sobre as ocupações pré-históricas.

Geoindicadores são dados do meio físico e biótico que possuem relevância para os sistemas regionais de povoamento e indicam locais de assentamentos antigos. Esses indicadores estão presentes na paisagem e são analisados como complementos fundamentais para o entendimento dos artefatos encontrados em sítios arqueológicos.

Na Arqueologia da Paisagem, a análise se inicia na própria descoberta do sítio arqueológico, na qual são empregadas as geotecnologias, tanto na localização de uma ocupação pré-histórica quanto no decorrer das pesquisas nelas desenvolvidas. Ao se localizar e delimitar a área de estudo, temos os artefatos arqueológicos, o solo e o ambiente antropizado. **Nota 4**

O ambiente antropizado é aquele ocupado pelo ser humano.



Santos, Baixada Santista: ambiente completamente antropizado. Foto de Gabriel Mayor.



Lisboa, Baixo Chiado. Foto de Gabriel Mayor.

A **Bioantropologia** pode ser definida como o estudo das populações humanas, seu surgimento, evolução, dispersão e doenças.

A **Zooarqueologia** se ocupa do estudo dos restos animais provenientes de sítios arqueológicos. Um dos objetivos desta ciência é entender a relação entre os seres humanos e o ambiente, especialmente entre humanos e outras populações animais.

Os sítios arqueológicos revelam grande diversidade de artefatos, fornecendo indícios que auxiliam os arqueólogos a compreender o passado.

Juntamente com os artefatos em pedra e cerâmica, podemos encontrar os elementos da fauna. Os principais elementos faunísticos recuperados desses sítios consistem geralmente em partes duras de animais, tais como ossos, dentes, placas ósseas etc. As partes moles, como músculo, cartilagem, pelo e penas, deterioram rapidamente, sendo dificilmente preservadas.

O estudo da fauna é amplamente trabalhado por indivíduos que possuem um grande interesse biológico. Muitos desses estudos são altamente descritivos, traçando futuras direções para a Zooarqueologia. Uma dessas linhas está ligada à associação histórica entre os seres humanos e as mudanças ambientais.

Etnologia e **Etnografia** dizem respeito ao estudo de fatos, utensílios, vestimentas, moradias existentes em tribos indígenas ou mesmo sítios arqueológicos. **Etnobiologia** aborda o conhecimento que as tribos acumularam em relação à natureza. Por exemplo: que remédios são elaborados a partir da flora? Como é feito o cultivo de plantas para a produção de alimentos?

A **Paleontologia** estuda seres da antiguidade por meio de fósseis e outros materiais; a **Paleografia** se preocupa com o estudo de figuras, símbolos, sinais e escritas de povos antigos.

A **Antropologia** estuda a cultura humana e suas várias maneiras de ser transmitida de geração a geração. Tem um sem-número de especializações. A Bioantropologia, por exemplo, junta Biologia e Cultura.

Bioantropologia ou Antropologia Biológica — anteriormente chamada também de Antropologia Física —, investiga os processos evolutivos e adaptativos bioculturais e a relação com o ambiente natural desde os ancestrais primatas (primatologia), os hominíneos do passado (paleoantropologia) até as populações humanas contemporâneas (biologia humana), e auxilia nos estudos das bases biológicas e socioecológicas do comportamento humano no passado e no presente, contribuindo para a integração dos campos da antropologia e para a compreensão do fenômeno humano. Do ponto de vista aplicado, a Antropologia Biológica amplia os

espaços de atuação acadêmica para além dos limites do ensino e da pesquisa, contribuindo para o planejamento, desenvolvimento e implementação de políticas públicas relativas a um amplo leque de áreas, que vão desde questões de nutrição e determinantes sociais em saúde em populações vulneráveis, passando pela relação entre genética, ambiente e a emergência de doenças agudas e crônicas, questões de bioética até a Antropologia Forense, principalmente, embora não exclusivamente, com enfoque em povos e grupos sociais diferenciados. **Nota 5**

Pré-história e história

Nas áreas de estudo da pré-história e da história, ainda há muitos outros campos de trabalho. Por exemplo, os estudos dos sambaquis. Eles envolvem um grande número de especialistas. Desde paleontólogos e geólogos até biólogos e geógrafos.

Sambaquis é o principal tema deste livro. Mais especificamente, sambaquis de duas áreas do litoral paulista: de Piaçaguera, área dentro da usina siderúrgica da Usiminas, e da Ilha do Casqueirinho, ambos em Cubatão, município da Baixada Santista.

Na Ilha do Casqueirinho, como mencionado, foram encontrados também uma caieira do século XVII, uma fábrica de cal que utilizava conchas como matéria prima para a fabricação de cal, e um porto para o transporte do produto.

Esse sítio arqueológico tem informações que remetem tanto à pré-história quanto à história da Baixada Santista.

Mas o conteúdo desta publicação não se restringe a sambaquis. Ele mostra a importância do estudo de realidades passadas, pré-históricas e históricas, e revela como o ser humano transformou a paisagem da Baixada Santista. Tudo isso nos ajuda a compreender nossa atualidade, nosso presente, e nos permite fazer planos mais consistentes para o futuro.

Esta publicação nos coloca diante da pré-história e da história da Baixada Santista e do Estado de São Paulo.

Arqueologia da Paisagem

Conceitos e definições

De que maneira os especialistas estabelecem os limites físicos e territoriais, para seus estudos arqueológicos? Parece simples. Seria assim: olhamos, vemos alguma coisa que indica a presença do ser humano na natureza e, pronto, começamos a estudar?

Nada disso. Não é tão simples assim. Para definir os limites de um local, de determinado sítio arqueológico, para estudá-lo, precisamos de muitos especialistas.

Como vimos, a Arqueologia estuda os vestígios deixados pelos seres humanos ao longo de sua existência, tanto na pré-história quanto na história. E esses vestígios podem constituir pequenos locais, como paredes de cavernas, ou grandes cidades, como Atenas, na Grécia, ou Cairo, no Egito.

O importante, do ponto de vista da Arqueologia, é estudar algo que foi construído pelo ser humano. E como cada construção se encontra em um determinado local, numa determinada paisagem, em determinada época, foi criada uma metodologia para estudar esses espaços transformados pelo ser humano. É o que chamamos de Arqueologia da Paisagem.

Os estudos de Preservação do Patrimônio Arqueológico da Ilha do Casqueirinho utilizaram a metodologia da **Arqueologia da Paisagem**.

Para se chegar às definições de como determinado sítio arqueológico deve ser preservado, é necessário estudar com detalhes o local e todas as informações existentes, como por exemplo, utensílios, armas, esqueletos, rochas, fauna e flora.

É o que chamamos **Arqueologia Preventiva**. Ela vai contribuir para a elaboração de um programa de gestão, conservação e preservação de determinado local de importância arqueológica.

Arqueologia da Paisagem e Arqueologia Preventiva são campos complementares. A primeira define os limites de uma área, a partir de indicadores geográficos, físicos, botânicos, geológicos, culturais. A segunda define modos de conservação e preservação.

Mais três palavrinhas são muito utilizadas nesses estudos: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Multidisciplinaridade significa a reunião de vários campos do conhecimento para a realização de algum estudo.

Interdisciplinaridade é a escolha das áreas de conhecimento a serem utilizadas.

E transdisciplinaridade é a utilização do conhecimento de cada área ou campo de conhecimento, sobre determinado assunto, para elaborar relatórios e conclusões.

O trabalho

Tudo o que existe em determinado sítio arqueológico é chamado de **arqueoinformação**. Tanto informações arqueológicas como materiais fabricados ou modificados pelo ser humano, além de informações geológicas e geográficas.

O conjunto das informações, ou arqueoinformações, de um determinado local, é denominado **patrimônio arqueológico**. Quando falamos em patrimônio cultural, estamos falando de memória, de descrição de fatos, instrumentos ou utensílios. O conjunto de materiais e o espaço onde eles se encontram são chamados de patrimônio arqueológico.

Qualquer mudança na paisagem feita pelo ser humano, seja ela grande ou pequena, tem importância para o patrimônio arqueológico. Essa transformação da paisagem pelo ser humano é denominada "artificialização progressiva do meio". É quando uma floresta é derrubada para se criar uma cidade. Estudar essas mudanças ocorridas ao longo do tempo é fundamental para se entender como as áreas urbanas se formaram.

Tais estudos nos revelam diversas coisas. Existem muitos costumes ancestrais de povos indígenas presentes no nosso dia a dia e sequer nos damos conta. É o caso, por exemplo, do

costume de comer mandioca — um alimento que esteve presente em todas as tribos indígenas do Brasil.

Imagine quantos seres humanos, antes de nós, morreram experimentando plantas perigosas. Foi um longo aprendizado que nos ensinou a cultivar e a comer alimentos como alface, cebola, tomate, batata e milho, entre outros.

Todo patrimônio arqueológico brasileiro é de propriedade do Estado, como consta na Constituição Federal e é protegido por legislação específica, a Lei Federal 3.924, de 27 de julho de 1961. Seu estudo é regulamentado e fiscalizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN. A solicitação de autorização ou permissão para estudos arqueológicos deve ser dirigida a esse órgão federal.

Integração de muitos conhecimentos

A **Arqueologia** também é um campo do conhecimento multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. É a disciplina central que estuda o patrimônio arqueológico, com o apoio de outros campos de conhecimento, tais como História, Geografia, Geologia, Antropologia, Arquitetura, Direito, além de vários segmentos das biociências e das ciências exatas.

O local onde a arqueologia realiza seus estudos é o **sítio arqueológico**.

Ele é a menor unidade de espaço passível de investigação, dotada de objetos e outras características produzidos ou rearranjados pelo ser humano que podem revelar como funcionava e como vivia aquele determinado grupo humano ou sociedade do passado.



Sítio arqueológico: Caieira, fábrica de cal existente na época do Brasil Colônia, século XVII, na Ilha do Casqueirinho, em Cubatão, Estado de São Paulo. Foto de Manoel Gonzalez.

Antes de classificarmos um sítio arqueológico, é preciso definir o local de estudos. Primeiramente, percebemos que há uma modificação da natureza por interferência humana. Este local é chamado de **ocorrência arqueológica**.

Uma ocorrência pode se constituir de um único objeto ou de uma quantidade ínfima de objetos aparentemente isolados ou desconexos encontrados em determinado local — machado de pedra, ponta de flecha, um pedaço de cerâmica, um pequeno trecho de alicerce etc. A ocorrência arqueológica poderá receber o nome de sítio a partir da posterior detecção de evidências adicionais que demonstrem a importância do local para a realização de uma pesquisa.

Um sítio só pode ser definido como tal após a sua verificação enquanto registro arqueológico. **Sítio de referência** é aquele que, por suas características geológicas, florísticas, faunísticas e culturais, permite que se faça uma descrição dos usos e costumes de determinado agrupamento humano.

Uma das maneiras de se saber a idade de determinado sítio arqueológico é o estudo dos **geoindicadores arqueológicos**. São informações extraídas do meio físico (mineraias) e bióticos (fauna e flora).

Assim, os geoindicadores arqueológicos revelam a época de determinado sítio e, algumas vezes, a sua transformação ao longo do tempo.

Estes são alguns possíveis geoindicadores:

- locais de cascalho e ou pedras que podem ser utilizados como matéria-prima para armas, como machado e facas de pedra;
- barreiros usados como matéria-prima para fabricação de objetos de cerâmica;
- estruturas de pedra ou barro que indicam a existência de moradias;
- locais onde há indícios de plantio de árvores ou cultivo de alimentos.

Nota 1 MITOLOGIA EGÍPCIA - COSMOGONIA - A CRIAÇÃO DO MUNDO / ESPIRAIS DO TEMPO
<http://www.espiraistempo.com.br/2012/06/mitologia-egipcia-cosmogonia-criacao-do.html> Acesso: 18/nov./2015, 21:00.

Nota 2 MITOLOGIA GREGA: OS MITOS GREGOS E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA OCIDENTAL /
<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/mitologia-grega-os-mitos-gregos-e-sua-influencia-na-cultura-ocidental.htm> Acesso: 18/nov./2015, 22:10.

Nota 3 GUIA DO ESTUDANTE / ARQUEOLOGIA

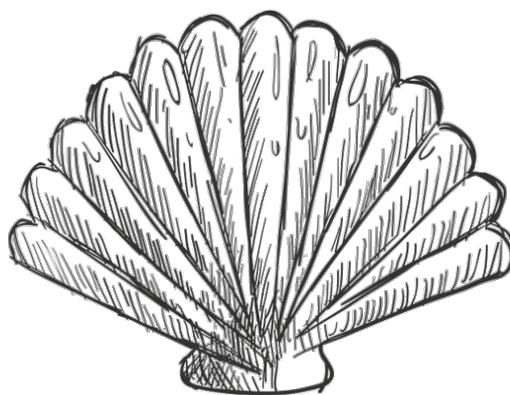
<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/ciencias-humanas-sociais/arqueologia-684245.shtml> Acesso: 16/nov./2015, 20:20.

Nota 4 ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM E GEOARQUEOLOGIA: EXPERIÊNCIAS EM PROJETOS DE PESQUISA / LAINA DA COSTA HONORATO / REVISTA TÓPOS / VOL. 3, N. 1 / JUNHO 2009 / P. 127/147 / FACULDADE ESTADUAL PAULISTA / FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA / CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2226/2039>

Nota 5 BLOG BIOANTROPOLOGIA NA AMAZÔNIA <http://bioantropologiaufpa.blogspot.com.br/2010/12/oque-e-bioantropologia-ou-antropologia.html> Acesso: 19/nov./2015, 16:10.

UM BELO TRABALHO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES



Patrimônio Arqueológico de Piaçaguera e Casqueirinho

Como são definidos os locais para estudos arqueológicos?

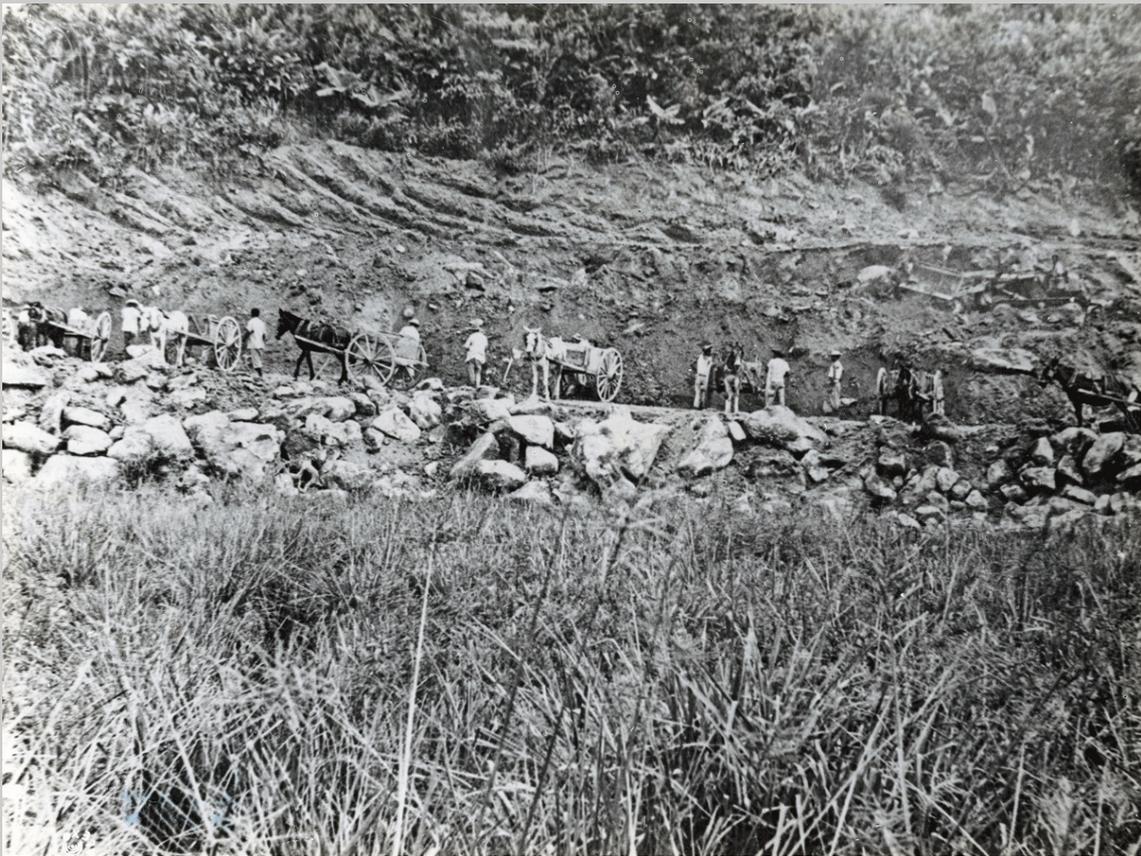
Nem sempre temos evidências aparentes. É comum a necessidade de se fazer escavações ou entrar em florestas fechadas para descobrir locais que podem ser estudados. Algumas vezes, a descoberta é feita por acaso, como aconteceu no sambaqui Piaçaguera, encontrado durante as escavações para a construção da Cosipa, atual Usiminas, em Cubatão, nos anos 1960.

Com a implantação do programa interdisciplinar instaurado nos anos 1980, foram desenvolvidos estudos, culminando na descoberta de sítios arqueológicos na Ilha do Casqueirinho.

Os estudos revelaram a existência de cinco áreas de sambaquis na Ilha do Casqueirinho, uma caieira do século XVII — fábrica de cal que utilizava conchas como matéria-prima — e um porto destinado a transportar o produto.

Sambaqui de Piaçaguera

As preocupações da Usiminas com a preservação da pré-história da Baixada Santista vêm de longa data, desde o início das obras de terraplenagem da usina, em 1958.



Obras na encosta do Morro da Tapera, durante a construção da usina siderúrgica, em meados da década de 1950. Foto do acervo da Usiminas.

Durante os trabalhos de terraplenagem da usina, que começaram em 1958, foi encontrado o sambaqui de Piaçaguera, com uma espessura de três metros. É um dos mais antigos encontrados no Brasil e tem aproximadamente 5 mil anos.

Com o sambaqui de Piaçaguera, iniciou-se um longo trabalho de pesquisa arqueológica que

se estendeu à Ilha do Casqueirinho.

Em 1972, foram iniciadas as explorações de outros sítios arqueológicos da área industrial da Cosipa, lideradas pelo professor André Prous, pesquisador do Musée de l'Homme.

Nos anos 1980, com as obras de ampliação do terminal portuário da antiga Cosipa, atual Usiminas, foram descobertos os sítios da Ilha do Casqueirinho — os sambaquis, a caieira e o porto —, e a empresa celebrou convênio com o Instituto de Pré-História - IPH-USP. Os vestígios arqueológicos recolhidos e estudados ficaram sob a responsabilidade da universidade e estão sob a guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE-USP.

No decorrer dos anos 1980, a pesquisa nos sambaquis da Baixada Santista se intensificou, com a execução de um amplo programa interdisciplinar centrado na recuperação e preservação do patrimônio ambiental e cultural, pondo fim ao período de pesquisa arqueológica isolada.

A empresa siderúrgica participou desse processo, não apenas financiando a pesquisa, mas colocando à disposição dos estudiosos seus sítios arqueológicos. Há um compromisso da organização com a preservação, o estudo e a difusão das informações arqueológicas existentes nesses espaços, tanto em Piaçaguera quanto na Ilha do Casqueirinho.

Os estudos arqueológicos desses espaços obedecem a uma metodologia específica e a um criterioso processo científico.

Metodologia científica

O que será detalhado adiante é o processo que consolida o **Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico da Ilha do Casqueirinho**.

O Programa realizado no sítio arqueológico da Ilha do Casqueirinho resgatou, ampliou, preservou e divulgou a arqueoinformação sobre os processos de povoamento pré-colonial da Baixada Santista, por meio dos materiais da cultura de pescadores-coletores pré-históricos, responsáveis pela construção dos sambaquis da Ilha do Casqueirinho, na orla do canal de Piaçaguera e sobre a caieira e o porto construídos na época colonial, século XVII.

Assim, o Programa promoveu as ações de educação patrimonial centrada no acervo cultural arqueológico, proporcionando à sociedade acesso a uma fonte de conhecimento que, sem essas iniciativas, ficaria oculta.

A educação patrimonial, neste caso, é um instrumento de difusão na sociedade dos conhecimentos adquiridos por meio da arqueologia. A interação entre os especialistas e o grande público garante o retorno do conhecimento às comunidades abrangidas pelo empreendimento.

A transmissão da arqueoinformação gerada pode ser feita por meio de ações culturais e educacionais de inclusão social, publicações dirigidas a públicos específicos, mostra itinerante modulada em painéis, kit de materiais arqueológicos e seminários temáticos, entre outros. No caso do acervo cultural da Ilha do Casqueirinho, foi elaborado este livro como peça de educação patrimonial.



Visita de funcionários da Usiminas ao Casqueirinho, em atividade de educação patrimonial.
Foto de Manoel Gonzalez.

Metodologia

A estratégia metodológica escolhida para o planejamento e desenvolvimento do Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico da Ilha do Casqueirinho teve como fundamento a

linha de pesquisa denominada **Arqueologia da Paisagem**.

Recordando o que dissemos anteriormente, a Arqueologia da Paisagem é um tipo de pesquisa que estuda o processo de mudança do ambiente natural pela ação do ser humano. Sua preocupação principal é a reconstrução dos espaços habitados pelos seres humanos, tendo como interesse principal a dispersão das populações pelas áreas ocupadas permanentemente pelo homem.

Por meio da Arqueologia da Paisagem, fica muito mais fácil elaborar planejamento, gestão e manejo do patrimônio arqueológico, que deve acontecer numa Unidade Geográfica de Gestão Patrimonial - UGGP.

A UGGP é o próprio município. Ele tem obrigação e deve ter competência para propor e executar políticas públicas locais de valorização do patrimônio cultural e ambiental, inclusive o arqueológico.

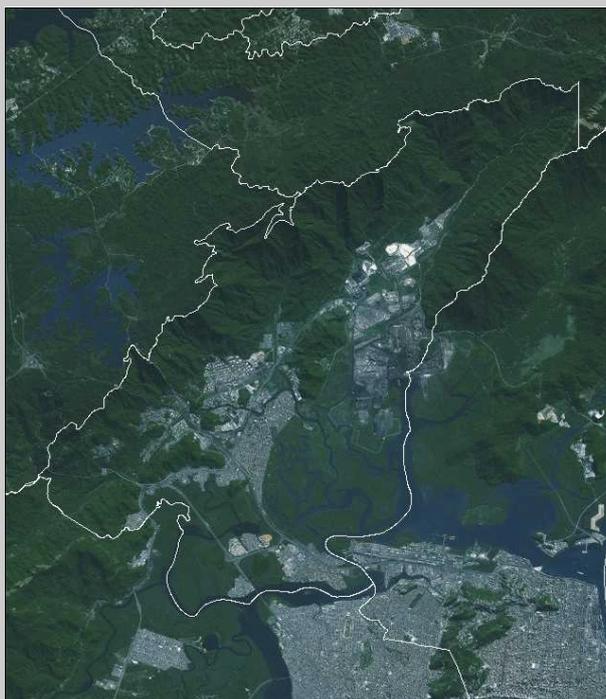
No caso do patrimônio arqueológico, cabe ao município proteger os sítios localizados em seu território em parceria com a União e com o Estado, realizando programas, projetos e ações de educação patrimonial e uso social dos sítios e locais de interesse para a arqueologia.

O município de Cubatão é considerado uma Unidade Geográfica de Gestão Patrimonial.

IMAGEM AÉREA DA BAIXADA SANTISTA



Baixada Santista. *Imagem do acervo da CPEA.*



Município de Cubatão. *Imagem do acervo da CPEA.*

Estágios da Arqueologia da Paisagem

Os estudos de Arqueologia da Paisagem se realizam em três estágios: básico, de avaliação e de manejo.

O **Estágio Básico** consiste na identificação do potencial arqueológico de determinado local, incluindo as partes da paisagem, as edificações e quaisquer construções de interesse para a arqueologia.

Quando se trata de Arqueologia Preventiva, o Estágio Básico é composto:

- pelo diagnóstico do potencial arqueológico de determinado espaço e seu entorno;
- pelo levantamento cadastral das construções de interesse histórico-arqueológico;
- pela definição dos impactos que determinada obra tem sobre o patrimônio arqueológico e
- pela proposta de programa de redução dos impactos sobre o patrimônio arqueológico.

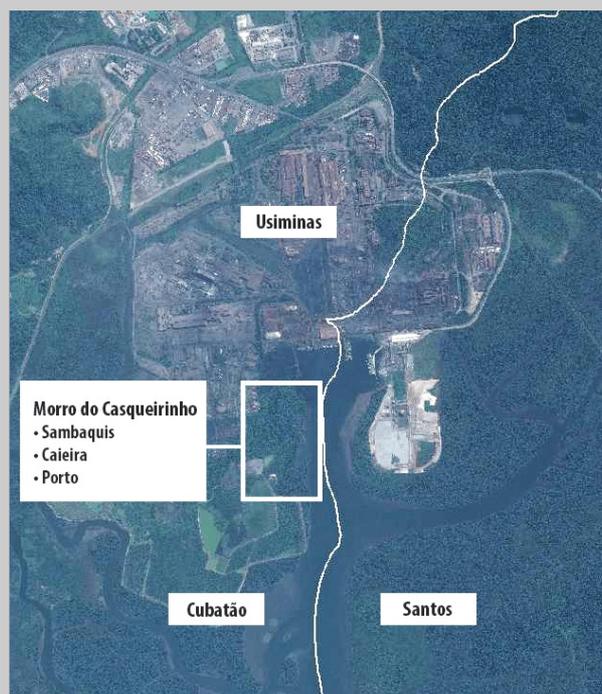
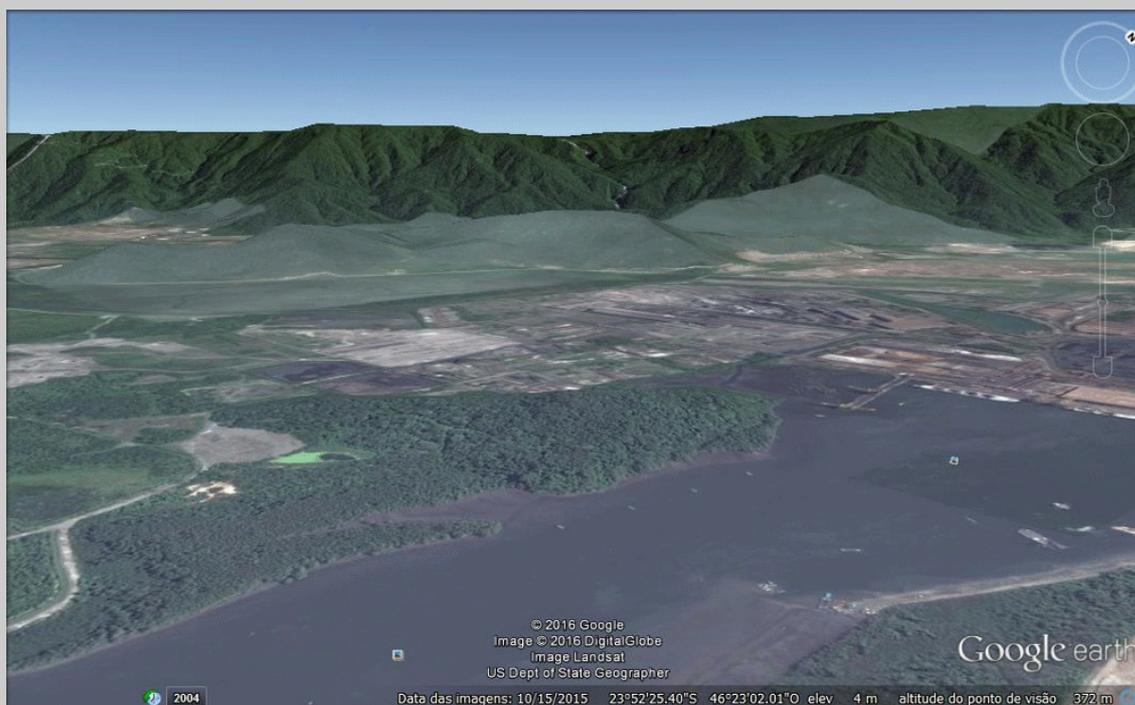


Imagem aérea do segmento a montante do canal de Piaçaguera, na divisa entre os municípios de Cubatão e Santos. A Ilha do Casqueirinho, hoje completamente ligada ao continente, ocupa o trecho marcado pelo fragmento de vegetação densa na margem direita do canal. O canal de Piaçaguera é utilizado para o acesso de navios aos terminais da Usiminas. Imagem do acervo da CPEA.

O **Estágio de Avaliação** consiste no levantamento quantitativo do potencial arqueológico de determinado sítio. Registra-se tudo o que existe em determinado espaço, o que chamamos de rastreamento de registros arqueológicos. A partir daí, estabelece-se a área de atuação, ou módulo arqueológico, e define-se o espaço municipal de estudo, denominado unidade geográfica de manejo patrimonial - UGMP.

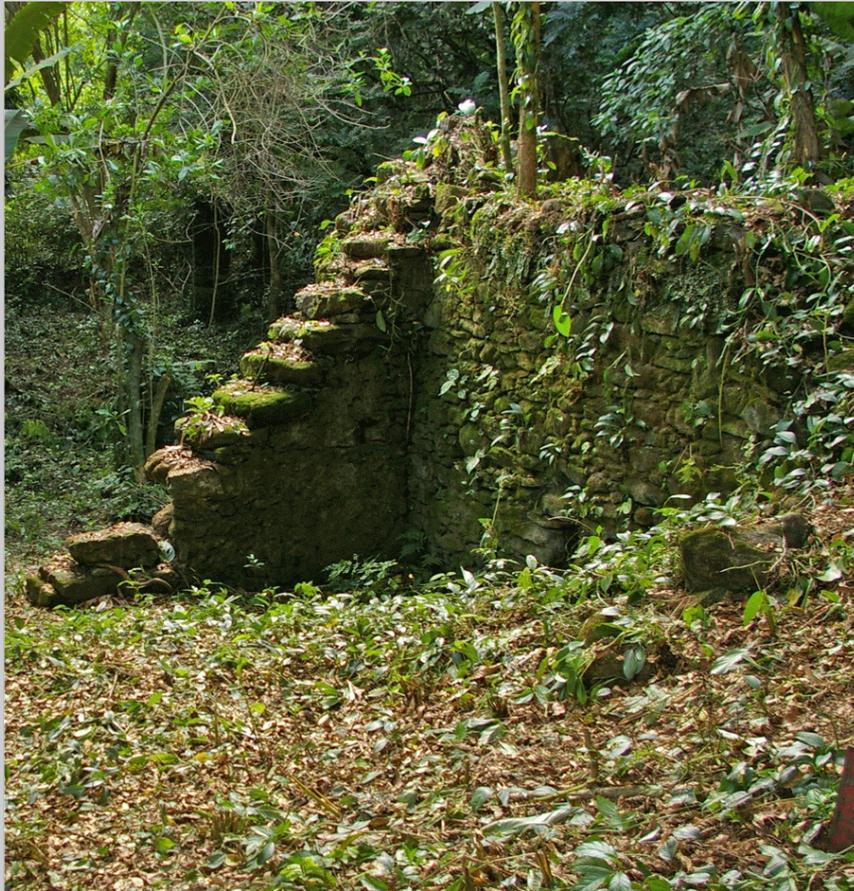


Perspectiva do Morro do Casqueirinho, em contraposição com a Serra do Mar. Imagem do Google Earth.

O **módulo arqueológico** é a menor unidade geográfica de organização espacial da pesquisa arqueológica.



Módulos arqueológicos podem ser definidos em função da presença de indícios de um sistema local de sítios arqueológicos. Exemplo: uma sequência de degraus no meio da mata pode identificar um espaço geográfico que reúne um sistema local de sítios arqueológicos.



Indícios de um sistema local de sítio arqueológico. Foto de Manoel Gonzalez.

A **unidade geográfica de manejo patrimonial - UGPM** é a fração de terreno onde são executados os procedimentos de levantamento, prospecção e escavação arqueológica.

Cada sítio arqueológico detectado é delimitado por um polígono. Nesse local se concentram os procedimentos de prospecção e escavação do registro arqueológico.

Os procedimentos de campo típicos do Estágio de Avaliação estão relacionados com o levantamento arqueológico, também chamado **levantamento arqueológico intensivo**, que inclui a execução de sondagens nos terrenos para avaliar o seu potencial arqueológico e coletas de materiais arqueológicos.

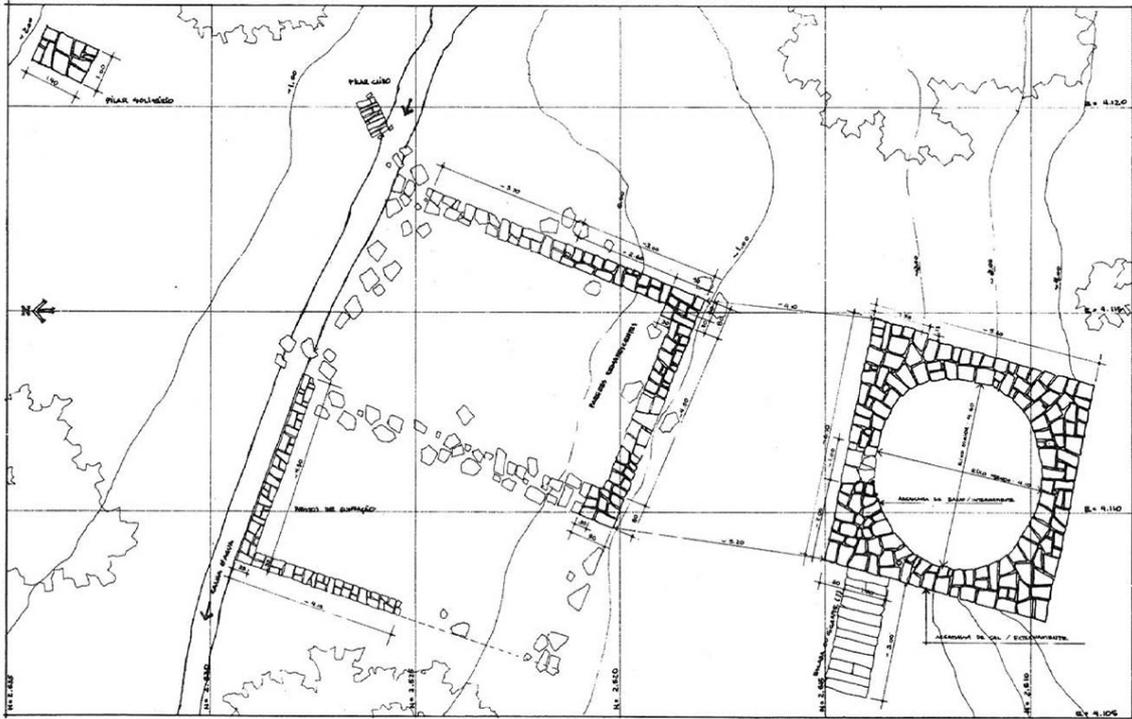
O **Estágio de Manejo** consiste nas intervenções no patrimônio arqueológico, para o reconhecimento detalhado de sua forma, funcionamento e mudanças.

Neste estágio, a unidade preferencial de mapeamento é o sítio arqueológico enquanto microunidade geográfica de manejo patrimonial. Sítio arqueológico é um termo fundamental na classificação dos registros arqueológicos.

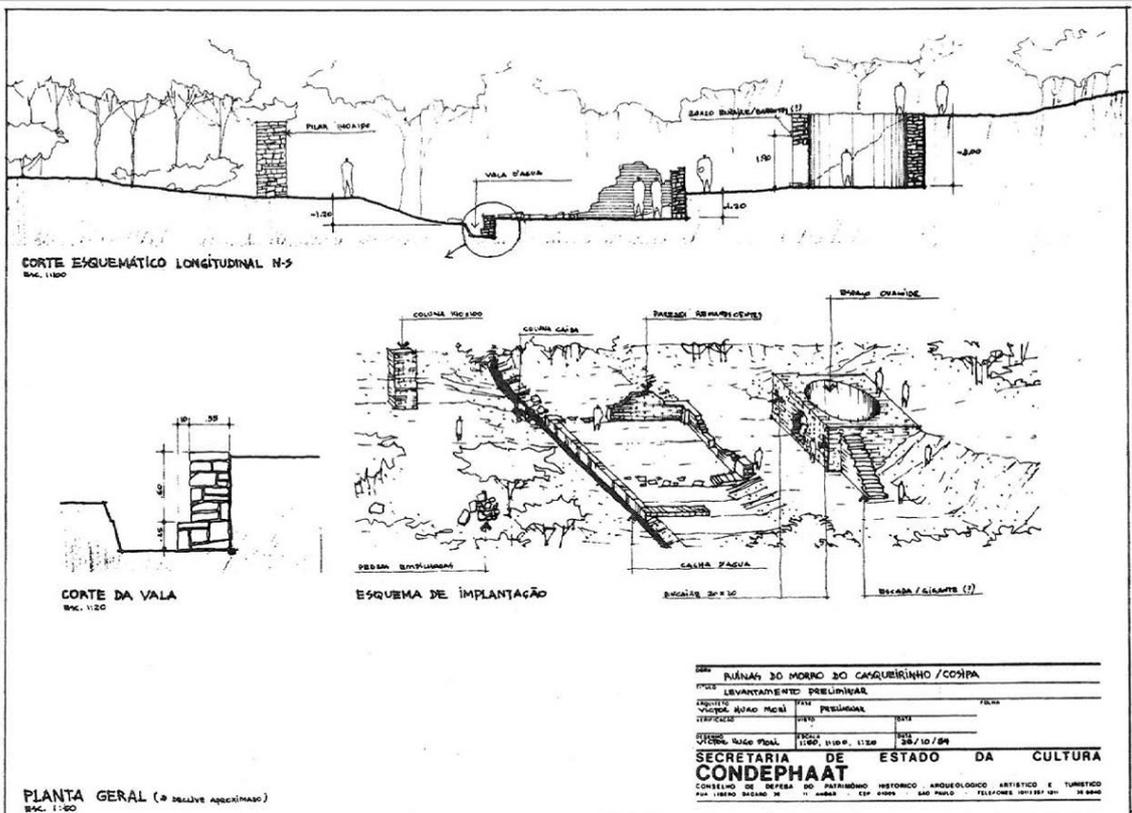
Os procedimentos de campo típicos do Estágio de Manejo da Arqueologia da Paisagem estão relacionados com a prospecção arqueológica e a escavação arqueológica, com a ativação plena das técnicas de campo (sondagens, cortes, trincheiras, decapagens).

São feitas coletas controladas de materiais arqueológicos, com georreferenciamento, de modo a permitir a recomposição virtual dos estratos arqueológicos. No caso das edificações, são aprofundadas as pesquisas, podendo surgir projetos de conservação ou de restauro.

RECOMPOSIÇÃO VIRTUAL DOS ESTRATOS ARQUEOLÓGICOS

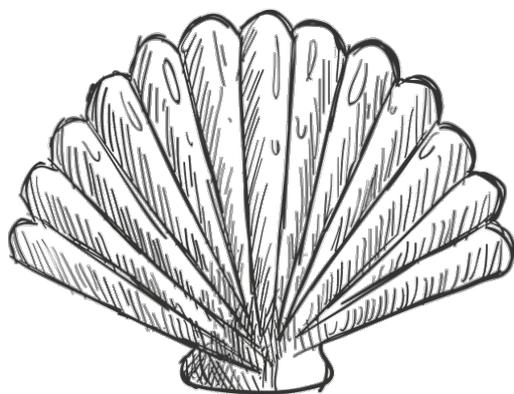


Planta baixa da Caieira. Croqui de Vitor Hugo Mori.



Perspectiva da Caieira. Croqui de Vitor Hugo Mori.

PRÉ-HISTÓRIA DA BAIXADA SANTISTA



Tudo começou há oito mil anos

A geografia de Santos

A história de Santos começa com a configuração geográfica de sua região. Se o território santista não fosse um grande estuário, possivelmente não teria a importância que tem hoje.

Mas o que são estuários?

Estuários são regiões costeiras onde desembocam os rios, também conhecidas como deltas ou lagunas. São ambientes úmidos e alagadiços propícios para o desenvolvimento de ecossistemas muito ricos do ponto de vista biológico.

Essas regiões são muito importantes para a vida humana. Além de oferecer água doce, em constante renovação, os estuários proporcionam relevo plano, terra fértil, pesca fácil e, principalmente, navegação e atracação seguras. **Nota 1**

No final da última Era Glacial, há cerca de 18 mil anos a.C., a temperatura média do planeta se elevou 19°C. Surgiram diferentes zonas climáticas, novos relevos e bacias hidrográficas. Os oceanos perderam volumes de água, cedendo espaços a novos territórios e vegetação. Desapareceram espécies de fauna e outras surgiram.

A costa santista também sofreu transformações com esse aquecimento. Sua atual conformação seria resultado da redução de quatro metros do nível do mar. O fenômeno fez aparecer a grande planície, tal como é hoje, entrecortada de canais e mangues, entre o oceano e a Serra do Mar.



Há 5 mil anos, não havia mangue na Baixada Santista. O mar estava quatro metros acima do nível atual. A área central em destaque, onde hoje se encontra o Porto de Santos, estava submersa. Os pontos vermelhos indicam a existência de Sambaquis. Ilustração de Antônio Palácios.



Na Baixada Santista, com a diminuição do nível do mar, surgiram as áreas de terra, em bege, hoje ocupadas pelas cidades. Ilustração de Antônio Palácios.

Os primeiros habitantes

A elevação da temperatura marca o fim do período Paleolítico, há aproximadamente 12 mil anos. Nele, o ser humano sobrevivia essencialmente da caça e da coleta, tendo de deslocar-se constantemente em busca de alimento. Nessa época, ainda não havia ser humano na Baixada Santista.

O período seguinte, que os arqueólogos denominam Neolítico, marca o aparecimento da agricultura e da criação de animais para consumo e a confecção de objetos para o armazenamento dos alimentos, como vasilhas e potes de barro.

Estudos arqueológicos mostram que a Baixada Santista foi habitada pelo homem há pelo menos oito mil anos. Os vestígios dessa ocupação são os amontoados de conchas e ossos de animais, os chamados sambaquis, palavra que vem do tupi “tambaqui”, de “tamba” (concha) + “qui” (monte): monte de conchas.

Esses primeiros habitantes foram chamados pelos historiadores de “homens dos sambaquis”. Seus hábitos são pouco conhecidos. Sabe-se apenas que tinham habilidades para construção de ferramentas rudimentares a partir de dentes, ossos, pedras e madeira.

REFERÊNCIA AO VÍDEO HOMENS DOS SAMBAQUIS



Os montes formados por milhões de conchas e ossos foram, durante e depois da colonização, usados para diversas funções, principalmente para se produzir cal e argamassa para as construções de pedra.



Amontoado de conchas formando um sambaqui no Rio Grande do Sul.

A cidade de Santos ainda guarda vestígios de algumas dessas construções. Também há resquícios dos próprios sambaquis na cidade e em seu entorno. Seus restos são também encontrados nas proximidades do canal de Bertioga e na foz do rio Santo Amaro, às margens do canal do Porto.

Os indígenas

Vários estudos arqueológicos e antropológicos apontam que o homem americano não é originário do nosso continente. Ele teria migrado para as Américas há cerca de 50 mil anos, vindo do continente asiático, passando pelas regiões norte-americanas.

Ao espalharem-se por tão vasto território, esses grupos se desenvolveram em condições ambientais muito diversas. Essas condições certamente impuseram diferentes necessidades de adaptação, razão pela qual criaram culturas muito diferentes entre si.

Alguns povos tinham sociedades mais complexas, como os Maias, Incas e Astecas, que habitaram a costa do Oceano Pacífico e América Central. Eles eram contemporâneos de povos mais primitivos, como os indígenas que habitaram o território brasileiro, vivendo ainda da caça, da coleta e de agricultura rudimentar, incipiente.

Os estudos arqueológicos brasileiros apontam para dois tipos de povoamento no Estado de São Paulo: no litoral, os **caçadores-coletores** ou **pescadores-coletores**; e no interior, os **agricultores**.

Condicionantes geográficas

Em qualquer época e em qualquer local, o relevo e a hidrografia influenciam na escolha dos caminhos percorridos pelos seres humanos para chegarem a locais adequados para instalação de suas moradias. Imagine então a dificuldade de se locomover numa época em que não havia estradas! O jeito era seguir por rios e vales.

Uma característica do relevo litorâneo paulista é que ele está a 800 metros de altitude em relação ao mar. Essa grande muralha que separa as terras baixas do litoral das elevações do Planalto Paulista é a conhecida Serra do Mar.

Os terrenos do Planalto Paulista vão diminuindo de altitude na direção do centro do continente. Isso fez com que os grandes rios que nascem na parte superior da Serra do Mar corressem para o interior.

Assim, as principais bacias hidrográficas se dirigem para o oeste. São os rios Paranapanema, Tietê e Grande, procedentes das alturas do Planalto Atlântico. O rio Tietê, cuja nascente se encontra a pouco mais de mil metros de altitude, é o que está mais próximo da beirada do planalto.

Caçadores-coletores e pescadores-coletores

Mas de onde vieram os seres humanos que habitaram inicialmente o Planalto Paulista e o Litoral do Estado?

A ocupação pré-histórica do Estado de São Paulo foi marcada pela presença de grupos vindos do centro do Brasil, das bacias hidrográficas do Alto Tocantins e do São Francisco. Aqui chegando, alguns grupos humanos teriam caminhado do sul para o norte; outros, do leste para o oeste, sempre seguindo os largos corredores formados pelos vales dos rios.

Os encontros desses vales e das bacias hidrográficas, especialmente dos rios Paranapanema e Tietê, teriam oferecido opções de mudança de rota para a nascente ou para a foz. As principais rotas das populações pré-históricas parecem ter seguido a bacia do rio Tietê, que corta o território paulista desde suas nascentes, na Serra do Mar, até sua foz no rio Paraná.

A estreita e alongada bacia do Tietê também poderia ter facilitado a penetração de indígenas caçadores-coletores até o litoral. Mesmo com a grande dificuldade para realizar a descida da Serra do Mar, alguns indígenas chegaram e se fixaram no litoral. Contudo, há indícios de fixação de caçadores-coletores pelos planaltos de São Paulo.

A expansão populacional pelo litoral tem características bastante especiais, posto que marcada pela presença dos povos sambaquieiros. Mais do que a barreira representada pela Serra do Mar, outros elementos da paisagem costeira demarcam melhor o antigo território das populações de pescadores-coletores, responsáveis pela construção dos sambaquis.

O território dos povos sambaquieiros se distribuiu ao longo da costa, marcado pela presença de cordões arenosos, lagoas, mangues e estuários, independentemente da distância entre a beirada do planalto e a linha costeira.

A influência do relevo na fixação das populações é bem definida no litoral sul, onde a escarpa do planalto Atlântico — conhecida como Serra de Paranapiacaba — se afasta bastante da linha costeira. Mesmo nessa circunstância, os sambaquis permanecem na faixa litorânea, demonstrando que os povos preferiam o litoral, especialmente na área de Cananéia-Iguapé.

A permanência dos caçadores-coletores e pescadores-coletores no território paulista abrange um período entre aproximadamente oito mil e dois mil anos.

Agricultores indígenas

A presença regional interiorana de **agricultores indígenas** pode ser constatada pela movimentação de povos sedentários que migraram pelos eixos hidrográficos, vindos do oeste, e pelos corredores formados pelas montanhas, entrecruzando-se de norte a sul.

Eram povos cultivadores que praticavam a agricultura de subsistência, o que garantia a sustentabilidade de grupos maiores. Ao que tudo indica, conseguiram aperfeiçoar a

agricultura.

Os registros arqueológicos demonstram que os agricultores indígenas entraram em território paulista por volta de dois mil anos atrás, dismantelando os arranjos territoriais dos caçadores-coletores. Os registros arqueológicos indicam que as populações se mantiveram até meados do século XVI, quando o povoamento meridional da América foi drasticamente alterado pela chegada dos europeus. Entre nós, principalmente pelos portugueses.

Tupis, guaranis e kaingangs

Do ponto de vista etnográfico e etnohistórico, três grupamentos humanos compõem a maior parte do quadro das ocupações de agricultores indígenas no território paulista: são chamados sistemas regionais tupi, guarani e kaingang.

O Sistema Regional Tupi e o Sistema Regional Guarani ocuparam mais da metade do território paulista.

O Sistema Regional Tupi foi dismantelado pela conquista portuguesa do litoral, com a instalação da antiga Capitania de São Vicente, ainda no século XVI. Os registros arqueológicos desse sistema na Baixada Santista são raros, resumindo-se ao sítio arqueológico Brastubos, localizado entre os municípios de São Vicente e Praia Grande e ao sítio arqueológico Ubutucupecuçu, localizado no Vale Verde, em Cubatão.

O Sistema Regional Guarani se distribuiu pela bacia do rio Paranapanema. O povoamento guarani veio do oeste, subindo o Paranapanema e seus afluentes. Esse povo construía suas aldeias em clareiras no meio da floresta, enterrava seus mortos em urnas funerárias e, como os Tupinambá e outros ceramistas, praticava a agricultura de subsistência.

O Sistema Regional Guarani foi afetado pelo estabelecimento das missões guarani-jesuíticas do Baixo Paranapanema. As missões de Santo Inácio Mini e Nossa Senhora de Loreto foram as primeiras, nos primórdios do século XVII. Ambas foram destruídas pelos bandeirantes paulistas.

O Sistema Regional Kaingang veio do sul, percorrendo os afluentes da margem esquerda do rio Paranapanema e seguindo a rede hidrográfica do Ribeira de Iguape. Os kaingangs são da grande família conhecida como jês do sul.

Embora os registros arqueológicos do Sistema Kaingang sejam mais numerosos no sul do Estado, nas bacias do Ribeira médio-superior e no Paranapanema superior, foram encontrados objetos com sua tecnologia em sítios guaranis do Médio Paranapanema e nos divisores com a bacia do Tietê, o que demonstra que houve contato entre as duas etnias.

O Sistema Regional Kaingang foi lentamente desarticulado pela expansão da sociedade nacional, composta sobretudo por portugueses e seus descendentes. Um dos fatores primordiais que contribuíram para isso foi a destruição da mata de araucárias, seu ambiente natural.

Os sambaquis e seus habitantes

Introdução

Então, por que estudar os sambaquis? Que importância eles têm? Por que é importante preservar esses espaços?

O que encontramos nos sambaquis? Quem se interessa por essas coisas antigas que, para muitas pessoas, não têm qualquer serventia?

A primeira resposta a essas perguntas é: tudo isso diz respeito à nossa vida, à nossa comunidade, à nossa sociedade. Diz respeito a nós. E o que diz respeito à nossa vida é sempre muito importante.

Vamos começar do começo: os vestígios mais antigos dos homens pré-históricos encontrados no Brasil datam de cerca de 12 mil anos.

O estudo de tais vestígios deixados pelos habitantes primitivos do país não é movido pela simples curiosidade, não visa apenas coletar objetos para museus. Ele permite ter amplas informações sobre as mudanças da natureza, dos climas, dos mares, da fauna e da vegetação, entre outras coisas.

Ficamos sabendo sobre as adaptações dos grupos humanos a essas modificações naturais, bem como sobre o progresso técnico que permitiu que certos grupos dominassem outros, menos desenvolvidos.

Os estudos arqueológicos possibilitam uma reconstrução do mundo passado que, por sua vez, nos permite entender melhor o mundo atual.

Uma das espécies de vestígios deixados pelo homem pré-histórico são os denominados “sambaquis”, muito encontrados no litoral.

O hábito de construir espaços onde são reunidos mortos, objetos e construções — são os chamados sítios de acumulação intencional a partir de restos faunísticos — não é exclusividade de grupos de pescadores-coletores brasileiros. O costume de acumular conchas juntamente com artefatos e mortos existiu em diferentes lugares do mundo. São os denominados sítios monticulares. Mas não se pode dizer que se tratava do mesmo tipo de população, com a mesma forma física e desenvolvimento intelectual.

Os sambaquis brasileiros são sítios arqueológicos monticulares que se elevam na paisagem e foram construídos por grupos de pescadores-coletores que ocuparam o litoral do nosso país ao longo de 8 mil anos.

Com mais de 900 sambaquis costeiros registrados, esse tipo de sítio está presente desde o Rio Grande do Sul até a Bahia, e do Maranhão ao Pará, sendo que ocorre uma maior concentração desde o sul da Bahia até o norte do Rio Grande do Sul.

Estes sítios estão quase sempre localizados em espaços estratégicos contendo diferentes características ambientais, com áreas de relevo entrecortado e afloramentos rochosos, próximos às regiões de grandes baías e ao longo de manguezais.

Essa busca por locais estratégicos proporcionou um fácil acesso a diferentes ambientes e a recursos alimentares variados, principalmente espécimes marinhos, e permanentes. Com isso, teria sido possível o estabelecimento de uma população bastante sedentária que se mantinha por longos períodos de tempo em seu território, muito bem adaptada ao ambiente costeiro.

Os sambaquis foram construídos preferencialmente nos ambientes lagunares e estuarinos — considerados um dos locais mais férteis do mundo, ricos em moluscos, crustáceos e peixes. Vários povos indígenas, atraídos pela abundância de recursos marinhos, aí se estabeleceram e permaneceram por longo período, até que foram substituídos por sucessivas levas de povos agricultores e ceramistas, vindos do interior.

A partir do quinto milênio antes da nossa era, pequenos grupos, compostos de poucas famílias, especializaram-se na coleta de mariscos, obtendo facilmente uma alimentação abundante.

Por isso escolheram para moradia lugares próximos da água salobra, para obter conchas; perto da água doce, para beber; e de enseadas ou rios que passavam pelo mangue. Para evitar a umidade excessiva, ficavam acima do nível da maré alta, seja em dunas, seja, melhor ainda,

sobre afloramentos rochosos, que davam ao mesmo tempo matéria-prima de pedra para instrumentos de corte (machados e facas) e de percussão (martelos, bigornas e “quebracocos”).

Homens, mulheres e crianças que compunham estes grupos de pescadores-coletores foram sepultados no interior desses grandes amontoados de conchas, podendo-se encontrar em alguns sambaquis inclusive os vestígios de festins funerários realizados para os mortos. Também se observam inúmeros artefatos ósseos e líticos, marcas de fogueiras e estacas.

Os vestígios de comida, constituídos na maior parte de conchas que não se deterioram, eram jogados ao lado da maloca inicial e, com o tempo, formavam um amontoamento impressionante, verdadeiro morro sobre o qual os homens passavam a instalar suas cabanas.

Dentro das camadas de conchas, encontram-se principalmente instrumentos de pedra e de osso e esqueletos de pessoas sepultadas, podendo atingir o número de centenas, entre homens, mulheres e crianças.

Os habitantes e construtores dos sambaquis eram fortes, resultado de intensa atividade muscular. A estatura dos homens atingia, em média, 1,63 m e das mulheres, 1,52 m.

Os vestígios de cultura material deixados por esses grupos incluem objetos de pedra, de ossos e de moluscos (animais invertebrados que vivem dentro de uma casca, como ostras, mexilhões, caramujos etc.).

Porém, do ponto de vista tecnológico, trata-se de um eficiente arsenal bastante especializado, utilizado para pescar, caçar, raspar, triturar e moer alimentos, e criar delicados artefatos para adornar tanto os vivos como os mortos que pertenciam a esses grupos de pescadores-coletores.



Concha de sambaqui. Foto de Manoel Gonzalez.



Sambaqui do Casqueirinho. *Foto de Manoel Gonzalez.*



Perfil do Sambaqui do Casqueirinho. *Foto de Manoel Gonzalez.*

No Brasil, o estudo científico dos sambaquis é relativamente recente e, mesmo em toda a América do Sul, poucas são as análises em profundidade realizadas.

Em 1928, o grande americanista francês Paul Rivet escreveu:

“A exploração científica dos sambaquis do litoral brasileiro apresenta enorme interesse, como verifiquei pessoalmente, visitando os sambaquis de Cubatão, perto de Santos. Um estudo sistemático desses depósitos forneceria seguramente dados capitais para a solução do problema das origens do Homem Americano”.

De modo geral, existem sete grandes áreas em que os sambaquis aparecem em maior quantidade:

- Baixada Santista e região de Cananéia-Iguape (SP);
- as baías de Paranaguá e de Guaratuba (PR);
- a área de São Francisco do Sul, a ilha de Santa Catarina e a região de Laguna (SC).

Entretanto, essa pesquisa se aprofundaria apenas no litoral do Estado de São Paulo, mais especificamente na região da Baixada Santista, comumente financiada por empresas, como foi o caso da Usiminas.

A Baixada Santista está localizada no litoral sudeste do Estado de São Paulo, englobando os municípios de Santos, Guarujá, Cubatão, São Vicente, Praia Grande e o canal de Bertioga.





Vista em perspectiva. Imagem do Google Earth.

A região da Baixada Santista caracteriza-se por ser quente e úmida, com chuvas intensas, e é formada por três ambientes distintos:

- uma grande planície recoberta por mangue em suas áreas alagadiças e de influência de maré;
- áreas secas e baixas com vegetação de restinga; e
- áreas de escarpas e morros cobertas por Mata Atlântica.

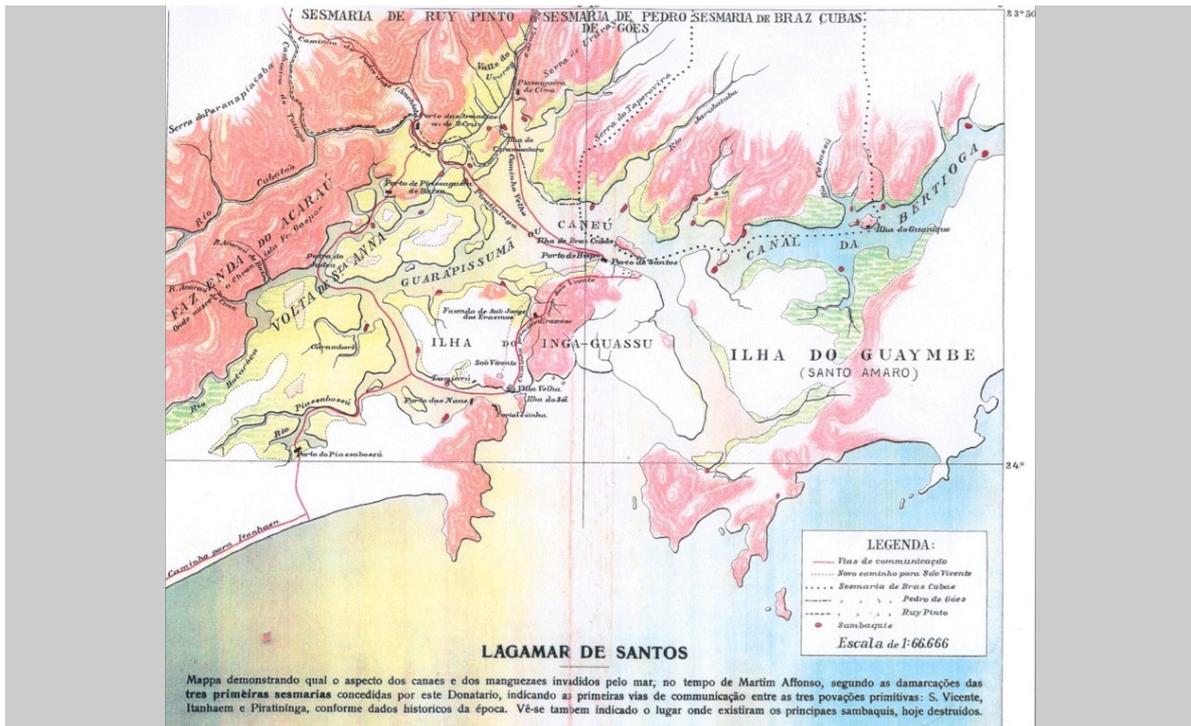
Os sambaquis do litoral paulista aparecem agrupados em quatro áreas: Cananéia-Iguape, Itanhaém, Ubatuba e Baixada Santista, sendo esta última um importante um centro de ocorrência desses sítios.

Diversos sambaquis foram localizados e catalogados na Baixada Santista. Porém, apenas quatro foram escavados sistematicamente: na ilha de Santo Amaro (município de Guarujá) e outros quatro em Cubatão, na área industrial da Usiminas.

Alguns dos sambaquis encontrados na região da Baixada Santista apresentam as seguintes datas:

- Maratuá (3865 ± 95 anos A.P.; Garcia, 1979);
- Cosipa I (4210 ± 90 anos A.P.; Figuti, 1993);
- Cosipa II (1180 ± 60 anos A.P.; Figuti, 1993);
- Cosipa III (3790 ± 110 anos A.P.; Figuti, 1993);
- Cosipa IV (2590 ± 80 A.P.; Figuti, 1993);
- Mar Casado (4400 ± 130 anos A.P.; Garcia, 1979);
- Buracão (2050 ± 100 anos A.P.; Garcia, 1979); e
- Piaçaguera (4930 ± 110 anos A.P. e 4890 ± 110 anos A.P.).

MAPA DE BENEDITO CALIXTO REPRODUZINDO O LAGAMAR DE SANTOS (1895)



De acordo com o mapa do pintor Benedito Calixto, existiam treze sambaquis nos atuais municípios de Cubatão, São Vicente, Guarujá e Bertioga; outros catorze se localizavam nos estuários ao norte e oeste da Ilha de São Vicente.

Desenvolvimento

Já em 1904, o mais famoso pintor santista, Benedito Calixto, apontava a existência em Cubatão de oito sambaquis e, com base nos textos das duas primeiras sesmarias brasileiras, fazia referência ao particular aspecto do lagamar local no tempo do descobrimento, isto é, na encruzilhada da nossa pré-história com a história brasileira.

Em Cubatão, foram encontrados e pesquisados até agora vestígios exclusivamente de sambaquis.

A região onde foram encontradas tais jazidas, por ser baixa, com enseadas de águas rasas e em grande parte ocupada pelo mangue, teve um ambiente extremamente favorável ao desenvolvimento de conchas e crustáceos. Além disso, a água salobra, resultante da mistura das águas do rio com as do mar, permitia uma pesca abundante.

Os coletores de conchas instalaram-se aqui nas poucas partes firmes e secas: nos morros do continente e nos morros da Ilha do Casqueirinho, nos quais existe um total de, pelo menos, cinco amontoamentos conchíferos.

A partir de 1963, o sambaqui de Piaçaguera foi pesquisado pelos arqueólogos do Museu Paulista, do Instituto de Pré-História do “Musée de l’Homme” de Paris.

O sambaqui nº 1 da Ilha do Casqueirinho está sendo pesquisado desde 1972 pelo professor André Prous, do “Musée de l’Homme”, auxiliado pelo professor Guy Collet e por estudantes do curso de Pré-História da USP. Os outros sambaquis existentes naquela ilha ainda não começaram a ser estudados.

No decorrer dos anos 1980, a pesquisa nos sambaquis da Baixada Santista se intensificou, com a execução de um amplo programa interdisciplinar com escopo centrado na recuperação e preservação do patrimônio ambiental e cultural.

Em 1982, sob a coordenação de Caio Del Rio Garcia e Dorath Pinto Uchôa e com o apoio da então Companhia Siderúrgica Paulista, hoje Usiminas, foi elaborado o Projeto Cosipa/USP — Preservação arqueológica, ecológica e histórica da Ilha do Casqueirinho, Cubatão, SP, ocasião em que foi celebrado um convênio entre a empresa e a universidade.

De acordo com os entendimentos firmados, todo o material arqueológico (de pedra e ósseo) coletado nesses sambaquis deverá ser cedido à municipalidade cubatense quando for

constituído o Museu Histórico Regional de Cubatão.

O primeiro sambaqui pesquisado nessa região localiza-se na atual parte continental de Cubatão, em Piaçaguera, na área industrial da Usiminas. Situa-se, mais exatamente, num morro que dista 1 km, rumo Sul, da estação ferroviária de Piaçaguera. Constitui-se principalmente de camadas de conchas de ostras superpostas que atingiram uma espessura de mais de três metros.

O **sambaqui Maratuá**, encontrado no Guarujá, foi o primeiro a ser escavado na Baixada Santista. Data de cerca de 4 mil anos, e localiza-se oito quilômetros a norte do sambaqui Mar Casado. Quando o Maratuá foi descoberto, na mesma época que o sambaqui Mar Casado, estava praticamente destruído devido à extração de conchas para a fabricação de cal.

Depois do sambaqui de Maratuá, na ilha de Santo Amaro, o sambaqui de Piaçaguera é o mais antigo encontrado no Brasil até hoje.

O **sambaqui do Mar Casado**, datado de 4.400 ± 130 anos, encontrado próximo à praia de Pernambuco, foi o segundo a ser escavado na Ilha de Santo Amaro. Localiza-se junto ao rio Perequê, a 4,5 metros acima do nível do mar, na altura do km 7,5 da rodovia Guarujá-Bertioga e a 400 metros da praia de Pernambuco. Foi descoberto durante a implantação dos condomínios Jardim Acapulco e Golfe Clube do Guarujá. Este sambaqui media aproximadamente três metros de altura e estava em área de mata elevada e pouco pantanosa, repousando sobre areia clara.

À distância de 100 metros, havia ainda outro **pequeno sambaqui**, inteiramente destruído pela retirada de conchas que, moídas, serviram de adubo para uma plantação nas imediações.

A pesquisa iniciada em 1961 foi realizada sistematicamente e com o rigor científico possível, durando um ano e dois meses. O material coletado consistiu em belíssima e diversificada coleção de objetos de ossos, dentes de animais e pedras, além de oito esqueletos incompletos e nenhum crânio. Uma pesquisa realizada em 1948 encontrou restos de três indivíduos, incluindo uma criança e um crânio de adulto.

Foram encontradas, ainda, referências a 26 crânios coletados em sambaquis da Ilha de Santo Amaro.

O **terceiro sambaqui** pesquisado na ilha de Santo Amaro foi o **Buracão**, entre os anos de 1962 e 1963, localizado junto ao canal de Bertioga. O sítio estava quase completamente destruído pela abertura da rodovia Guarujá-Bertioga. Uma pesquisa superficial de 1947 encontrou séries esqueléticas, além de objetos de pedra e de ossos. Mas somente na década de 1960 foram feitas escavações.

O Buracão é diferente do Maratuá e do Mar Casado, fato que leva a crer que se trata de um sítio-acampamento ou acampamento conchífero e não um sambaqui.

Sambaqui de Piaçaguera – o homem continental

O sambaqui Piaçaguera encontra-se situado em terreno da Usiminas, mais precisamente na baixa encosta do morro da Tapera, junto à margem de um canal, no município de Cubatão, Baixada Santista, Estado de São Paulo.

O sambaqui foi descoberto durante os trabalhos de terraplenagem, por ocasião das obras de instalação da Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, quando um trator dividiu o sítio praticamente ao meio.

Em 1963, foram feitas escavações do sambaqui Piaçaguera por cerca de 30 dias, por uma equipe do Museu Paulista, sob a coordenação da professora Luciana Pallestrini.

Esse trabalho foi retomado pela equipe do Instituto de Pré-História da USP e concluído em 1969.

Por estar localizado em uma área industrial, o sítio Piaçaguera encontrava-se em processo de destruição no começo da década de 1960, tendo sido escavado em um trabalho de salvamento sob a orientação de Paulo Duarte e, posteriormente do prof. Dr. Caio Del Rio Garcia, ambos do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo.

O sambaqui Piaçaguera apresentava a forma de colina, com base oval, tendo área aproximada de 850m², dos quais foram escavados apenas 119m², atingindo dois metros de altura no seu ponto mais elevado.

Datado de 4.930 ± 110 anos, é rico em vestígios esqueléticos. Deu margem a vários estudos bioantropológicos, de demografia e sobre a arqueologia da morte, dado o seu abundante e diversificado acompanhamento funerário. Foram analisados, também, o material lítico (de pedra) e os seus restos faunísticos.

Após todas as etapas de campo, o principal material coletado constituiu-se de remanescentes humanos que, em sua maioria, se encontravam em conexão anatômica, isto é, com as juntas dos membros ligadas.

A descrição da série esquelética apresentada pela autora contabilizou 56 sepultamentos, cujos esqueletos estavam em conexão anatômica, sendo 32 adultos, um jovem e 21 crianças. Uchôa e colaboradores, em artigo sobre a demografia esquelética de Piaçaguera, publicado em 1989, fazem referência a um total de 77 indivíduos recuperados no sítio, somando os 56 anteriormente descritos e os remanescentes esqueléticos incompletos de mais 21 indivíduos.

Além dos sepultamentos humanos, foi encontrada no sambaqui Piaçaguera uma grande quantidade de material lítico e faunístico.

Os vestígios faunísticos não malacológicos (provenientes de moluscos) encontrados no sambaqui Piaçaguera são compostos na sua maioria por peixes (principalmente corvinas e miraguias), mas também aparecem fragmentos de carapaças de crustáceos e pequenas quantidades de ossos de mamíferos, de aves e de répteis. Essa fauna indica que os construtores do sambaqui Piaçaguera estavam explorando, no geral, o ambiente ao redor do sítio (o mangue e o canal que passava ao lado do sítio) e que a porção proteica de sua dieta baseava-se no consumo de peixes.

No caso do material lítico (de pedra), este foi dividido em duas categorias distintas: artefatos formais e lascas. Essas categorias foram tratadas separadamente pelos diversos autores, e os artefatos (como machados, batedores e fragmentos de corante com desgaste, dentre outros) foram interpretados como instrumentos de trabalho do grupo, depois colocados nas sepulturas, tornando-se acompanhamentos funerários.

A segunda categoria, mais numerosa, composta pelos fragmentos de lascas de quartzo que foram obtidos por percussão direta, com raros retoques e polimentos nos bordos, no local do gume, foi interpretada como estando ligada apenas à subsistência do grupo.

Assim como ocorre com os artefatos de pedra, a indústria osteodontomalacológica (ossos, dentes e moluscos) do sambaqui Piaçaguera pode ser dividida em duas categorias:

- os instrumentos utilizados no trabalho — utensílios com a função de escavar, raspar e furar fabricados a partir de dentes de mamíferos; pontas ósseas confeccionadas com esporões de raia ou com ossos de mamíferos terrestres, utilizadas principalmente na pesca; espátulas feitas com osso de baleia usadas no preparo de alimentos; e
- os adornos — dentes de mamíferos em geral e de tubarões, além das conchas perfuradas.

O primeiro grupo de artefatos não estava ligado somente ao cotidiano e à subsistência do grupo dos construtores do sambaqui Piaçaguera e sim, em muitos casos, complementava o mobiliário funerário — composto pelos adornos — dos indivíduos que foram sepultados no sambaqui Piaçaguera.

Podemos concluir que o homem pré-histórico habitante do continente que construiu esse sambaqui ocupou a região há cerca de 5 mil anos da nossa era.

Inúmeros objetos, instrumentos e utensílios encontrados e guardados no Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, por outro lado, nos dão uma ideia de como vivia esse primitivo habitante pré-histórico de Cubatão.

Martelos, machados e facas de pedra

O próprio morro onde se localiza o sambaqui, sendo constituído de gnaisse, forneceu a matéria-prima para a fabricação da maior parte dos instrumentos líticos, ou de pedra, encontrados. As pedras de gnaisse retiradas do morro eram utilizadas inclusive como simples suportes, usados principalmente para quebrar coquinhos.

Os machados, porém, não podiam ser feitos do mesmo material, sendo a gnaisse pouco resistente. Era preciso procurar pedras mais duras noutros lugares. Além disso, gastava-se de sete a dez horas para polir um gume.

Acredita-se que, por esse motivo, foram encontrados poucos machados: dez, quase todos de diabásio. Dessa maneira, compreende-se porque os instrumentos mais raros e mais preciosos para os homens pré-históricos de Piaçaguera eram os machados.

Para dar forma aos machados, utilizavam-se martelos, que também eram feitos de pedras duras (o próprio diabásio ou quartzita). O martelo também era empregado para retirar lascas dos blocos de quartzo, usadas como facas.

A quantidade de instrumentos de pedra era pequena, pobre e pouco diversificada. Mas deve-se considerar que era complementada por objetos feitos de osso e por eventuais instrumentos de madeira já desaparecidos.

A história das conchinhas de adorno

Os homens de Piaçaguera certamente davam muita importância aos objetos de adorno, pois iam longe procurar conchinhas para essa finalidade e caçar tubarões, cujos dentes perfurados eram usados como pingentes.

Além dos dentes de tubarão, utilizavam também dentes de mamíferos e outros animais: de pecari (porco do mato), usados como ferramenta de corte e perfuração, de bugio, onça, jacaré e paca que, perfurados, tinham a mesma finalidade de servir para a confecção de colares e outros objetos de adorno.

Parece que era difícil obter um número suficiente de objetos de adorno para atender às necessidades da população, porque as peças quebradas eram consertadas e reutilizadas, em vez de serem abandonadas.

As atividades da caça na serra de Paranapiacaba

O fato de serem utilizados muitas vezes dentes e ossos de animais como material de adorno comprova que existia, como atividade corrente, a caça de animais.

Corroborando essa conclusão, foram também encontradas pontas de dardo feitas com ossos de mamíferos e esporão de arraia, provavelmente utilizadas pelo homem de Piaçaguera principalmente para caçar.

As pesquisas efetuadas pelo Museu Paulista nos permitem imaginar as aventuras vividas pelo homem de Piaçaguera nas suas movimentadas atividades de caça, certamente ricas em peripécias, realizadas principalmente na serra de Paranapiacaba.

Um ritual característico e cheio de respeito pelo homem

O homem pré-histórico de Piaçaguera enterrava seus mortos, na sua maioria, com os membros dobrados e de lado.

Nas sepulturas, acompanhando os corpos, eram colocados corante mineral vermelho, adornos, como pingentes e colares, e instrumentos, incluindo o precioso machado. Justamente

as coisas mais valiosas do grupo eram deixadas com os mortos.

Sambaqui nº 1 da Ilha do Casqueirinho — o homem ilhéu

A segunda jazida pesquisada em Cubatão localiza-se na Ilha do Casqueirinho, na sua parte norte.

Os sambaquis foram escavados em diversas etapas de campo e os artefatos e restos alimentares coletados foram utilizados para estudos de zooarqueologia, dieta e distribuição de recursos.

Foram exumados restos humanos em conexão anatômica e com acompanhamento funerário. As datações estão entre 4.210 ± 90 anos A.P. (sambaqui # 1); 1.180 ± 60 anos A.P. (sambaqui # 2); 3.790 ± 110 anos A.P. (sambaqui # 3); e 2.590 ± 80 anos A.P. (sambaqui # 4), sugerindo que esses grupos permaneceram na orla do canal de Piaçaguera na faixa cronológica situada entre o quinto milênio a.C. e o século 12 d.C.

Os vestígios descobertos, 15 m^2 no total, constituem parte do pouco que sobrou de uma jazida que parece ter sido grande e correspondem à sua região mais periférica.

Como todo sambaqui, esse depósito constitui-se primordialmente de camadas de conchas superpostas. Dentro dessas camadas, foram encontrados materiais arqueológicos, líticos e ósseos, e alguns corpos sepultados.

Um fato que chama a atenção é a grande quantidade encontrada de restos de peixes, dos mais variados tamanhos.

Há ainda uma característica especial que merece destaque: os pesquisadores encontraram, na camada inferior, alguns degraus cavados na areia, conduzindo a sepulturas existentes embaixo dos níveis de conchas e peixes.

Em que época, porém, mais exatamente, o homem pré-histórico desse sambaqui teria habitado a ilha?

De acordo com o processo de datação radiocarbônica em amostra de conchas coletadas pelo prof. José Afonso Moraes de Bueno Passos, representante nesta área do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), podemos afirmar que o homem deste sambaqui viveu na ilha há cerca de 200 anos a. C.

O homem ilhéu desse tempo viveu, então, aproximadamente 2.700 anos depois do homem continental de Piaçaguera.

A partir dos vestígios encontrados neste sambaqui, podemos formar uma ideia e conhecer alguns aspectos da vida do homem ilhéu, habitante pré-histórico do atual município de Cubatão.

Novos hábitos alimentares

Sabe-se que há cerca de 2.200 anos houve uma mudança nos hábitos alimentares nas regiões litorâneas, uma vez que o alimento preferido passou a ser o peixe e não mais o contido nas conchas.

O fato de o homem ilhéu, habitante pré-histórico de Cubatão, ter vivido relativamente próximo ao início da era cristã (apenas dois séculos antes) talvez já explique o porquê do consumo de uma grande quantidade de peixes: tratava-se possivelmente de um período de transição para o novo tipo de vida com outros usos e costumes.

Além das ostras e mexilhões que ainda prevaleciam, o primitivo habitante de Cubatão dessa época alimentava-se também de caranguejos.

No entanto, alguns vestígios de seláquios — tubarões e arraias —, bem como de mamíferos terrestres, também foram encontrados.

Ainda a fabricação de instrumentos de pedra

Esse homem da ilha, que habitou Cubatão quase três milênios depois do primitivo cubatense continental, continuava fabricando seus instrumentos de pedra, praticamente da mesma maneira.

Assim, os utensílios que, apesar de resistentes, não precisavam ser muito duros, como os quebra-coquinhos, continuavam a ser feitos de gnaíse; outros instrumentos, como machados

e martelos, que deviam ter maior durabilidade, também continuavam sendo feitos de diabásio; finalmente, servindo como facas, utilizavam-se de lascas cortantes de quartzo.

As pedras serviam também para outras finalidades. Aquelas consideradas bonitas pela sua forma ou cor eram simplesmente colecionadas e as de cor vermelha eram utilizadas como corante para pintura corporal.

Os utensílios de ossos

O homem ilhéu, habitante pré-histórico de Cubatão, além da pedra, utilizava também ossos de animais para fabricar seus utensílios.

No entanto, os pesquisadores encontraram poucos objetos de ossos na jazida: uma pequena ponta, provavelmente de dardo, em forma de losango; uma maior, de flecha, feita com um osso de perna de mamífero; e três pontas polidas, sendo duas em osso de mamífero e uma em osso de peixe. Além disso, foi descoberta uma vértebra de seláquio, perfurada artificialmente, provavelmente usada como adorno.

O que nos revelariam os degraus da jazida?

Foram encontrados degraus cavados na areia em direção aos corpos sepultados abaixo da camada inferior. São peculiares a essa jazida, uma vez que não são observados noutros sambaquis.

No atual estágio das pesquisas, no entanto, não se sabe ainda como interpretar a existência de tais degraus. É curioso, porém, notar que um dos corpos sepultados, aos quais os degraus conduzem, tem os pés cercados por uma série de pequenas bolas de gnaisse.

Outros sambaquis ou casqueiros da ilha — uma nova adaptação ecológica

Além do sambaqui nº 1 a que nos referimos, existem pelo menos mais três jazidas na Ilha do Casqueirinho. A exploração científica desses depósitos, porém, ainda não foi iniciada.

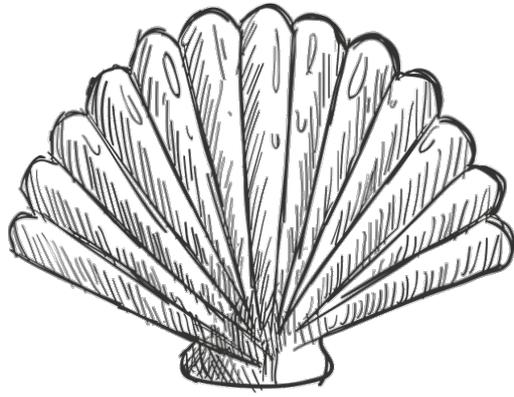
Um sambaqui diferente de uma era diferente

Um dos três sambaquis ainda não pesquisados da Ilha do Casqueirinho é composto essencialmente de conchas de mexilhões. Isso evidencia um novo tipo de adaptação ecológica, isto é, uma nova forma de adaptação do homem ilhéu pré-histórico ao meio-ambiente da região.

Esse depósito, diferente dos outros já pesquisados, evidencia que o homem desse sambaqui viveu numa era diferente da do homem continental de Piaçaguera e da do próprio homem ilhéu do sambaqui nº 1.

Nota 1 http://books.google.com.br/books?id=cpM7lFEOS1sC&printsec=frontcover&dq=Estuários&hl=pt-BR&sa=X&ei=71_oUYepPLer4AOI11CACQ&ved=0CC8Q6AEwAA#v=onepage&q=Estuários&f=false; 18/jul./2013. Princípios de Oceanografia física dos estuários, Luiz Bruner de Miranda.

A HISTÓRIA DE SANTOS



E chegaram nossos ancestrais portugueses

No final do século XV e início do século XVI a Europa vivia em grande ebulção, principalmente Portugal e Espanha, com o início das grandes navegações.

Seguramente, foi o primeiro movimento de globalização, na medida em que os estados europeus entraram em contato direto com praticamente todas as civilizações do mundo.

Era o final de um período histórico conhecido como Idade Média. As transformações econômicas decorrentes dos grandes descobrimentos encerraram o período conhecido como feudalismo.

Foram essas transformações que determinaram a vinda de portugueses e espanhóis para as novas terras descobertas, onde encontraram desde sociedades tribais que viviam principalmente da caça e da pesca e de uma incipiente agricultura, até civilizações complexas, como os astecas e maias, onde hoje é o México, e os incas, no atual Peru.

Alguns desses povos sul-americanos litorâneos foram nossos ancestrais santistas. Eles deram origem às tribos que os portugueses encontraram no início de nossa colonização.

Como isso aconteceu? Quais interesses moveram esses descobridores?

Está certo que os seres humanos da Baixada Santista já existiam há alguns milhares de anos. E construíram os sambaquis que foram utilizados pelos portugueses para a fabricação do cal usado nas edificações.

Como relatamos anteriormente, a Ilha do Casqueirinho se constituiu em um local de transformação dos sambaquis em cal, inclusive, com a construção de um porto.

Ali, associamos duas atividades: um local pré-histórico de rituais funerários e uma atividade da época colonial.

Se os sambaquis contam nossa pré-história, é com a chegada dos portugueses que se inicia nossa história, que começa a ser registrada sistematicamente e não apenas com sinais da existência de agrupamentos humanos.

Agora que já percorremos a pré-história da Baixada Santista, vamos contar sua história, mostrando como foi a ocupação desse território e a formação da identidade santista, que iniciou e determinou a ocupação do Planalto Paulista, dando origem à cidade de São Paulo.

Colonização

A Europa do século XV

Os europeus do século XV (1401 a 1500) ainda se organizavam sob uma estrutura econômica essencialmente agrária, conhecida por feudalismo, que teve início no século V (401 a 500). Nele, a posse hereditária da terra era o elemento que diferenciava as classes sociais.

A grande propriedade rural, isto é, o feudo, era concedida ao senhor feudal pelo rei. Em troca, o senhor feudal prestava serviços políticos e militares.

Um senhor feudal podia ainda conceder propriedades menores a outros senhores feudais, que lhe deveriam obediência, como ele devia ao rei.

Essa relação era conhecida como suserania e vassalagem. Abaixo de suseranos e vassalos estavam os servos, camponeses encarregados de plantar e prover a sobrevivência de todos dentro do feudo.

Esse período da história ocidental ficou conhecido por Idade Média. O esgotamento das terras e o crescimento das populações foram os principais motivos para o fim desse período. Com o surgimento do comércio e dos centros urbanos, novas classes sociais surgiram no continente europeu, principalmente aquelas ligadas ao comércio. As atividades comerciais seriam a base da economia, inaugurando um sistema econômico que a História chama de Mercantilismo.

Portugal foi um dos primeiros representantes desse modelo econômico. Seu pequeno território e sua localização lançaram o país aos oceanos e ao comércio.

As navegações

Sob a liderança do jovem D. Henrique, filho do rei D. João I, as expedições náuticas de Portugal começaram por tomar Ceuta, no norte da África, junto ao Estreito de Gibraltar.

Em 14 de agosto de 1415, uma poderosa frota lusitana invadiu a rica cidade de Ceuta, um entreposto muçulmano, para onde convergia todo o comércio entre a África árabe e a África negra. Assim começou a expansão portuguesa ao redor do globo.

Depois, navegando a oeste, chegaram à Ilha da Madeira, em 1418. Em 1427, alcançaram os Açores, depois, já em 1434, conseguiram ultrapassar o cabo Bojador, nas costas da África — passo importante para seguir rumo ao sul do continente.

Após uma sequência de descobertas ao longo do século XV, em 1487, um português chamado Bartolomeu Dias conseguiu alcançar a costa oeste da África, contornando o problemático Cabo das Tormentas, depois chamado de Cabo da Boa Esperança. O Oceano Índico era considerado pelos portugueses o último obstáculo ao continente indiano. Fornecedora dos produtos mais cobiçados na Europa, a Índia significava uma fonte segura de lucros fáceis e vultosos.

Embora mais experiente, Portugal não era o único a investir nas navegações. A Espanha também estava empenhada na busca de novos territórios. Foi numa dessas experiências espanholas que Cristóvão Colombo, um navegador da região de Gênova, ao norte da atual Itália, chegou às terras americanas em 1492. Colombo acreditava ter alcançado terras asiáticas e a notícia chegou a Portugal, que declarou direitos sobre a terra.

O caso resultou no Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 pelos dois países. O documento dividia o mundo inteiro entre os dois, tendo como referência uma linha imaginária que passa 370 léguas a oeste da Ilha de Cabo Verde.

A partir de então, Portugal e Espanha lançaram-se ao mar em expedições sucessivas. As de Américo Vespúcio, experiente navegador cujas viagens foram financiadas tanto por portugueses como por espanhóis, descobriram territórios divulgados como sendo os de um novo continente. “América” vem de seu nome.

Em 1497, a viagem de Vasco da Gama às Índias rendeu lucros da ordem de 6.000% aos comerciantes que a financiaram. Lucros desse teor atraíram muitos aventureiros para

participar das expedições.

A chegada dos portugueses ao Brasil

O sucesso de Vasco da Gama motivou a organização de uma nova expedição maior e mais bem equipada. Sob o comando do almirante Pedro Álvares Cabral, 13 navios saíram de Portugal rumo às Índias. No entanto, a frota afastou-se da costa africana e dias depois topou com sinais de terra. Sobre esse episódio, Pero Vaz de Caminha relataria posteriormente ao rei D. João II:

“E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos.” **Nota 1**

Era a Páscoa do ano de 1500. Por isso, ao avistarem um monte ao longe, os portugueses deram-lhe o nome de Monte Pascoal. A frota de Pedro Álvares Cabral aportaria no que hoje é o sul do litoral da Bahia. Satisfeitos com a descoberta, mas sem dar a ela importância, Cabral e o restante da frota retomaram a viagem para as Índias no dia seguinte à comemoração da Páscoa.

Os ensaios para a ocupação do território

Nos primeiros 30 anos após o Descobrimento, a atitude portuguesa quanto ao Brasil foi de completo desinteresse. Entretanto, as notícias sobre a descoberta de ouro e prata na parte espanhola da América inquietavam os portugueses. A presença de franceses na costa brasileira também preocupava: o rei francês, Francisco I, costumava dizer: “Gostaria muito de ver o testamento deixado por Adão dividindo as Índias entre espanhóis e portugueses”.

As primeiras expedições portuguesas ao Brasil buscavam riquezas que pudessem ser exploradas de imediato. A única que chamou a atenção foi o pau-brasil, madeira da qual se extraía um corante muito usado em tinturarias da Europa. Mesmo explorada à exaustão, a madeira não motivou a fixação dos portugueses no Brasil.

Até 1530, os únicos europeus que aqui permaneceram foram os naufragos dos navios que afundavam próximos à costa, os marinheiros que fugiam das embarcações e os degredados de Portugal. Mas apesar dessa condição marginal, esses personagens deixaram um importante registro na História.

O escolhido para o projeto de povoamento do Brasil foi o capitão Martim Afonso de Souza. O português Martim Afonso nasceu em Vila Viçosa, por volta de 1500. Era um dos melhores amigos do infante D. João, que viria a ser o rei de Portugal. Ao assumir o trono, D. João III deu a seu antigo amigo a missão de colonizar o Brasil. Martim Afonso partiu de Portugal em 1530, com a incumbência de ocupar e distribuir territórios a quem quisesse permanecer na colônia.

A partir de Pernambuco, Martim Afonso seguiu para o sul, onde imaginava encontrar o rio da Prata. De Cananéia, organizou uma expedição para lá que fosse por terra e voltasse por mar. No entanto, a viagem pelo mar fracassou, e fez com que Martim Afonso se instalasse em São Vicente.

Martim Afonso e a Vila de São Vicente

Essa estadia acidental de Martim Afonso em São Vicente mudaria o destino do povoado. Lá chegando, Martim Afonso encontrou João Ramalho, um conterrâneo que veio em uma das primeiras expedições portuguesas, por volta de 1510. Adaptando-se rapidamente à cultura indígena, acabou identificando uma oportunidade de ganhos nas lutas entre as tribos.

Ramalho convenceu os indígenas a negociar com ele os prisioneiros capturados de tribos inimigas, em vez de devorá-los como era o costume. Com isso, vendia-os como escravos às embarcações que por ali passavam. A prática acabou dando ao lugar o nome de Porto dos Escravos.

Quando Martim Afonso o encontrou, João Ramalho tinha uma condição privilegiada de poder local, **Nota 2** facilitando muito a sua inserção entre os indígenas. Com a ajuda deles, Martim Afonso explorou a região, chegando a subir a serra para conhecer as terras do planalto.

Para chegar ao planalto, Martim Afonso teria adotado a Trilha dos Tupiniquins, uma antiga

rota usada pelos índios.

Antes de deixar o povoado, o português decidiu fazer de Porto dos Escravos uma vila formalmente constituída. Atribuiu poderes oficiais a homens de sua confiança e fundou a Vila de São Vicente, a primeira do Brasil, em 1532.

A primeira tentativa de dominação

As Capitanias Hereditárias

A expedição de Martim Afonso teve um grande peso sobre as decisões da corte com relação ao Brasil. A partir dela, Portugal decidiu tentar no Brasil a estratégia de dominação que praticava na costa africana: a doação de terras a particulares. Essa prática era, na verdade, uma adaptação do costume feudal de doar terras novas à gente de confiança, para garantir sua ocupação e proteção. Dessa forma, o rei cedia territórios a parentes, servidores, à nobreza empobrecida e mesmo a comerciantes, de quem, muitas vezes, dependia.

Assim, o Brasil foi dividido em 15 quinhões paralelos à linha do Equador aos quais se deu o nome de capitanias. A de São Vicente foi doada ao próprio Martim Afonso que, envolvido no projeto comercial com as Índias, **Nota 3** deixou a administração das terras aos cuidados de sua mulher, Ana Pimentel.

O açúcar figurou como produto primordial nessa época. Raro e extremamente caro, era considerado um bem tão valioso que constava como dote precioso nos enxovais de rainhas. Foi pensando nisso que Martim Afonso trouxera mudas de cana-de-açúcar para o Brasil, vindas da Ilha da Madeira. Com elas, iniciou uma plantação em terras próximas a São Vicente e ordenou a construção de um engenho, o primeiro do Brasil. Inicialmente chamado de São Jorge, o estabelecimento foi adquirido por um alemão de nome Erasmo e passou a ser conhecido como Engenho dos Erasmos. Suas ruínas ainda persistem e representam o início do Período Açucareiro no Brasil.

Mas em termos de povoamento, o projeto fracassou. As únicas capitanias povoadas foram as de São Vicente e a de Pernambuco, em função do bem-sucedido cultivo da cana-de-açúcar. As outras 13 capitanias não conseguiram prosperar, seja por conta de condições inadequadas ao cultivo de produtos, seja por má administração de seus donatários.

A Capitania de São Vicente e o Porto de Santos

Para administrar os negócios em São Vicente, Martim Afonso deixou Brás Cubas, um fidalgo português nascido na cidade do Porto. Pessoa de sua confiança, Brás Cubas estabeleceu-se na região também como donatário de terras. Para chegar a elas, passava pelo local conhecido como Enseada de Enguaguaçu. Ali as terras eram protegidas dos ventos, com águas profundas e um morro de onde era possível avistar com facilidade os ataques de piratas e corsários. **Nota 4**

Assim, quando uma grande ressaca destruiu parte de São Vicente, Brás Cubas transferiu as atividades portuárias para aquela localidade, distante oito quilômetros. Ali, em 1543, fundou a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital de Todos os Santos. A fundação desse hospital, entre os anos de 1545 e 1547, promoveu a elevação do povoado à categoria de vila, ocasião considerada como a fundação da cidade. A categoria de vila significava atribuir autonomia ao povoado através da instalação da câmara municipal e do pelourinho, entre outras instituições da burocracia colonial portuguesa. Do nome do hospital, nasceu o nome do lugar: Santos.

A defesa da região era uma preocupação constante dos portugueses, que, por isso, fizeram construir os primeiros fortes. Além dos piratas franceses, havia as ameaças constantes dos tupinambás que ocupavam a região de Ubatuba. Os portugueses se preocupavam em expandir para lá o seu domínio através de instalações de defesa. Uma delas foi o forte de Bertioga, chefiado por Hans Staden.

Durante os séculos XVI e XVII, a região se desenvolveu muito lentamente. Os engenhos que ali se implantaram perderam importância diante da pujante produção açucareira nordestina. Além de oferecer amplitude de territórios e clima mais favorável, a capitania de Pernambuco era mais próxima da metrópole, o que barateava os fretes.

O Porto de Santos conferia alguma importância às vilas, fazendo delas passagem obrigatória das mercadorias chegadas de Portugal. Essas, no entanto, não eram muitas. Os povoados acima da serra, que poderiam atrair importações, viviam da economia de subsistência. Exploravam o trabalho escravo dos indígenas, viviam de roças de mandioca, milho e

hortaliças, além de algumas criações.

Os vicentinos e a extinção dos índios

As dificuldades de travessia da Serra do Mar eram um obstáculo para o desenvolvimento. Apenas duas rotas desciam a serra: a “Trilha dos Tupiniquins” e uma variante, atribuída ao Padre José de Anchieta, que ficou conhecida como o “Caminho do Mar”. Sobre essa estrada, o jesuíta Fernão Cardim, que visitou o Brasil em 1586, teria dito: “O caminho é cheio de tijuços [lamaçais], o pior que nunca vi e sempre íamos subindo e descendo serras altíssimas e passando rios e caudais de águas frigidíssimas”.

Íngremes, precárias e cheias de obstáculos, essas rotas dificultavam qualquer produção em larga escala. Tanto acima como abaixo da serra, a população manteve-se dedicada ao apresamento de índios. A atividade tinha sido iniciada por João Ramalho e prosperou, propagando-se através de seus inúmeros descendentes mamelucos. Para esse povo, por muito tempo, essa seria uma das poucas atividades rentáveis.

Por isso, a chegada dos jesuítas a São Paulo, por volta de 1550, seria origem de muitos conflitos. Mas para os mercadores mais audaciosos, no entanto, representou uma facilidade. É que as comunidades indígenas formadas pelos jesuítas, também conhecidas como “missões”, passaram a ser alvo constante dos vicentinos. Os índios reunidos nas missões estavam habituados ao trabalho comunitário, por isso tinham mais valor como escravos. Além disso, podiam ser capturados às dezenas em uma única expedição. Desse modo, os ataques às missões eram particularmente rentáveis para os mercadores de escravos.

O Ciclo do Ouro

Com o tempo, a Coroa portuguesa decidiu financiar expedições que partiam de São Paulo para o interior do país na busca de ouro e prata. Conhecidas como Bandeiras, essas expedições eram inspiradas na disciplina militar. Nelas, seguiam militares, representantes da burocracia colonial lusitana, índios e aventureiros. De acordo com seu regimento, as Bandeiras deveriam ter 250 homens. Mais tarde, porém, o nome “Bandeiras” banalizou-se e passou a denominar expedições com qualquer número de pessoas.

Ainda que o objetivo fosse outro, as Bandeiras seguiram aprisionando índios das tribos ou das missões jesuíticas durante toda a segunda metade do século XVII. Quando caiu em decadência, em virtude da escravidão dos negros vindos da África, a atividade já tinha criado uma cultura desbravadora entre os paulistas, igualando-os aos ameríndios na destreza de se embrenharem nos sertões.

Foi em função dela que, em 1674, o sertanista Fernão Dias foi designado para procurar por lendárias jazidas de esmeraldas. O bandeirante devassou o norte de Minas Gerais durante sete anos, até encontrar algumas pedras verdes na bacia do rio Jequitinhonha. Mas os achados de Fernão Dias não eram valiosos, conforme ele morreu acreditando. Contudo, seu nome ficou marcado porque outros sertanistas seguiram seu trajeto e acabaram descobrindo ouro. Entre os anos de 1693 e 1695 foram descobertos vestígios do metal precioso em várias localidades do sudeste de Minas Gerais. Era o início do Ciclo do Ouro.

O ouro e a abertura das rotas no Brasil

A notícia da descoberta correu a colônia e atraiu milhares de pessoas de várias partes do país. Aqueles que ainda não tinham uma firme ocupação produtiva viam na mineração uma chance para se estabelecer. Mas como todos se interessassem exclusivamente pela mineração, a região das minas sofria com a falta de víveres. Nos primeiros anos, a vida nas minas foi caótica.

Faltava todo tipo de gêneros e por isso qualquer mercadoria que ali chegasse — de vestuário a ferramentas — tinha custos altíssimos. Logo esse comércio passou a representar um meio de vida para os povoados mais próximos.

O gado para a alimentação vinha do nordeste e do sul, de onde também chegavam o couro, o charque, além de mulas, jumentos e cavalos para o transporte. Os vicentinos voltaram a dedicar-se ao comércio de escravos, cujos preços aumentaram em até cinco vezes. Outras atividades que dependiam do comércio de escravos se dinamizaram. Foi o caso da produção de aguardente e de tabaco, usados nas negociações de compra de negros da África.

O ouro extraído durante o período do ciclo nada representou para o Brasil, dado que era quase integralmente levado para Portugal. Mas criou uma condição inédita e importante para a formação do país: um mercado de consumo interno. Em função dele, rotas, caminhos e estradas foram criados. Vinham de todas as regiões em direção a Minas, e acabaram por determinar a distribuição inicial do povo brasileiro por seu território.

Ao longo dessas trilhas, as pequenas vendas e hospedarias se transformariam em povoados. Uma verdadeira rede urbana se formou ao longo desses caminhos. Eram cidades de passagem, muitas das quais trazem no nome sua origem: Pouso Alto, Pouso Alegre, Passa Quatro, Porto Feliz, entre outras. Com isso a capitania paulista também se beneficiava, uma vez que cobrava taxas de passagem. Mas no geral, continuava sem expressão no cenário da economia colonial, cujos núcleos mais rentáveis ainda eram Pernambuco e Minas Gerais.

O cenário internacional do final do século XVIII

A nova política colonial portuguesa

Enquanto Portugal investia na extração do ouro em terras brasileiras, a Inglaterra se concentrava em produzir mais rapidamente os bens de que precisava. Máquinas a vapor começavam a fazer o trabalho que antes era feito à mão. Beneficiada por algumas condições históricas e avanços tecnológicos, a Inglaterra surgia no cenário mundial como líder da **Revolução Industrial**. Depois dela, o mundo nunca mais seria o mesmo.

Além de transformar o modo de produzir bens de consumo, a Revolução Industrial provocou o surgimento de novos grupos sociais: os operários assalariados e a burguesia, que mudariam profundamente a estrutura social, até então essencialmente camponesa. Logo reivindicariam acesso ao poder político, colocando-se contra as monarquias. Para tanto, se valeriam dos princípios do **Iluminismo**, como ficou conhecido o movimento que defendia a liberdade, a igualdade, o progresso e o direito de todos à felicidade.

Portugal sentia bem os efeitos dessa revolução, pois suas relações comerciais com a Inglaterra eram deficitárias. Os portugueses consumiam mais produtos dos ingleses do que estes dos portugueses. A oferta de produtos ingleses no mercado mundial também atingia os interesses da Espanha, pois chegavam até suas colônias, através do contrabando.

Na verdade, a industrialização inglesa oferecia ao mundo do século XVIII uma forma incontestavelmente melhor de se enriquecer, se comparada ao sistema colonial.

A Portugal e Espanha restou aprofundar a exploração de suas colônias. Com a decadência da mineração, Portugal se voltou para o que, bem ou mal, já estava estabelecido e organizado no Brasil: a cana-de-açúcar.

Além disso, buscou revogar o Tratado de Tordesilhas que há muito não era mais respeitado na prática. Em 1750, sob a atuação de Alexandre de Gusmão, D. João V assinou com a Espanha o Tratado de Madrid, que estabeleceu as fronteiras de seus respectivos domínios coloniais.

São Paulo: o Morgado de Mateus

Durante boa parte do Ciclo do Ouro, a capitania de São Paulo deixara de existir, sendo anexada em 1748 ao Rio de Janeiro.

No entanto, o comércio com Minas e com o Sul tinha feito surgir caminhos e vilas por todo o território da antiga província. São Paulo se desenvolvera de forma diferente do resto da colônia. Esse desenvolvimento, associado à necessidade de fortalecer a região mais ao sul do Brasil contra invasões dos espanhóis, tornou necessário restaurar a antiga província e fortalecer seus sistemas de defesa. Para essa restauração, Portugal enviou a São Paulo um militar e nobre, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.

“Morgado” era um título de nobreza em Portugal, como conde ou duque, e Mateus era o nome da propriedade de sua família em Portugal. O Porto de Santos também foi foco de sua atenção, pois era indispensável ao sucesso de seus planos. Assim, logo que chegou a São Paulo, o governante providenciou a abertura do Porto de Santos ao comércio com a Metrópole, até então feito basicamente por Salvador e pelo Rio de Janeiro.

D. Luís governou São Paulo entre 1765 e 1775. Vinha indicado pelo Marquês do Pombal, peça importante no rearranjo colonial que Portugal se via obrigado a praticar. Era crescente seu endividamento com a Inglaterra, o que lhe exigia melhor aproveitamento dos recursos oferecidos pelo Brasil. Além disso, temia perder para os vizinhos espanhóis as regiões ao sul ocupadas pelas reduções jesuítas, conhecidas como os Sete Povos das Missões.

Coerente ao que dele se esperava, o Morgado de Mateus assumiu o governo com a clara intenção de consolidar a ocupação da capitania de São Paulo por meio do desenvolvimento econômico de todo o seu território.

Para tanto, o governador tomou várias medidas visando não apenas a ocupação do

território, mas executá-la de forma organizada. Antes de sua chegada, a ocupação da terra e sua exploração agrícola se davam com métodos muito primitivos. O agricultor desmatava uma área, plantava ali enquanto a terra aguentasse e um ou dois anos depois, abandonava o lugar e desmatava novas áreas. Isso criava uma cultura de subsistência de baixa produtividade e não garantia a ocupação permanente do território.

Fixar o homem na terra foi uma das medidas estratégicas do Morgado de Mateus. Para isso, incentivou o uso do arado e de técnicas mais eficazes de plantio e colheita. Ao mesmo tempo, tomou uma medida estratégica para apoiar essa produção: fez fundar na província ao menos 20 novas cidades que passaram a acrescentar a circulação de produção e o comércio de bens que a apoiassem.

Foi durante a gestão do Morgado de Mateus que se estabeleceu a prática de fazer censos para levantamento populacional, o que foi muito importante para definir as estratégias de ocupação do território de São Paulo. Com isso, ele criou as bases de uma estrutura produtiva que viria a render muitos frutos nos séculos seguintes.

Quanto à crônica dificuldade para atravessar a Serra do Mar, o governador providenciou obras de melhoria no caminho que existia. Segundo estudiosos, esse trabalho não foi feito a partir de um projeto, mas de um “fazer projetado”. O traçado da via ia sendo aberto a partir do Caminho do Mar, com variantes onde se supunham menor dificuldade e inclinação. **Nota 5**

Além de sua própria eficiência, o governo do Morgado foi ajudado por circunstâncias externas. Os conflitos de independência nas Antilhas, até então principal fornecedora de açúcar para o mercado internacional, elevou o valor do produto. O fato incentivou as lavouras paulistas e atraiu populações de outras capitanias. No final dos dez anos de seu governo, a população paulista tinha crescido mais do que 50%. **Nota 6** O Morgado de Mateus tinha cumprido seus objetivos.

A Calçada do Lorena

O estímulo do Morgado de Mateus à economia paulista começou a mostrar resultados importantes no governo de Bernardo José de Lorena. Iniciado em 1786, 11 anos depois da saída do Morgado, o governo de Lorena deu continuidade às diretrizes desse antecessor.

Uma de suas primeiras providências foi proibir que o açúcar paulista fosse embarcado por qualquer outro porto que não o de Santos. A iniciativa pretendia aproximar a produção paulista do comércio com a metrópole. Para isso, precisou criar uma condição melhor de travessia da Serra do Mar. A tarefa foi dada ao engenheiro-militar João da Costa Ferreira, cujo destaque na época se devia ao trabalho de reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755.

O Caminho do Mar, já melhorado pelo Morgado de Mateus, ganhou um novo traçado, foi pavimentado com pedras e ficou mais largo para dar mobilidade às manobras de transporte. Além disso, foi equipado com muretas, barreiras contra desmoronamentos e canaletas para escoar as águas fluviais, evitando com isso as erosões que poderiam encurtar sua vida útil.

A obra ficou pronta por volta de 1791. Com o tempo, foi chamada de Calçada do Lorena. Sobre ela, Frei Gaspar da Madre de Deus, **Nota 7** escreveria:

“Uma ladeira espaçosa, calçada de pedras por onde se sobe com pouca fadiga, e se desce com segurança. (...) Por meio de canais se preveniu o estrago que costumavam fazer as enxurradas; e foram abatidas as árvores que impediam o ingresso do sol, para se conservar a estrada sempre enxuta (...) não há lama, e se acabaram aqueles degraus terríveis.”

O fato é que, dez anos depois da construção dessa notável obra de engenharia, a exportação anual do açúcar paulista pelo Porto de Santos duplicou. E o mais importante: ela criou as condições de infraestrutura para que mais tarde o café se instalasse em São Paulo.

A formação da agricultura cafeeira e a Independência do Brasil

Por que o café?

A infusão feita com os frutos do cafeeiro chegou ao Brasil no começo do século XVIII. Foi introduzida, no ano de 1727, pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta, que obteve os primeiros grãos na Guiana Francesa. A bebida era conhecida e apreciada na Europa, onde competia com chás e outras bebidas estimulantes. E, ainda, atribuía-se à planta algumas qualidades terapêuticas.

Em cidades como Paris e Londres, a bebida tornou-se motivo de encontros sociais, e logo passou a ser servida em casas comerciais, os chamados “cafés” frequentados por intelectuais.

Apesar dessa demanda, naquele momento não havia no Brasil as condições produtivas para o cultivo extensivo da planta. A mineração absorvia quase toda a mão de obra e os capitais disponíveis no início dos anos 1700.

Meio século depois, o cultivo do café ganhou algum destaque, embora modesto, competindo ainda com as exportações do açúcar e também do algodão. Mas a independência das colônias inglesas e holandesas trouxe ao mercado novos consumidores.

Nos primeiros tempos, o café percorreria os caminhos do açúcar cultivado na Baixada Fluminense; depois subiria a serra em busca de melhor adaptação. Em 1806, a maior produção do café no Brasil se dava na região montanhosa de Angra dos Reis, Parati e Ubatuba, ao sul da província do Rio de Janeiro. **Nota 8**

Com a **chegada da corte ao Brasil** e a abertura dos portos brasileiros — exigência dos ingleses em troca de seu apoio à Coroa portuguesa — houve uma considerável expansão da cafeicultura.

Seguindo a direção sul do vale do Paraíba — rota de ligação entre a Província de São Paulo e a Corte no Rio de Janeiro — o crescimento das fazendas de café foi tão grande que, em 1837, ultrapassou o açúcar no *ranking* de exportações brasileiras.

Mesmo estando mais distante do Rio de Janeiro, todo esse café ainda era escoado pelo porto fluminense. O Porto de Santos dedicava-se pouco às exportações, e a Vila de Santos mantinha seu comércio voltado ao Planalto.

O tráfego pela Calçada do Lorena era restrito, pois a via ainda não comportava carros de boi. Mas, em 1840, foi construída uma estrada mais larga e menos tortuosa que a Calçada do Lorena. Tinha muito menos curvas, o que tornou bem mais rápida a viagem pela serra. **Nota 9**
Em homenagem à emancipação de D. Pedro II, o novo caminho ficou conhecido como Estrada da Maioridade.

Essa estrada ainda receberia uma melhoria importante com a ampliação de uma de suas curvas. De tão fechada, era conhecida como a Curva da Morte. Com o seu alargamento, os riscos de acidentes diminuíram e a estrada ganhou o nome de Estrada do Vergueiro.

A Independência

A vinda da Corte para o Brasil — quinze mil pessoas transportadas em 36 embarcações — deixou o povo português perplexo e amedrontado. Mas o maior prejuízo para os portugueses seria a abertura do Brasil para o comércio internacional, decretada por D. João VI em 1808. Com a abertura dos portos, os portugueses perderam a garantia de lucro fácil que o monopólio comercial com o Brasil lhes propiciava.

Além desses descontentamentos, atuavam grupos que se contrapunham à vigência da monarquia em Portugal. Diante disso, D. João VI se viu obrigado a retornar a Portugal deixando aqui D. Pedro I, com 23 anos, na condição de príncipe regente.

A política lhe era completamente estranha e D. Pedro I atuou de forma errática e indecisa. Não era para menos: representava uma monarquia que não vivia em seu próprio território; precisava atuar em nome dos interesses da metrópole, estando em território colonial; devia seu poder ao pai, chefe supremo, cuja autoridade era precariamente sustentada por ingleses

e, no pano de fundo, todo o sistema colonial estava em crise.

Nesses anos de regência, o jovem Pedro contou com a orientação do santista José Bonifácio de Andrada e Silva, advogado, filósofo e matemático, cuja família tinha a segunda maior fortuna da cidade de Santos.

José Bonifácio foi o principal articulador da separação entre Brasil e Portugal. A emancipação política do Brasil se dá no dia 6 de agosto de 1822, quando D. Pedro I assina um manifesto “às nações amigas”, declarando a independência política do país.

Assim, no dia 7 de setembro, quando D. Pedro I recebe as cartas em que Portugal ameaçava mandar tropas para invadir o Brasil, a sua condição de Imperador já era uma realidade, que ele reafirma no que ficou conhecido como o Grito do Ipiranga.

De Reino Unido a Portugal, o Brasil passou a Império Constitucional, uma solução que na prática não ocorreu. Isso porque a Constituição proposta por uma assembleia constituinte foi totalmente adulterada. Assim, a Constituição de 1824 foi feita ao sabor dos interesses do Imperador. Só considerava cidadãos os de pele branca e instituiu um parlamento eleito somente pelo voto de cidadãos de alta renda. Foi chamada sarcasticamente de Constituição da Mandioca, porque estabelecia que a riqueza necessária para fazer um votante deveria equivaler a 150 alqueires de mandioca. Alqueire era uma antiga medida de peso equivalente a 15 kg.

A Era Mauá

O desenvolvimento de São Paulo e de Salvador teve um grande impulso a partir da atração do empresário Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá. Visionário, Mauá soube identificar o quê, onde e quando empreender no Brasil. Para tanto, sua viagem à Inglaterra ainda jovem teria sido determinante. Ao visitar uma indústria de fundição de ferro, teria dito: **Nota 10**

“Era precisamente o que eu na mente contemplava como uma das necessidades primárias para ver aparecer a indústria propriamente dita no meu país [...] Era já então, como é hoje ainda, minha opinião de que o Brasil precisava de alguma indústria [...] e a indústria que manipula o ferro, sendo a mãe das outras, me parecia o alicerce dessa aspiração.”

Em 1846, então com 33 anos, Mauá iniciou sua carreira adquirindo um galpão no Rio de Janeiro. Lá desenvolveu vários negócios associados ao ferro: fundição, construção naval, serralheria, galvanização, entre outros.

Mas foi o setor de infraestrutura que levou Mauá para as páginas da história brasileira. Em 1854, criou uma bem-sucedida empresa de gás para iluminar as ruas do Rio de Janeiro. Mais tarde, vieram as ferrovias.

A adoção das ferrovias como meio de transporte era um tema muito controverso no Brasil. Alguns achavam que não haveria carga suficiente para um investimento de tal porte. Mesmo assim, coube a Mauá o pioneirismo no segmento das “railways”. A primeira ferrovia seria inaugurada no Rio de Janeiro, também em 1854, ligando a Baixada Fluminense a Petrópolis, com 18 quilômetros de extensão.

Dois anos depois, Mauá obteve a concessão para explorar uma via férrea ligando Santos à cidade de Jundiá, até onde se estendiam as lavouras cafeeiras. Os desafios técnicos eram imensos diante do relevo acidentado da Serra do Mar. Para sua realização, Mauá foi buscar capital e tecnologia na Inglaterra. Os ingleses compareceram também com a condução da obra e, principalmente, com os equipamentos. Por isso, durante muito tempo, essa estrada de ferro ficou conhecida como “A Inglesa”.

A tecnologia adotada para a ferrovia, conhecida como funicular, era específica para terrenos íngremes. Nela, os vagões funcionam como contrapeso um do outro, assim quando uma composição desce, puxa a outra por força mecânica.

A obra foi inaugurada em 1867, e seus resultados econômicos foram imediatos. No primeiro mês de funcionamento, a *São Paulo Railway Company Limited* transportou metade de todo o café exportado pelo Porto de Santos. No final do 4º mês de operação, já havia transportado 25 mil passageiros e 15 mil toneladas de carga. O capital gasto na sua instalação foi revertido rapidamente aos investidores. Mas os maiores beneficiados foram os cafeicultores, que tiveram seus custos de transporte reduzidos em mais de 30%.

O empreendimento apresentou tão bons resultados que, dali em diante, a distância entre o planalto e o Porto de Santos deixou de ser um obstáculo para a expansão da lavoura cafeeira.

Pelo contrário, virou condição para a expansão do café. Entre 1870 e 1875, quatro novas empresas ferroviárias seriam criadas partindo de São Paulo para as mais variadas direções: ao norte, para Campinas e Mogi Mirim, a oeste para Itu e a sudoeste, para Sorocaba.

O prolongamento das ferrovias era uma garantia para o investimento dos cafeicultores. Por outro lado, a expansão da cafeicultura garantia o retorno do capital investido na construção das ferrovias.

Os interesses convergentes entre o café e as ferrovias uniram capitais e garantiram um ciclo virtuoso para ambos durante um tempo. Fatores como o valor da moeda brasileira no mercado internacional, porém, repercutiam de maneira diferente nessas atividades. Por isso, não seguiram o mesmo ritmo de evolução.

Havia também outro impositivo nessa relação: a mão de obra. As facilidades de transporte impunham agilidade ao negócio cafeeiro e exigiam novos procedimentos de trabalho. Muitas lavouras já surgiam com alguma mecanização e divisão de tarefas, para as quais o trabalho escravo, em plena decadência, era considerado insatisfatório.

O fim da escravidão

De fato, a adoção da mão de obra escrava no Brasil era uma anormalidade no mundo ocidental do século XIX. Além da barbárie que representava do ponto de vista humano, era economicamente atrasada. Trabalhadores assalariados tinham não apenas direitos legais e inserção social, mas também poder de consumo, por receberem salários.

No Brasil, a resistência ao fim da escravidão provinha de uma parte da elite agrária que considerava impossível sobreviver pagando salários. Mas já havia cafeicultores que adotaram com sucesso a mão de obra assalariada. As novas ideias que vinham mudando o mundo desde o século anterior chegaram à política e à economia do Brasil.

Quando abolida, em 1888, a escravidão brasileira era a última que restara no Ocidente.

A imigração

Ainda antes da abolição, o Brasil buscou mão de obra no exterior para fazer frente à demanda da agricultura e da infraestrutura em expansão. A vinda dos imigrantes seria custeada pelo Governo Imperial.

Mesmo assim, a mudança no regime de mão de obra no Brasil foi lenta; permaneciam as resistências regionais, sobretudo no norte e nordeste. Apenas nos grandes centros urbanos as mudanças eram visíveis.

Na década de 1870, em São Paulo, a população de escravos tinha reduzido em 75%. Em contrapartida, só no ano de 1875, entraram cerca de 42 mil imigrantes no Estado, na maior parte, italianos e portugueses.

O poder público continuou investindo nessa ação. Em 1887, inaugurou em São Paulo a Hospedaria do Imigrante na região do Brás, para onde os imigrantes eram encaminhados antes de serem contratados. Lá contavam com serviços de hospedagem, cozinha e lavanderia.

A partir de 1887, o número de imigrantes cresceu exponencialmente; em dois anos apenas, entre 1888 e 1890, 800 mil imigrantes chegaram ao Brasil. A abolição do trabalho escravo contribuiu diretamente para isso.

O Porto de Santos e suas repercussões na cidade

A primeira concessão portuária

Todo o dinamismo provocado pela ferrovia Santos-Jundiaí repercutiria profundamente no Porto de Santos. Assim, quando o obstáculo da Serra do Mar foi vencido pela ferrovia, seria o porto o novo foco das atenções do governo. Era dele agora que a economia brasileira dependia, afinal, o café chegou a representar 56% das exportações brasileiras durante a década de 1870. **Nota 11** Operando em condições precárias, o Porto de Santos passou a ser um problema.

Até então, as instalações portuárias do Império não passavam de trapiches de madeira onde encostavam as “lanchas” que faziam a intermediação com as embarcações maiores, que normalmente ficavam ancoradas em águas mais profundas. Cada um desses trapiches era operado por um dono e seus escravos, que carregavam as mercadorias até os armazéns e vice-versa. Os armazéns, por sua vez, eram galpões de madeira instalados diretamente na terra, escuros e insalubres.

Naquele momento, porém, o governo não tinha disponibilidade para a tarefa de melhorar essas instalações à altura das necessidades da economia cafeeira. O Império passava por um ambiente político e social conturbado: sofria pressões da Inglaterra, das ideias libertárias das classes urbanas, dos cafeicultores escravocratas e liderava uma articulação internacional que resultaria na Guerra ao Paraguai, de 1864.

A saída encontrada foi entregar o trabalho para os empresários.

A partir de uma lei promulgada pelo Imperador Pedro II, em 1869, o governo imperial promove o que seria a primeira experiência de concessão de um serviço público à iniciativa privada. Foi aberta uma concorrência em que as empresas propoiam construir com capital próprio toda a estrutura portuária. Em troca, a vencedora teria o direito de explorar o porto por 90 anos.

A empresa que venceu a concorrência foi formada inicialmente por três gaúchos: Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée, comerciantes estabelecidos no Rio de Janeiro, e Francisco de Paula Ribeiro, concunhado de Guinle e comerciante em Santos.

Em 1888, tendo obtido a concessão, os três constituíram a Companhia Docas de Santos. Quatro anos depois, foi entregue o primeiro trecho de cais, com 260 metros. **Nota 12**

As repercussões na cidade de Santos

Até então, a cidade de Santos permanecia com as mesmas feições coloniais. Sua ocupação manteve-se praticamente assentada em torno de dois núcleos: o do Valongo, mais movimentado da vila, e o do Quartéis, ligados pela antiga rua Direita, atual rua XV de Novembro. **Nota 13**

O do Valongo tinha se desenvolvido em torno do porto e dos marcos iniciais como o Outeiro de Santa Catarina, o hospital, a Câmara Municipal e os quartéis. A população aos poucos foi ocupando as áreas laterais, aonde chegavam as canoas de mercadores do planalto. Outra tendência de ocupações foi atraída pelas relações com o planalto em terrenos mais próximos a Cubatão. É que no passado, na época do governador Lorena e do ressurgimento da cana-de-açúcar, Cubatão teve partes aterradas a fim de melhorar sua ligação com o Porto de Santos.

A partir da instalação da ferrovia, as transformações da cidade seriam sucessivas, decorrentes umas das outras. A implantação da ferrovia levaria à ampliação do porto; e esta, à necessidade de mais energia para atender suas exigências de operação.

A própria Companhia Docas de Santos se encarregou de investir nisso, construindo a Usina Hidrelétrica de Itatinga para abastecer exclusivamente o Porto de Santos. O empreendimento ficou pronto em 1910 e até hoje faz parte do complexo portuário santista.

A região central de Santos foi gradativamente abandonada em favor do bairro adjacente de Paquetá e as áreas a beira-mar, onde já haviam se instalado alguns hotéis e outros

estabelecimentos de lazer. Esse deslocamento reorientou o sentido da expansão da cidade, que antes seguia no sentido ao planalto. As avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias levavam às praias do Gonzaga e Boqueirão, respectivamente, e passaram a ser referência para a ocupação da cidade.

Esse foi o movimento espontâneo da população de Santos sob o Ciclo do Café. Mas o poder público também atuaria por objetivos sanitários.

Os canais

A revitalização das cidades chegou ao Brasil do século XIX, inspirada pelo combate a várias epidemias. E Santos era um grande foco dessas doenças. A estrada de ferro, a afluência cada vez maior dos imigrantes e seu clima, quente e úmido, colaboravam muito para isso. Enfermidades como febre amarela, peste bubônica, malária e outras passaram a ameaçar as populações do planalto, muitas das quais formadas por imigrantes que chegavam pelo Porto de Santos. Assim, a economia cafeeicultora poderia ser atingida.

O projeto de sanear a cidade ficou a cargo do engenheiro sanitário Saturnino de Brito, que via na ação das marés no estuário uma condição que favorecia as doenças. Brito concentrou sua ação na canalização do esgoto e na drenagem dos mangues, fazendo construir canais que captavam essas águas e as destinavam ao mar. Construídos a partir de 1907, e famosos na cidade, esses canais também eram usados como vias fluviais por pequenas embarcações. Com o crescimento da cidade, os nove canais de Saturnino foram referência para a organização das ruas, calçadas e pontes.

A República Velha

A política para o café

A chegada do sistema republicano no Brasil em 1889 representou a vitória das novas elites brasileiras. De 1889 a 1930, as políticas econômicas brasileiras foram formuladas sempre em torno dos interesses dos fazendeiros exportadores de café.

Seus negócios eram muito influenciados pelos preços praticados no mercado internacional, de acordo com o jogo da oferta e demanda. Assim, quando as safras eram boas e colocavam muito café no mercado internacional, havia baixa no preço do produto. Nesses casos, o governo intervinha, desvalorizando a moeda nacional perante a moeda inglesa. Desse modo, o valor baixo do café pago com moeda inglesa era compensado quando transformado em mil reis.

Evidentemente, essa política era prejudicial ao Estado, que arrecadava impostos em mil reis, mas pagava dívidas com a moeda inglesa. Por isso, outra estratégia foi tentada: diminuir a oferta do café no mercado internacional através da sua retenção interna.

O Convênio de Taubaté

Dessa vez, os responsáveis pela manobra seriam os governos estaduais interessados e não mais o governo central. São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, todos estados cafeicultores, comprometiam-se a comprar o café por um preço previamente fixado. O produto se manteria estocado em armazéns oficiais e seria negociado no mercado internacional conforme a demanda por ele fosse sendo apresentada. Assim, caso a venda não correspondesse às quantidades retidas, os prejuízos ficariam a cargo dos cofres estaduais e não para os cafeicultores.

Esse procedimento, iniciado em 1906, ficou conhecido como Convênio de Taubaté. Da mesma maneira, contrariava a lógica da oferta e procura, sobre a qual não há método de controle. Os prejuízos seriam enormes.

Bolsa de Café

Desde 1903, já havia a ideia de reunir em um único lugar as operações de venda do café. Com o Convênio de Taubaté, firmado em 1906, a ideia foi reforçada, mas não chegou a concretizar-se de imediato.

Apenas em 1917, quando o café já experimentava uma recuperação nas exportações, a Bolsa do Café iniciou suas atividades em uma pequena repartição no centro de Santos. Seu trabalho era organizar e centralizar as operações comerciais, de forma a manter acessíveis todas as informações. Com a Bolsa de Café reunindo compradores e vendedores num único lugar, a classe cafeicultora pôde, gradativamente, eliminar a intermediação dos agentes que cobravam comissões pela venda do produto.

O interesse em valorizar a imagem do café perante a sociedade justificou a construção de um prédio suntuoso para a Bolsa do Café. Mais do que simplesmente melhorar as funções e acomodações do antigo prédio, a pretensão era de erguer um verdadeiro monumento ao café.

Não sem motivo, a inauguração da imponente construção se deu no centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922. Em local privilegiado, de esquina, o prédio tinha grande visibilidade e refinamento de construção.

O fim da Primeira República

A política que privilegiava os negócios da exportação do café provocou muitos descontentamentos. A interferência do governo no valor da moeda concentrava ganhos nas mãos de uma única categoria produtiva. As crescentes perdas, porém, o governo dividia com toda a sociedade.

A prática se sustentava através da dominação política que os fazendeiros de café de São Paulo e Minas Gerais detinham desde 1889. Embora permanecesse vigente, a Constituição de 1891, que determinava eleições, na prática a democracia não funcionava. A maioria da população, ainda majoritariamente rural, votava em quem seus patrões indicavam. Eram os votos de cabresto.

Mas as estratégias adotadas para a manutenção desse poder eram muito frágeis diante das profundas transformações da sociedade brasileira.

O fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, impulsionou a incipiente indústria brasileira e, com ela, a migração das populações rurais para os centros urbanos. Entre 1890 e 1920, a população da cidade de São Paulo cresceu quase 10 vezes. Esse fenômeno traria o surgimento de grupos com novos comportamentos, culturas e pensamento crítico.

A expressão mais marcante dessas mudanças foi a Semana de Arte Moderna de 1922. Naquele mesmo ano em que os cafeicultores inauguraram a Bolsa de Café, aconteceriam as famosas exposições de pintura, escultura, poesia e música de artistas brasileiros modernistas no Teatro Municipal de São Paulo. Era uma manifestação clara de renovação de linguagem e de culto à liberdade, embora bancada pela mesma elite que havia feito fortuna com o café.

Segmentos políticos de outros estados também se ressentiam da exclusão propiciada pelo revezamento entre mineiros e paulistas na presidência. Outros, como os militares, se organizavam em movimentos de oposição, como o "Tenentismo". Por fim, a revolução soviética tinha simpatizantes no país que se agrupavam em torno de partidos clandestinos.

Em 1930, uma série de circunstâncias pôs fim à República Velha. Entre as principais, estavam a retirada dos mineiros da política do "Café com Leite", a crise de 1929 na Bolsa de Nova York e a ameaça de revolução armada dos tenentistas. O último presidente desse período, Washington Luís, foi deposto em 1930, num golpe de estado sob a liderança do gaúcho Getúlio Vargas. Foi o início da era Vargas, que duraria 15 anos e mudaria o Brasil.

O Brasil depois do café

O governo Vargas

O fim da “República Velha” retirou os cafeicultores do poder, mas os grupos que trabalharam pela sua derrota ainda não tinham coesão suficiente para uma opção de poder. No cenário econômico também não havia um grupo em torno do qual se reunissem interesses semelhantes, como aconteceu com os cafeicultores. Nem mesmo o industrial, que ainda era incipiente. Na década de 1930, a presença da indústria brasileira na economia era pequena; concentrava-se em torno dos ramos têxteis, alimentícios e uma pequena parcela em metalurgia.

Getúlio Vargas tinha assumido o poder mais em função da fragilidade da República Velha do que, propriamente, pela força de grupos mais poderosos economicamente.

O imperialismo supera o colonialismo

A riqueza gerada pela indústria mudou a lógica da dominação econômica no mundo. O poder ligado à posse territorial deu lugar a outra forma de dominação: aqueles que detinham a produção industrial passaram a ter, nos outros países, mercados abundantes para seus produtos. Notadamente a Inglaterra, e depois os Estados Unidos, passaram a ser grandes potências industriais.

Com o Brasil não foi diferente. Em São Paulo, por exemplo, a inglesa J & P Coats detinha o monopólio de linhas de costura. A escocesa Clarks Shoes vendia tantos sapatos no Brasil que decidiu instalar aqui uma fábrica.

A indústria nacional ainda era frágil. Em Minas Gerais, onde o ferro era abundante, havia uma pequena concentração de fábricas voltadas para o mercado local. Poderiam ter prosperado caso a concorrência dos importados não as alcançasse. Mas quando os trilhos da ferrovia D. Pedro II chegaram à zona metalúrgica mineira, trouxeram com eles produtos similares importados e quase todas elas malograram.

Para incrementar o desenvolvimento industrial, o presidente Getúlio Vargas decretou, em 1933, a proibição de: “Maquinismos, aparelhos ou instrumentos fabris destinados às indústrias manufadoras já existentes no país e cuja produção, a juízo do Governo, seja considerada excessiva”.

O governo acreditava que o desenvolvimento industrial se faria restringindo a entrada de concorrentes. Com o apoio dos empresários reunidos na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, passou a intervir cada vez mais na economia. No entanto, faltavam ao país outras condições que não poderiam ser criadas na “caneta”. Entre as principais estavam energia, siderurgia, combustíveis, condições legais para a livre importação e mão de obra qualificada.

Um episódio histórico ilustra bem o estágio de nossa industrialização na década de 1940. O governo de Roosevelt, preocupado com as necessidades bélicas de seu país, mandou investigar a capacidade industrial brasileira. As conclusões dessa missão davam conta de que o país ainda estava: “Em estágio primitivo de desenvolvimento industrial [...] a indústria existente ainda está empenhada na simples transformação de matérias-primas agrícolas”.

A industrialização estatal

Getúlio tinha assumido após a revolução de 1930, sob a promessa de fazer uma constituição que garantisse a democracia e as liberdades civis. No entanto, nas vésperas de cumpri-la, articulou a anulação das eleições de 1937 e manteve-se no poder até 1945. Esse período foi chamado de Estado Novo.

No Estado Novo, Vargas criou condições para a indústria se desenvolver, ou, em outras palavras, investiu dinheiro público na industrialização do Brasil. Tinha, como diretrizes de atuação, a criação da indústria de base, a execução de obras públicas de infraestrutura e o

fortalecimento da defesa nacional.

Com o apoio político dos empresários, Vargas lançou um vultoso plano, no qual figuravam a instalação de uma usina siderúrgica em Volta Redonda, da Companhia Vale do Rio Doce, de mineração, e da Usina de Paulo Afonso, no rio São Francisco. Todos esses empreendimentos tiveram o Estado como investidor e inauguraram a industrialização do país.

Em 1945, Getúlio Vargas entregou seu governo ao militar Eurico Gaspar Dutra, eleito pelo voto direto. O novo presidente tinha um programa desenvolvimentista e focou sua administração no que chamava de SALTE: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. Mas colocava-se contrário ao investimento estatal na exploração do petróleo, alegando que o país não tinha conhecimento suficiente para esse trabalho. Como não havia empresários com “fôlego” financeiro para tal magnitude de investimento, a questão foi postergada.

Foi Getúlio Vargas de volta ao poder — dessa vez, eleito pelo voto direto — que cedeu à Campanha do “Petróleo é Nosso” e criou a Petrobras em 1953. A empresa começou a funcionar, operando duas refinarias já existentes: a de Mataripe, na Bahia, e a de Cubatão, em São Paulo.

Já em 1954, a Petrobras atendia a 54% do consumo nacional de energia combustível.

Outras iniciativas estatais fomentariam o desenvolvimento industrial do Brasil. Em 1961, a Eletrobrás seria criada, mas as multinacionais energéticas, presentes no país desde o começo do século, permaneceriam no segmento de energia.

O papel do Porto de Santos

Na década de 1940, a indústria brasileira encontrava-se voltada ao abastecimento do mercado interno. Nessas condições, ainda não precisava do Porto de Santos. Assim, até a década de 1950, o porto santista movimentava cargas voltadas à importação e exportação de bens primários. **Nota 14** Mas a sua existência foi frequentemente usada como critério para decisões associadas à industrialização brasileira. Foi o caso da usina Henry Borden, da empresa canadense Light & Power. O Porto de Santos influenciou decisivamente na escolha da localização da usina.

A empresa canadense, que já abastecia a cidade, viu nos 720 metros de altura da Serra do Mar uma oportunidade natural para a produção de energia hidrelétrica. A proximidade com o Porto de Santos também foi um elemento favorável à escolha do local, já que reduziria os custos com o transporte dos equipamentos, todos vindos de fora. A usina demorou 18 meses para ser construída e foi inaugurada em 1926.

A energia gerada pela Henry Borden se tornaria insuficiente em 20 anos, quando um segundo ponto de captação de água foi construído. Dessa vez, a água seria desviada por um túnel escavado nas rochas, o que tornou o projeto bem mais complexo e difícil. A obra durou nove anos.

Para melhorar o acesso ao litoral e ao Porto de Santos, o então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, determinou a construção da Via Anchieta, uma obra ousada para a época. Adhemar, como todos os governadores durante o Estado Novo, tinha sido nomeado por Getúlio Vargas.

A rodovia Anchieta

As obras da Anchieta se iniciaram em 1939 e foram muito questionadas porque apresentavam custos altíssimos. Seu traçado atravessava trechos de morros e abismos que exigiam a abertura de túneis e a construção de viadutos. Arrojada e muito cara, levou oito anos para ser inaugurada e, mesmo assim, apenas a primeira pista seria entregue. A outra, no sentido inverso, ficaria pronta somente em 1953.

Com a nova rodovia, as cidades da baixada passariam por uma profunda transformação. Cubatão, especialmente, até então voltada às plantações de banana, **Nota 15** sofreria uma transformação sem volta. Com a inauguração da Refinaria Presidente Bernardes, a primeira grande indústria da cidade feita com o dinheiro do governo federal, outras vieram, igualmente voltadas para abastecer a indústria nacional. Foi o caso da Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA (hoje Usiminas), em 1959. Cubatão se transformaria num grande polo industrial.

A vocação turística de Santos

A riqueza trazida pelo porto e a evolução proporcionada pelos canais de Saturnino de Brito favoreceram a expansão de Santos em direção às praias. A cidade acabou se destacando pelo cenário aprazível, pela elite endinheirada que lá morava e pela variedade de atividades de lazer que atraía. O Theatro Guarany foi criado em 1881; depois vieram hotéis importantes, como o Hotel Internacional, em 1895, e o Miramar, em 1896, que oferecia cinema, ringues de patinação e sala de jogos.

No começo do século vieram o Palace Hotel e o Parque Balneário Hotel. A cidade foi ganhando monumentos e grandes espaços públicos como praças e bulevares que convidavam ao convívio ao ar livre. Foi também no começo do século XX que o famoso Clube XV deixou o centro e mudou-se para a orla. Fundado por quinze jovens da elite santista, o clube destacava-se pelos bailes sofisticados e restritos que promovia.

Assim, Santos começa a se projetar como cidade turística dentro e fora do Brasil. Em função dessa vocação, a cidade passou por um ciclo de grande atividade turística, em função do qual organizou sua economia por muitos anos.

Em 1945, foi criado um Código de Obras que a dividiu de acordo com o uso que tinha. A zona comercial ficaria com o centro e a residencial, em direção à praia. A zona portuária agregaria áreas a leste de Paquetá, Macuco e Vila Nova; a oeste, as do Valongo.

A indústria automobilística nacional

O governo Juscelino Kubitschek e a indústria automobilística

Quando Kubitschek assumiu a presidência do Brasil, em 1955, havia na América Latina um entendimento generalizado de que somente a industrialização poderia eliminar a pobreza latino-americana. Para isso, o Estado deveria intervir com planejamento e capital.

Para industrializar o país, Juscelino atraiu empresas internacionais, prometendo incentivos fiscais. As indústrias teriam facilidades na importação dos componentes dos automóveis e também na exportação dos veículos prontos.

A indústria automobilística dependia da importação de peças e a existência de um porto nas proximidades seria fundamental. Como a cidade de São Paulo era a mais populosa e pujante da época, a escolha para a instalação do parque industrial automobilístico nacional recaiu sobre a região vizinha, que incluía as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, o ABC. Foi assim que empresas como a Ford, General Motors, Volkswagen, Chrysler, Mercedes Benz e Scania se instalariam na região no final da década de 1950.

Assim como acontece com toda indústria automobilística, a brasileira também teve um efeito multiplicador de investimentos na região. Com o tempo, o ABC atraiu pequenas empresas integrantes de uma cadeia grande e diversificada de autopeças e sofreu profundas alterações. Acabou sendo o berço de uma nova classe operária industrial, que viria a influenciar decisivamente a evolução política e social do Brasil nas décadas seguintes.

O plano de metas de JK, cujo slogan de governo prometia desenvolver o Brasil “50 anos em 5”, também previa a exploração de petróleo. Assim, a partir da década de 1960, automóvel e petróleo fizeram do Brasil um país essencialmente rodoviário. As estradas de ferro foram esquecidas e todo o transporte de cargas passou a ser feito por caminhões.

O Porto de Santos após 1960

Na década de 1950, o Porto de Santos registrava recordes de movimentação de carga. Em 1953, chegou à marca de sete milhões de toneladas. Com cerca de 7.000 m² de área ocupada, o Porto de Santos movimentava mil toneladas por metro quadrado.

A partir de 1960, o Porto passou a ter influência regional, tornando-se um parâmetro na escolha dos locais para instalações industriais. Ainda nos seus primeiros passos, a indústria nacional precisava de componentes importados para operar.

As enormes plantas industriais da então COSIPA, hoje Usiminas, e da Refinaria Presidente Bernardes, juntaram-se mais 22 empresas, **Nota 16** formando um grande complexo industrial químico, siderúrgico e petroquímico.

Durante esse processo, o porto santista se expande até a ponta da praia de um lado, e de outro, até o município de Cubatão. Para possibilitar a passagem de navios, o canal sofreu constantes aprofundamentos. Nessa ocasião, áreas do outro lado do canal, no Guarujá, seriam reservadas para futuras ampliações.

No entanto, a vocação portuária da cidade conflitava com a turística. Com a fabricação nacional de automóveis, o turismo rodoviário se desenvolveu. Nessa época, entre as décadas de 1960 e 1970, o popular “fusca” da Volkswagen era, de longe, o mais visto nas ruas. A distância até a Baixada, de cerca de 70 quilômetros, era facilmente percorrida em pouco mais de uma hora.

Com o tempo, a população de turistas era tão majoritariamente superior à dos santistas que passou a sobrecarregar a infraestrutura da cidade. As suspensões de energia e a falta de água eram frequentes nos fins de semana e nas temporadas de férias.

A rodovia Anchieta se dividia entre caminhões de carga e a imensa massa de automóveis de passeio. Os congestionamentos eram enormes e o tempo de viagem chegava a durar cinco horas ou mais.

A Rodovia dos Imigrantes

Era final da década de 1960 e o governo estava sob controle militar. Sob o incentivo do General Emílio Garrastazu Médici, a equipe econômica, chefiada pelo então ministro Delfim Neto, estabeleceu uma política para tornar lucrativas as companhias estatais. O período ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”, pois se traduziu em taxas históricas de crescimento do Produto Interno Bruto.

Foi nesse contexto que o projeto de uma grande rodovia foi elaborado. A ideia era acabar definitivamente com os engarrafamentos no acesso à baixada. O projeto previa seis pistas e um traçado com menos curvas e menor declividade para garantir mais segurança à viagem. Assim, foi criada a Rodovia dos Imigrantes, uma obra colossal, com 44 viadutos, 14 túneis e sete pontes. A rodovia, em sentido único, foi inaugurada em 1976 e passou a ser usada para subida e descida da serra, alternadamente.

A melhoria ampliou a procura pelo Porto de Santos. Cargas cada vez mais distantes passaram a ser movimentadas por ele, aumentando sua área de influência para outros estados, como Mato Grosso e Goiás.

A revolução dos contêineres

Na década de 1980, o Porto de Santos foi beneficiado pela instalação de um terminal de contêineres. O fato traria sensíveis melhorias à logística de movimentação das cargas, até então feitas de forma fragmentada, exigindo muito trabalho braçal, que trazia risco de danos à carga, ao manipulador e ao meio ambiente, e ainda favorecia o extravio.

O contêiner reduziu drasticamente o tempo de carregamento e ampliou a capacidade de ocupação dos terminais através do empilhamento. O transporte da carga também foi muito beneficiado, pois ao ser acondicionada em contêineres, a mesma carga pôde ser transportada de diferentes modos.

Na década de 1980, a função turística de Santos migrou para o Guarujá e Praia Grande, mas o problema dos congestionamentos continuou. Porções do litoral norte, entre Bertioga e São Sebastião, também passaram a ser procuradas através da rodovia Imigrantes. A rodovia Anchieta foi destinada para o trânsito exclusivo de caminhões, numa tentativa de separar o tráfego de cargas, até que a segunda pista da Imigrantes fosse construída.

Dessa vez, a iniciativa foi do governo estadual que, para poupar os cofres públicos, delegou a realização do projeto à iniciativa privada, que obteve o direito de explorar os pedágios da via em troca dos vultosos investimentos usados na sua construção. A obra ficou pronta em 1998.

O mundo no final do milênio: a globalização

O fim do comunismo no mundo

Com a queda do regime comunista na Alemanha e União Soviética, a “Guerra Fria” terminou. O fim das barreiras que impediam as relações entre o mundo capitalista e comunista inseriu no mercado sociedades inteiras ávidas por consumo.

Com seus mercados internos saturados, as grandes empresas multinacionais se voltaram para essas sociedades, inaugurando uma fase de grande concorrência entre elas. Esse processo foi facilitado pela tecnologia digital, cujo desenvolvimento rápido alterou profundamente os meios de comunicação.

Notícias que vinham do outro lado do mundo passaram a ser conhecidas em pouco tempo. A distância deixou de ser obstáculo para as transações comerciais, barateando seus custos. Esse processo que transformou o modo dos países se relacionarem comercialmente foi chamado de Globalização.

Um novo alinhamento político econômico surgiu. Países desenvolvidos como EUA, Inglaterra, Alemanha e França, que tradicionalmente dominavam muitas das decisões mundiais, passaram a sofrer a influência de outros com crescente influência nos mercados. Era o caso da China, que, mesmo sob regime ditatorial, dito comunista, não pôde ser mais ignorada na linha de atuação dos países desenvolvidos. Com a abertura de sua economia e sua população de 1,3 bilhão de habitantes, passou a representar um elemento de peso na economia interna de muitos países, inclusive do Brasil.

É o caso do crescimento da produção da soja no centro-oeste do país, que nos últimos anos foi bastante influenciado pelo consumo chinês. Desse modo, desde então, qualquer movimentação na política econômica chinesa afeta fortemente nosso parque agroexportador.

Mas o Brasil também passou a desempenhar um papel importante nas decisões mundiais. Vivendo sob uma democracia consolidada, tendo uma população de quase 200 milhões de habitantes e território vasto, o país ganhou expressão no novo cenário internacional. Alinhado com a Rússia, Índia e China, na condição de “grande país em desenvolvimento”, o Brasil, a partir dos anos 2000, ascendeu ao cenário formando um bloco ao qual se deu o nome de “BRIC”. O nome, que lembra a palavra “tijolo” em inglês (*brick*), faz alusão ao peso que esses países têm na condução da economia mundial. Recentemente, a ele foi incorporado o “S” de South Africa (África do Sul), mudando a sigla para “BRICS”.

A abertura ao capital privado

O governo de Juscelino Kubitschek marcou o início de mais uma etapa na História do Brasil, na qual o Estado foi o grande financiador do desenvolvimento. Seja por incentivos fiscais, seja pelo financiamento direto de grandes indústrias. A presença do Estado em segmentos econômicos como o siderúrgico, petrolífero, rodoviário, ferroviário, financeiro, energético, entre outros, passou a ser uma marca da economia brasileira.

Esse modo de administrar levou à estatização do Porto de Santos, em 1982, quando a concessão de 90 anos dada à Companhia Docas de Santos expirou. Desde então, o Porto de Santos está sob a administração do governo, por meio da Companhia Docas do Estado de São Paulo — CODESP, uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República.

No entanto, no final da década de 1980, a atuação do Estado em áreas desnecessárias começou a ser questionada. A deficiência na oferta de serviços públicos passou a emperrar setores da economia. A demanda por telefonia, por exemplo, era tão grande que uma linha telefônica figurava como um bem patrimonial e era negociada a preços altos.

A entrega desses serviços à iniciativa privada era inevitável. As privatizações iniciadas no governo Collor, no final da década de 1980, foram largamente aplicadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002. Foi iniciativa do seu governo o estabelecimento de regras para que a sociedade fosse satisfatoriamente atendida pelos serviços que seriam

concedidos.

Assim, telefonia, energia e transportes, entre outros, foram sendo entregues à administração de empresários, sob uma série de regulamentações. A formulação e aplicação dessas regras ficaram a cargo das chamadas Agências Reguladoras, como a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Agência Nacional de Telefonia - ANATEL etc.

Em 1993, esse modelo também foi aplicado aos portos. A Lei dos Portos permitiu a construção, ampliação e exploração de instalações portuárias por terceiros. O modelo também introduziu novas formas de administrar com a criação do conceito de “porto organizado”, que desvinculou da autoridade portuária a administração e a operação dos terminais.

Ao atribuir autonomia aos terminais, a lei esperava ampliar o acesso de todos os segmentos produtivos aos serviços portuários. A ideia era incentivar a criação de novos terminais para distribuir melhor as cargas do país e eliminar os gargalos.

Santos e o Porto no novo milênio

O Porto de Santos encerrou o ano de 1993 com 36 milhões de toneladas movimentadas, um recorde histórico para o complexo. Desde então, esse volume cresceu continuamente e os recordes foram sucessivamente superados. Em 2013, a movimentação de cargas em Santos chegou a 114 milhões de toneladas.

A condição dos portos de um país é determinante para o seu crescimento e desenvolvimento. Como o maior do Brasil, Santos vive a necessidade de aprimoramento contínuo. Sua área de influência representa cerca de 55% do PIB nacional e a demanda por seus serviços tende a aumentar.

A corrente de Comércio Exterior Brasileira saltou de US\$ 100 bilhões, em 1996, para US\$ 4.891,80 bilhões, e 95% dessas trocas comerciais foram feitas por meio dos nossos portos. O aumento da participação do Brasil no comércio internacional provocou a alocação de uma nova frota de navios ainda maiores para servir a costa brasileira. Para atendê-los, é preciso garantir a estrutura adequada e isso passa por seus acessos marítimo, rodoviário e ferroviário.

O incremento da infraestrutura portuária, respondendo à demanda crescente, por sua vez, terá reflexos em todo o perfil da cidade.

Santos, hoje, já é uma cidade provida de diversos bens culturais, como museus e auditórios. Essas atividades deverão se expandir, atendendo não apenas à população local e regional, como aos muitos turistas internacionais que passam diariamente pela cidade e chegam pelo Porto. O novo terminal de passageiros contribuirá para isso — como se vê, trata-se de um ciclo virtuoso, em que o desenvolvimento do Porto estimula o desenvolvimento da cidade, e vice-versa.

O pioneiro de ontem continua mais pioneiro do que nunca. Santos, mais uma vez, abre os caminhos. Cinco séculos de História do Brasil podem ser lidos do ponto de vista da ilha de São Vicente e seu porto. A história do Porto de Santos, no sentido inverso, pode ser lida à luz da história econômica do Brasil. O futuro de um depende do futuro do outro.

Nota 1 A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA / DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO / FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL / MINISTÉRIO DA CULTURA http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf

Nota 2 Caldeira, Jorge. *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*, 1999.

Nota 3 A carta de doação que concedia a capitania de São Vicente à Martim Afonso só foi expedida em 1535, quando este já tinha partido em expedição para as Índias.

Nota 4 Gonçalves, Alcindo. *Lutas e Sonhos: cultura política e hegemonia progressista de Santos: 1945-1962*, Editora Unesp, 1995, São Paulo.

Nota 5 Denise Mendes, citada por Ricardo Felipe di Carlo, em *Exportar e Abastecer: População e Comércio em Santos: 1775 — 1836*, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2011.

Nota 6 De 78 mil em 1765, foi para 122 mil em 1776.

Nota 7 <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=606> em 02/08/2013 CALÇADA DO LORENA: um Novo Caminho para a Capitania de São Paulo no Século XVIII, Denise Mendes.

Nota 8 Ricardo Maranhão, *Brasil Império*, p. 288.

Nota 9 Silva, Vilma A., *A Campesinidade Presente na Construção do Espaço Geográfico da Cidade de Cubatão*, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2006.

Nota 10 Citado por Antônio Mendes Jr, Luiz Roncari e Ricardo Maranhão, *Brasil História Império Vol. 2*, in Ferreira Lima H., *Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento*, Ed. Edaglit. São Paulo, 1963, p. 16.

Nota 11 Mendes Jr, Antônio e Maranhão, Ricardo, *República Velha — Brasil História, Texto e Consulta*, Editora Brasiliense, 3ª ed., 1983, São Paulo, p. 72.

Nota 12 www.novomilenio.inf.br/santos/h0326.htm

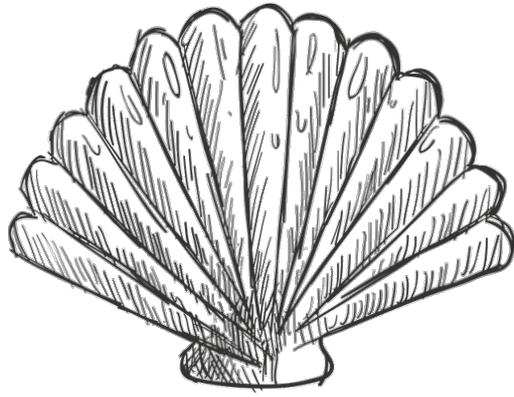
Nota 13 Souza, Clarissa D. C. *Planejamento Urbano e Políticas Públicas de Requalificação Portuária — Porto de Santos — O desafio deste novo século*, Tese de Mestrado, USP, SP, 2006.

Nota 14 Ornelas, Ronaldo S., *Relação Porto Cidade: O Caso de Santos*, FFLCH - USP, 2008.

Nota 15 Silva, Vilma A., *A Campesinidade Presente na Construção do Espaço Geográfico de Cubatão*, Dissertação de Mestrado, FFLCH — USP, 2006.

Nota 16 http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_16.pdf — Edis Milará, “Cubatão, um Modelo de Desenvolvimento Não Sustentável”, 1992.

POSFÁCIO



Um registro e uma homenagem

Toda comunidade deveria conhecer e estudar seu passado remoto e recente. Todo passado traz muitas lições. Algumas devem ser evitadas; outras, repetidas, de acordo com os novos tempos.

O passado ilumina o futuro. Nós, seres humanos, somos os únicos animais a aprender com experiências passadas, ampliamos, registramos e as apresentamos no presente, sempre com vistas ao futuro.

Este livro conta uma longa história. Ele é, ao mesmo tempo, um registro e uma homenagem.

Ele registra um compromisso com a preservação de uma memória ancestral, de 8 mil anos, e também traz acontecimentos que começaram há cerca de 500 anos. Esta é uma grande lição: em 500 anos, experimentamos transformações absolutamente impensáveis nas comunidades indígenas que aqui viviam, nossos ancestrais.

É também uma homenagem às pessoas que criaram a estrutura para o desenvolvimento de um estado. São Paulo começou a existir na Baixada Santista pelo pioneirismo de seus habitantes. E levou importantes personagens tanto para a capital do Estado quanto para a capital do Império e da República.

A Baixada Santista, Santos, o porto e suas indústrias tiveram e têm um importante papel no desenvolvimento cultural, social, político e econômico do país. É essa memória, são essas boas lições que este livro pretende valorizar e divulgar para a comunidade atual e para as futuras gerações.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, C. de. *Capítulos de História Colonial (1500 - 1800)*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954, 4^a ed.
- _____. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1989.
- AB' SABER, A. N. *A teoria dos refúgios. Origem e significado*. 2.º Congresso Nacional sobre Essências Nativas, 1, 1992. São Paulo, SP. São Paulo: Instituto Florestal, 1992, pp. 29-35.
- _____. *Regiões de Circundesnudação Pós-Cretácea, no planalto brasileiro*. Boletim Paulista de Geografia, n. 1, pp. 3-21. São Paulo, 1949.
- _____. *Os baixos chapadões do Oeste Paulista*. In: Revista de Geomorfologia, IGEOG/USP, São Paulo, 1969, v. 17, p. 23.
- ALMEIDA, F.F.M. de. *Fundamentos geológicos do relevo paulista*. Transcrito Geologia do Estado de São Paulo, n. 41, 1964. Inst. Geogr. e Geol. São Paulo. IGCEOG. Série teses e monografias, n. 14, 1964, pp. 42-46.
- AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980. Coleção Paulística, vol. 19.
- ANAIS do IX congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1997. Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2000. Cd-Rom.
- ANDRADE-LIMA, D. de. *Atlas Nacional do Brasil*. Conselho Nacional de Geografia. Vegetação, folha II, 11, 1966.
- ANDRADE LIMA, Tânia; FONSECA, Marta P. R. da; SAMPAIO, Ana C. de O. et. alli. *A Tralha Doméstica em Meados do Século XIX: Reflexos da Emergência da Pequena Burguesia do Rio de Janeiro*. Dédalo, São Paulo: Publicação Avulsa, 1989, 1, pp. 205-230.
- _____. *Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, nova série, n. 1, pp. 225-262, 1993.
- ANDRADE, Theophilo de. *Subsídios à história de São João da Boa Vista*. Scortecci Editora, São Paulo, 198 p., 2003.
- ANDREATTA, Margarida D; CHERMANN, D.; FERNANDES, V. et alli. *Salvamento arqueológico do Sítio Taboão, Mogi das Cruzes, SP*. Resumos da X Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia. São Paulo: Sociedade Brasileira de Arqueologia, 1999.
- ARAUJO, Astolfo G. de M. & CARVALHO, Marcos R. R. de. *A louça inglesa do século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu, São Paulo*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 3, 81-95, 1993.
- ARAUJO, M. R. *Análise estratigráfica do Subgrupo Itararé (Paleozoico Superior), na região entre Indaiatuba e o Ribeirão Monjolo Grande, e estudo preliminar do potencial hidrológico dos arenitos presentes na Bacia do Paraná — Brasil*. Monografia de Trabalho de Formatura, IG/USP — Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental. São Paulo, 2002, 49 p. e anexos.
- ATLAS Histórico. *Isto É Brasil, 500 anos*. S. Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1998.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. B. Horizonte/ S. Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1980.
- AZEVEDO, Fernando J. A. (curador). *São Paulo, população: 25.000 habitantes*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2002.
- AZEVEDO, José O. Oliveira. *História administrativa e política de São João da Boa Vista (1896 a 1932)*. Ed. Sarandi, São Paulo, 800p. 2009.
- BAHN, Paul G. (coord.). *The Cambridge illustrated history of archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

- BASTOS, Maria Antonieta de Toledo Ribeiro. *A cidade de Itu: berço da República, um estudo de geografia urbana até a República (1930)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Geografia) — Geografia/ FFLCH, USP, 1997.
- BATE, Luis F. *El proceso de investigación en arqueología*. Barcelona: Crítica, 1998.
- BATISTA, J. J.; SIMÕES A. S. L.; OLIVEIRA de F. A. M.; SOUSA FILHO, E. E. *Carta Geológica do Estado de São Paulo*. Folha Jundiáí. Relatório Final, volume I - Texto e mapa, escala 1: 50 000, 1986.
- BAVA DE CAMARGO, Paulo Fernando. *Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/ Iguape, SP*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) — MAE, USP, 2002.
- BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- BELLUZZO, Ana M. de Moraes. *O Brasil dos viajantes. A construção da paisagem*. Salvador: Metalivros/ Fundação Odebrecht, 1994.
- BELMONTE. *No Tempo dos Bandeirantes*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980. pp. 11-26: A Fortificação. Coleção Paulística, vol. 20.
- BISTRICHI, C.A.; Carneiro, C.D.R.; DANTAS, A.S.L.; PONÇANO, W.L.; CAMPANHA, G.A. da C.; NAGATA, N.; Almeida, M.A.; STEN, D.P.; MELO, M.S. de, CREMONINI, O.A. *Mapa geológico do Estado de São Paulo*. Escala 1:500 000, São Paulo. Publicação IPT, n. 1184 (Monografias 6), v. 2, 1981.
- BLASI, Oldemar; GAISSLER, Miguel. *Projeto arqueológico complexo arquitetônico da fazenda Mato Dentro*. Campinas: Oldemar Blasi, 1999. Folheto.
- BOXER, C. R. *A idade de Ouro do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1963.
- BRANCANTE, Eldino da Fonseca. *Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo: Lithografica Ypiranga, 1981.
- CALDARELLI, Solange. *Lições da pedra. Aspectos da ocupação pré-histórica no vale médio do rio Tietê*. São Paulo, 1983. Tese (Doutorado em História Social) — FFLCH, USP, 1983.
- _____. A arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, SAB, 14-15: 29-55, 2001-2002.
- CALIXTO, Benedito. *Capitanias Paulistas*. São Paulo: Casa Duprat e Mayença, 1927. 2ª edição.
- CAMBI, Franco; TERRENATO, Nicola. *Introduzione all'archeologia dei paesaggi*. Roma: La Nuova Itália Scientifica, 1997.
- CAMARGO, P. F. S. *História de Santana de Parnaíba*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte/ S. Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1984.
- CAPRI, Roberto. *São Paulo e seu maravilhoso progresso, 1924*. São Paulo: s. c. e., 1926. 2ª Edição.
- CARVALHO, Nilson Cardoso de. *Fazenda Monte Serrate e sua Sede no Município de Itupeva*, São Paulo, 1998. Site www.geocities.com
- CONDEPHAAT. *Patrimônio cultural paulista*. CONDEPHAAT, bens tombados (1968-1998). São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.
- _____. *Guichês e processos (1968-2001)*. São Paulo: Condephaat, 2001. Arquivo digital.
- CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955. 275p.
- CPRM. *Projeto Integração Geológica — Metalogenética*. Folha Rio de Janeiro — Carta Geológica de Campinas — SF — 23 — Y — A, escala 1:250.000, 1999.
- CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. 2ª ed.
- DE BLASIS, Paulo A. D. *Salvamento arqueológico no traçado do gasoduto Bolívia — Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo — trecho Paulínia/rio Paraná*. São Paulo: s. c. e., 1998. Relatório técnico.
- _____. & PIEDADE, Sílvia C. M. As pesquisas do Instituto de Pré-História e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*,

- São Paulo, 5, pp. 165-188, 1991.
- DEETZ, James. *In Small Things Forgotten*. Nova York: Anchoor Books, 1996.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra — nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.
- EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*. São Paulo: OESP, 1927.
- FONSECA, O. M. Z. *A Arqueologia como História*. Dédalo, São Paulo, vol. 28, pp. 39-62, 1990.
- FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1977.
- FUNARI, Pedro P. Abreu. *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: IFCH Unicamp, 1998.
- GERODETTI, João E. & CORNEJO, Carlos. *Lembranças de São Paulo: o litoral paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris edições culturais, 2001.
- GIBBON, G. *Anthropological archaeology*. Nova York: Columbia University Press, 1984.
- GIESBRECHT, Ralph M. *Um dia o trem passou por aqui*, 184p., 2001.
- GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo. Trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- GONÇALVES, Daniel Issa. *O Peabiru: uma trilha indígena cruzando São Paulo*. São Paulo: FAU-USP, 1998. Cadernos de Pesquisa do LAP.
- GOULD, Richard A. *Recovering the past*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990.
- GUIDI, Alessandro. *I metodi della ricerca archeologica*. Bari: Editori Laterza, 1998, 3ª edição.
- HACKSPACHER, P. C; GODOY, A. M.; OLIVEIRA, M. A. F. de. *Mapa Geológico Estrutural — Folha Cabreúva (SP)*. 1:50 000. DPM/IGCE/UNESP. 1994.
- HASUL, Y.; DANTAS, A. S. L.; CARNEIRO C.D.R.; BISTRICHI, C.A. *O embasamento pré-cambriano e o paleozoico em São Paulo*. Almeida et al. Mapa Geológico do Estado de São Paulo, escala 1:500 000. Publicação IPT, nº 1184 (Monografia 6), São Paulo, v. 1 (nota explicativa), 1981, pp. 12-45.
- HISTORICAL ARCHAEOLOGY. *Tucson: Society for Historical Archaeology, 1967- Trimestral*. CD-ROM. Coletânea dos volumes 1-23, 1967-1989.
- HODDER, Ian. *Interpretación en arqueologia — corrientes actuales*. Barcelona: Crítica, 1994. 2ª edição.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. 2ª edição.
- HUME, IvorNöel. *A Guideto Artifacts of Colonial America*. Nova York: Borzoi/Knopf, 1986.
- IBGE. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- _____. *Noções básicas de cartografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Série Manuais técnicos em geociências, n. 8.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Carta da Região Sudeste do Brasil — Folha Campinas, SF — 23 — Y — A — V — 4, MI- 2737-4, escala 1:50.000*. 1ª edição, 1974, 2ª Impressão, 1991.
- _____. *.. Carta do Brasil — Folha Americana, SF — 23 — Y — A — V — 3, MI-2737-3, escala 1:50.000*. 2ª edição, 1975.
- INSTITUTO Geográfico e Cartográfico. *Municípios e distritos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995.
- IPHAN. *Cadastro nacional de sítios arqueológicos*. Site www.iphan.gov.br
- JACOBUS, André L. *Resgate arqueológico e histórico do registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha/ RS)*. Taquara, 1996. Dissertação (Mestrado em História) — IFCH, PUC-RS, 1996.
- JESUS, N. *Inter-relação entre Geologia/Relevo/Solo/Vegetação e Atuação dos Processos Morfodinâmicos da Unidade de Paisagem Serra do Japi: Uma Contribuição à Conservação*. Tese de doutorado, I.G.C.E/UNESP/Rio Claro, 2004.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil — Províncias do Sul*.

- São Paulo: Martins/ Edusp, 1972.
- LEITÃO FILHO, L. F. H. A Flora Arbórea da Serra do Japi. In: MORELLATO L. P. C. *História Natural da Serra do Japi: Ecologia e preservação de uma área florestal no sudeste do Brasil*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP/FAPESP, 1992. pp. 40-62.
- LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1989. 2ª edição.
_____. *Casa Paulista*. São Paulo: Edusp, 1998.
- LEPSCH, Igo F. *Formação e conservação dos solos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
- LIBERALESSO, E. *Salto – história, vida e tradição*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. 2ª ed.
- LOURENÇO, Maria C. França et alli. *Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MADRE DE DEUS, Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1975.
- MAMEDE JÚNIOR, Benedito; CASTELLO, Dionysio; CÉLIA, José Alonso. *Aguaí: Primeiro Centenário 1889-1989*. Ed. Prisma, São João da Boa Vista, 120p., 1989.
- MAPA. *Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fund. E. Odebrecht, 1993.
- MARANCA, Silvia; SILVA, A. L. M.; SCABELLO, A. M. P. Projeto Oeste Paulista de arqueologia do baixo e médio vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 5, pp. 223-226, 1995.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973.
- MARQUES, M. E. de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil — terra de quem?* São Paulo: Nobel/ Edusp, 1991.
- MATOS, O.N. *Café e ferrovias: a evolução de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 3ª ed., Coleção Monografias 3, São Paulo, Arquivo do Estado, 1981, pp. 13-118.
- MELLO NÓBREGA, Humberto de. *História do rio Tietê*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.
- MEMÓRIA urbana: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001. 3 v. il. Fotos.
- MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN. *Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. 4ª Edição.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Editora Hucitec/Polis, 1984.
- MONTEIRO, J. Manuel. *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- MORAES REGO, L. F. de. *Notas sobre geomorfologia de São Paulo e sua gênese*. Instituto Agrônomo e Geográfico. São Paulo, 1932, 28 p.
- MORAIS, JOSÉ L. Projeto Paranapanema: avaliação e perspectiva. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 24, 1990: 142-147.
_____. Salvamento arqueológico na área de influência da pch Moji Guaçu. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5, 77-98, 1995.
_____. *Engenho São Jorge dos Erasmos — estudos de arqueologia da paisagem*. São Paulo, 1999. Relatório técnico.
_____. *Resgate arqueológico na área de influência da duplicação das rodovias SP 342 e SP 346. Preservação dos sítios Ypê e Mota Pais*. São Paulo: s. c. e., 2002. Relatório técnico.
- MORALES, Walter F. *A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII*. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) — MAE, USP, 2000.
_____. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11, 165-187, 2001.

- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.
- MOTA, Carlos G. (org.). *1822 - Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160-184.
- _____. (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. S. Paulo: Senac, 2000.
- MOURA, Carlos E. de (org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial/ Unesp/ Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- MUNSELL COLOR — Munsell Soil Color Charts — *Revise d' Edition*, New Windsor - NY, 2000.
- NEVES, A.M. *Evolução cenozoica da região de Jundiaí (SP)*. Dissertação de mestrado, I.G.C.E./UNESP/Rio Claro. 1999.
- OLIVEIRA, António R. V. de. *Memória Sobre o Melhoramento da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. Coleção Paulística, vol. 6.
- OLIVEIRA, J. B.; CAMARGO, N. M.; ROSSI, M.; CALDERANO FILHO, B. *Mapa pedológico do Estado de São Paulo*. Campinas, EMBRAPA/IAC, 1999. Escala 1:500 000.
- OLIVEIRA, J. J. Machado d'. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978. Coleção Paulística, vol. 4.
- ORSER JR., Charles. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
- PARELLADA, Cláudia I. *Análise da malha urbana de Villa Rica del Espiritu Santo*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 5, pp. 51-61, 1995.
- PENTEADO, M. M. *Estudo Geomorfológico do Sítio Urbano de Rio Claro — SP*. Notícia Geomorfológica, Campinas. 1968. Volume 21 (42): pp. 23-56.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.
- PINACOTECA do Estado de São Paulo. *Benedito Calixto: memória paulista*. São Paulo: Projeto eds. Associados/ Banespa/ Pinacoteca, 1990.
- PINSKY, V.; WYLIE, A. *Critical traditions in contemporary archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995. pp. 117-135.
- PINTO, Adolpho A. *História da viação pública de São Paulo*. São Paulo: governo do Estado, 1977, 2ª edição.
- PLENS, Cláudia R. *Terra, madeira e fogo: arqueologia da São Paulo oitocentista*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - MAE, USP, 2002.
- POCANÇO, W. L., CARNEIRO, R. D. C.; BISTRICHI, A. C.; ALMEIDA, F. F.M.; PRANDINI, L. F. *Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo*. V. 1 e 2. Escala 1:1.000.000. São Paulo, 1981.
- PRADO JR. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. pp. 139-153: Formação dos Limites Meridionais do Brasil.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Edunb, 1992.
- PROCÓPIO, Alline Guimarães; MALHEIROS, Ana Paula de Oliveira. *O sagrado e o profano em dois monumentos*. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIFAE, 93p., 2006.
- REIS, Nestor Goulart. *Memória do transporte rodoviário: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo*. São Paulo: CPA, 1990.
- _____. *Imagens do Brasil colonial*. S. Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/ FAPESP, 2000.
- _____. *Evolução urbana do Brasil, 1500-1720*. S. Paulo: Pini, 2000. 2ª ed. RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*. Madri: Akal, 1993.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ., E.M. *Programa de diagnóstico arqueológico UGE Carioba/Americana - SP*. Cotia: Documento, 2003. Relatório técnico.
- _____. & P. A. ZANETTINI. *Programa de diagnóstico arqueológico Terminal Portuário EMBRAPORT - SP*. Cotia: Documento, 2003 c. Relatório técnico.
- _____. & BAVA DE CAMARGO P. *Lauda arqueológico — LT230kv Guarulhos Anhanguera - SP*. Cotia: Documento, 2004. Relatório técnico.

- _____. & ZANETTINI P. E. *Programa de resgate arqueológico: linha de transmissão 440 KV Taquaruçu — Assis — Sumaré, SP*. São Paulo: s. c. e., 2002. Relatório técnico.
- _____. *Projeto Rodoanel Mário Covas - trecho Oeste*. Programa de pesquisa e resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural. São Paulo: s. c. e., 2003. Relatório técnico, 4 vol.
- _____. *Programa de resgate arqueológico sítio Pirajibu/Sorocaba - SP*. Cotia: Documento, 2003 a.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M.; ZANETTINI, Paulo E. *Jacaré às vésperas do descobrimento: a pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina*. Jacaré: O Expresso, 1999.
- _____. *Diagnóstico arqueológico da área de influência direta (AII) — Santa Maria da Serra*. Cotia: Documento, 1998.
- _____. *Diagnóstico arqueológico da área diretamente afetada (ADA) — Santa Maria da Serra*. Cotia: Documento, 1999.
- RODÁ, Isabel (org.). *Ciencias, metodologías y técnicas aplicadas a la arqueología*. Barcelona: Fundación “La Caixa”/ Universitat Autònoma de Barcelona, 1992.
- ROSS, Jurandy L. S. & MOROZ, Isabel C. *Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo*. São Paulo: Lab. de Geomorfologia (Geografia - FFLCH - USP)/ Lab. de Geotécnica Aplicada - Geologia Aplicada - IPT/ FAPESP, 1997.
- _____. (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003. 4ª ed.
- ROTEIROS e notícias de São Paulo colonial. São Paulo: Governo do Estado, 1977. Coleção Paulística, vol. 1.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Martins/ Edusp, 1972.
- SALTO 300 anos. *Suplemento Especial do jornal Taperá*. Salto: s.c.e., junho 1998.
- SANT’ANNA, Nuto. *São Paulo Histórico*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1944a, v. 4.
- _____. *São Paulo Histórico*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1944b, v.6.
- _____. *Metrópole*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1950, v. 1.
- _____. *São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1977.
- SANTORO; E. *Geologia da folha Cabreúva*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. IG/USP. 1984.
- SCHUYLER, Robert L. *Historical Archeology - A Guide to Substantive and Theoretical Contributions*. Nova York: Baywood Publishing Company, 1978. pp. 91-138.
- SCATAMACCHIA, Maria C. Mineiro & UCHÔA, Dorath P. O contato euroindígena visto através de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, vol. 7, pp. 153-173, 1993.
- _____.; FRANCHI, Cleide. O levantamento das estruturas do antigo aldeamento de Barueri como exemplo da pesquisa arqueológica em área urbana. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, SAB, 14-15: 75-85, 2001-2002.
- SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922, vol. I.
- SOUZA-FILHO, E. E. *Mapeamento faciológico do Subgrupo Itararé na quadrícula de Campinas (SP)*. IG/USP, São Paulo, 1986, 121 p.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. *Índios e africanos na Jundiá Colonial*. Jundiá, 2002. Série Memórias, vol. 3, 84 p.
- SLEMIAN, A.; MARTINS, A. C.; PIMENTA, J. P. G. et al. *Cronologia de história do Brasil colonial (1500-1831)*. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 1995.
- STELLA, Roseli Santaella. *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes, 1580-1640*. São Paulo: Unibero/ CenaUn, 2000. Site www.campismo.com.br, Site www.itupeva.sp.gov.br
- TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru/ S. Paulo/ Portugal: EDUSC/ UNESP/ I. Camões, 2000.
- TOSCANO, João Walter. *Itu/Centro Histórico: estudos para preservação*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — FAU-USP, 1981.
- VELOSO, H. P.; Góes-Filho, L. *Fitogeografia Brasileira: uma classificação fisionômica ecológica*

- da vegetação neotropical*. Boletim Técnico. Projeto Radambrasil. Série Vegetação, 1982.
- VITELLI, Karen D. (coord.). *Archaeological ethics*. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996.
- WECKMANN, Luis. *La Herencia Medieval del Brasil*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ZANETTINI, Paulo E. Pequeno Roteiro Para Classificação de Louças Obtidas em Pesquisas Arqueológicas de Sítios Históricos. *Arqueologia - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, Curitiba, UFPr, 1986, vol. 5, pp. 117-130.
- _____. *Calçada do Lorena: o caminho para São Paulo*, 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) — MAE, USP, 1998.
- _____. *Prospecções arqueológicas no quintal do Museu da Energia, cidade de Itu, SP*. São Paulo: s. c. e., 1998. Relatório técnico.
- _____. *Prospecções arqueológicas no sítio do Capão, município de São Paulo, SP*. São Paulo: s. c. e., 2002. Relatório técnico.
- _____; BAVA DE CAMARGO, P. F. *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?*. São Paulo: Documento/ Zanettini Arqueologia, 1999.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1990.

Galeria de imagens

ESTUDAR E CONHECER O HOMEM

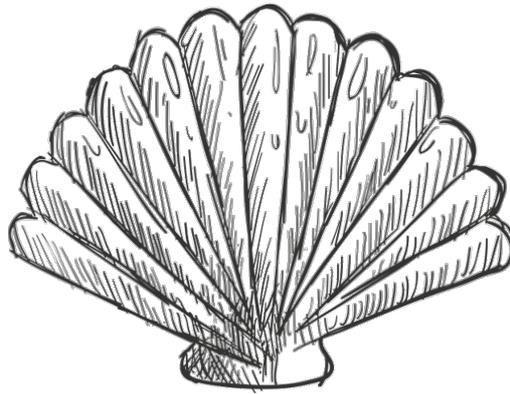


Imagem 1 - Caieira



Um exemplo de Arqueologia Histórica: imagem da Caieira, fábrica de cal existente na época do Brasil Colônia, século XVII, na Ilha do Casqueirinho, em Cubatão, Estado de São Paulo.
Foto de Manoel Gonzalez.

Imagem 2- Baixada Santista



Santos, Baixada Santista: ambiente completamente antropizado. *Foto de Gabriel Mayor.*

Imagem 3 - Lisboa



Lisboa, Baixo Chiado. Foto de Gabriel Mayor.

Imagem 4 - Caieira



Sítio arqueológico: Caieira, fábrica de cal existente na época do Brasil Colônia, século XVII, na Ilha do Casqueirinho, em Cubatão, Estado de São Paulo. Foto de Manoel Gonzalez.

UM BELO TRABALHO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES

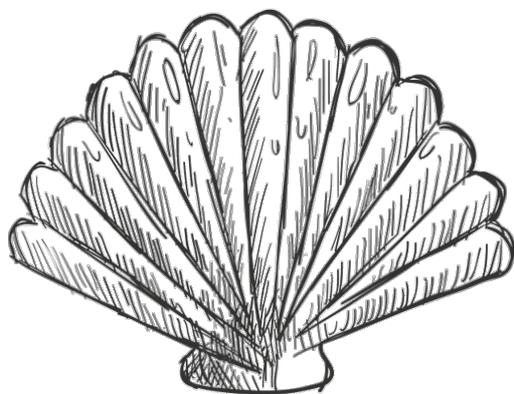


Imagem 1 - Morro da Tapera



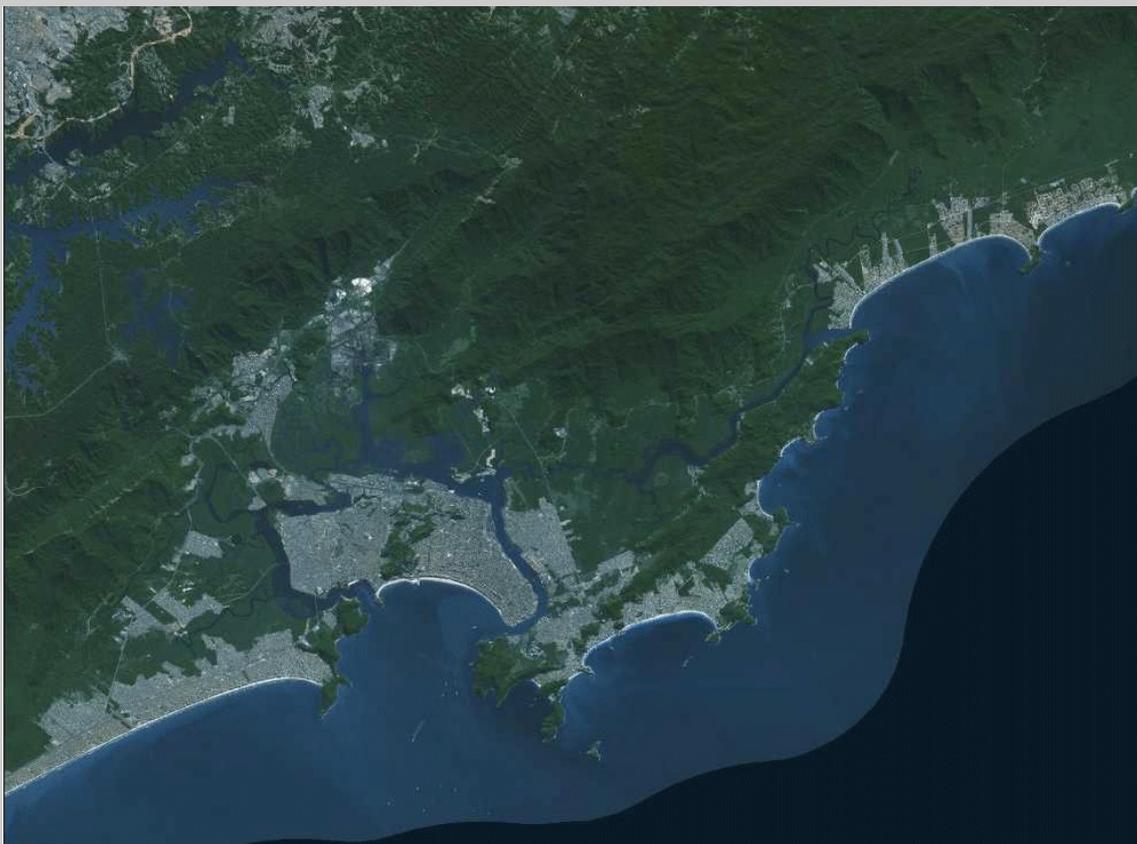
Obras na encosta do Morro da Tapera, durante a construção da usina siderúrgica, em meados da década de 1950. Foto do acervo da Usiminas.

Imagem 2 - Casqueirinho



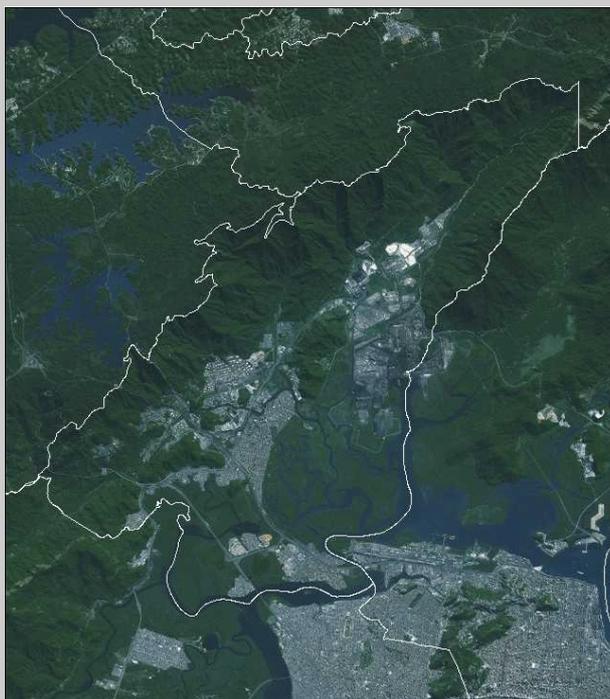
Visita de funcionários da Usiminas ao Casqueirinho, em atividade de educação patrimonial.
Foto de Manoel Gonzalez.

Imagem 3 - Aérea da Baixada Santista



Baixada Santista. *Imagem do acervo da CPEA.*

Imagem 4 - Cubatão



Município de Cubatão. *Imagem do acervo da CPEA.*

Imagem 5 - Canal de Piaçaguera

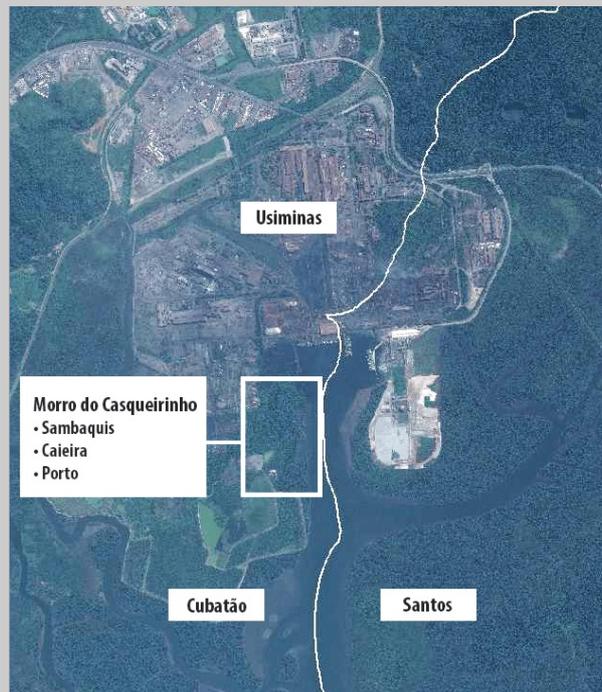
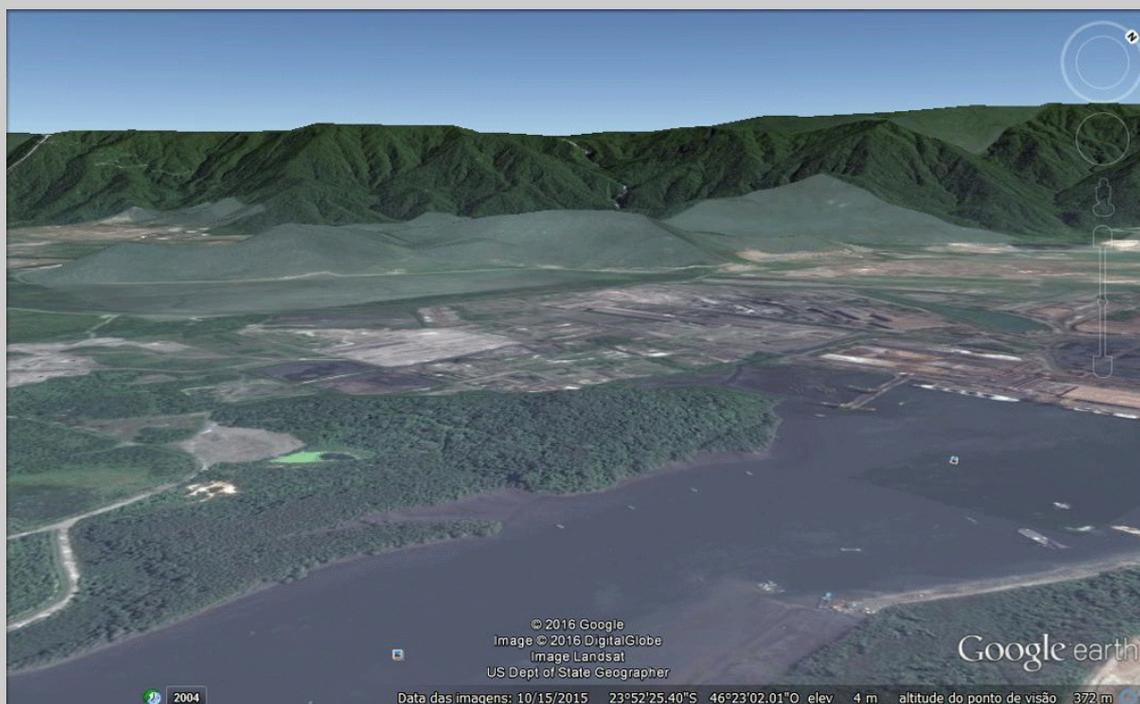


Imagem aérea do segmento a montante do canal de Piaçaguera, na divisa entre os municípios de Cubatão e Santos. A Ilha do Casqueirinho, hoje completamente ligada ao continente, ocupa o trecho marcado pelo fragmento de vegetação densa na margem direita do canal. O canal de Piaçaguera é utilizado para o acesso de navios aos terminais da Usiminas. Imagem do acervo da CPEA.

Imagem 6 - Morro do Casqueirinho



Perspectiva do Morro do Casqueirinho, em contraposição com a Serra do Mar. Imagem do Google Earth.

Imagem 7 - Casqueirinho



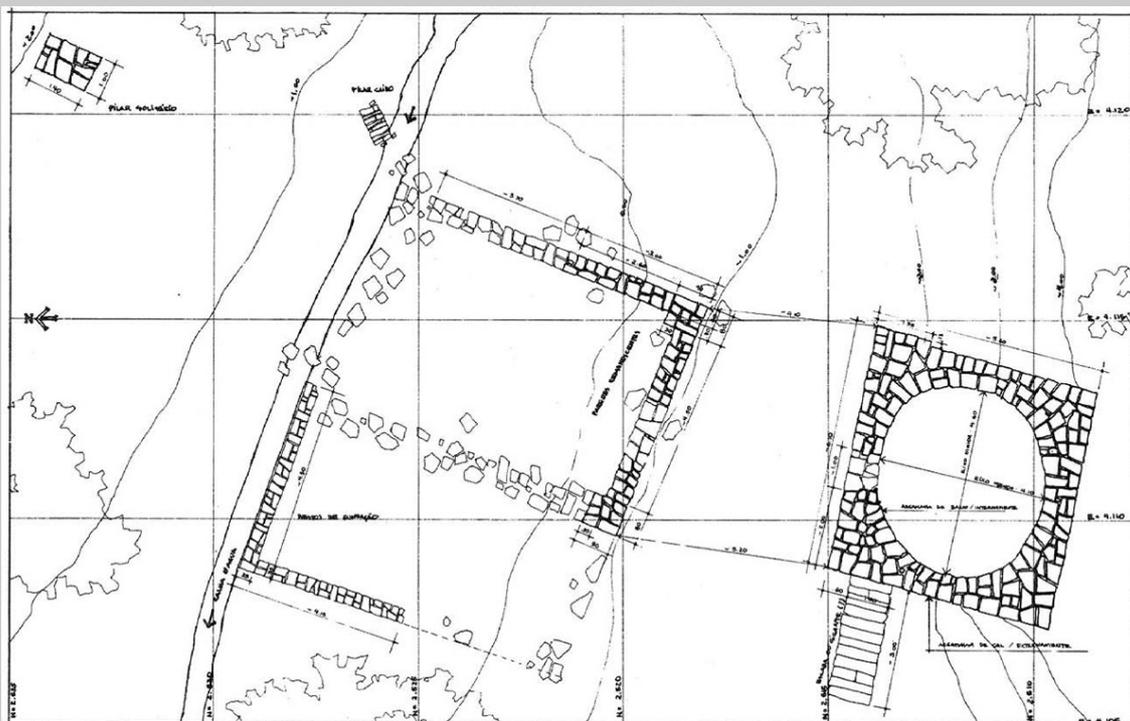
Módulo arqueológico do Casqueirinho. Imagem do Google Earth.

Imagem 8 - Sítio arqueológico



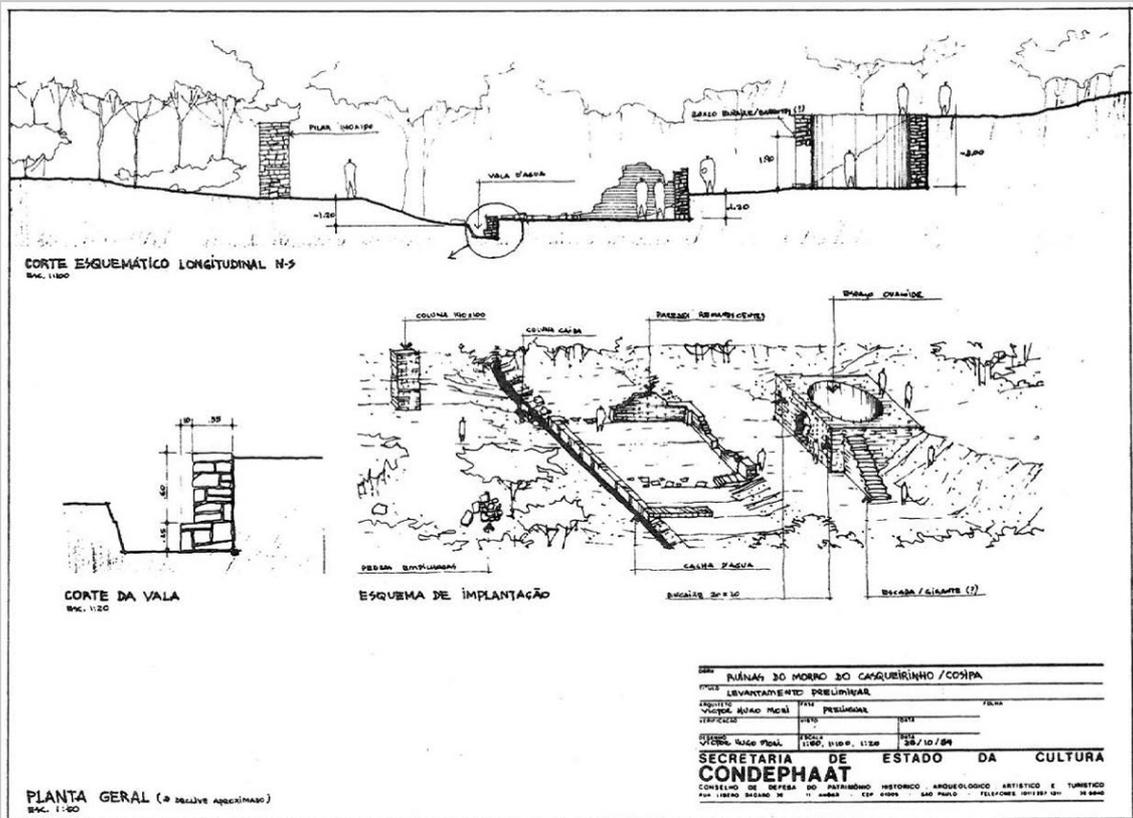
Indícios de um sistema local de sítio arqueológico. *Foto de Manoel Gonzalez.*

Imagem 9 - Recomposição virtual dos estratos arqueológicos



Planta baixa da Caieira. Croqui de Vitor Hugo Mori.

Imagem 10 - Caieira



Perspectiva da Caieira. Croqui de Vitor Hugo Mori.

PRÉ-HISTÓRIA DA BAIXADA SANTISTA

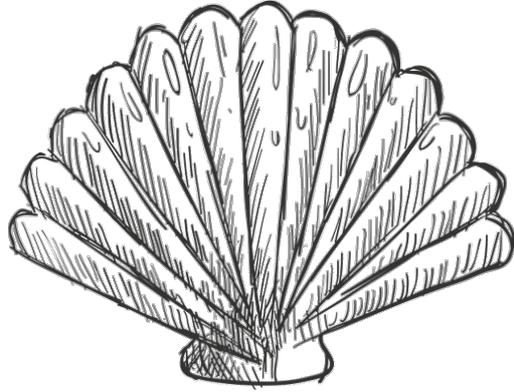


Imagem 1 - Baixada Santista



Há 5 mil anos, não havia mangue na Baixada Santista. O mar estava quatro metros acima do nível atual. A área central em destaque, onde hoje se encontra o Porto de Santos, estava submersa. Os pontos vermelhos indicam a existência de Sambaquis. *Ilustração de Antônio Palácios.*

Imagem 2 - Baixada Santista



Na Baixada Santista, com a diminuição do nível do mar, surgiram as áreas de terra, em bege, hoje ocupadas pelas cidades. *Ilustração de Antônio Palácios.*

Imagem 3 - Sambaqui



Amontoado de conchas formando um sambaqui no Rio Grande do Sul.

Imagem 4 - Concha de sambaqui



Concha de sambaqui. Foto de Manoel Gonzalez.

Imagem 5 - Sambaqui do Casqueirinho



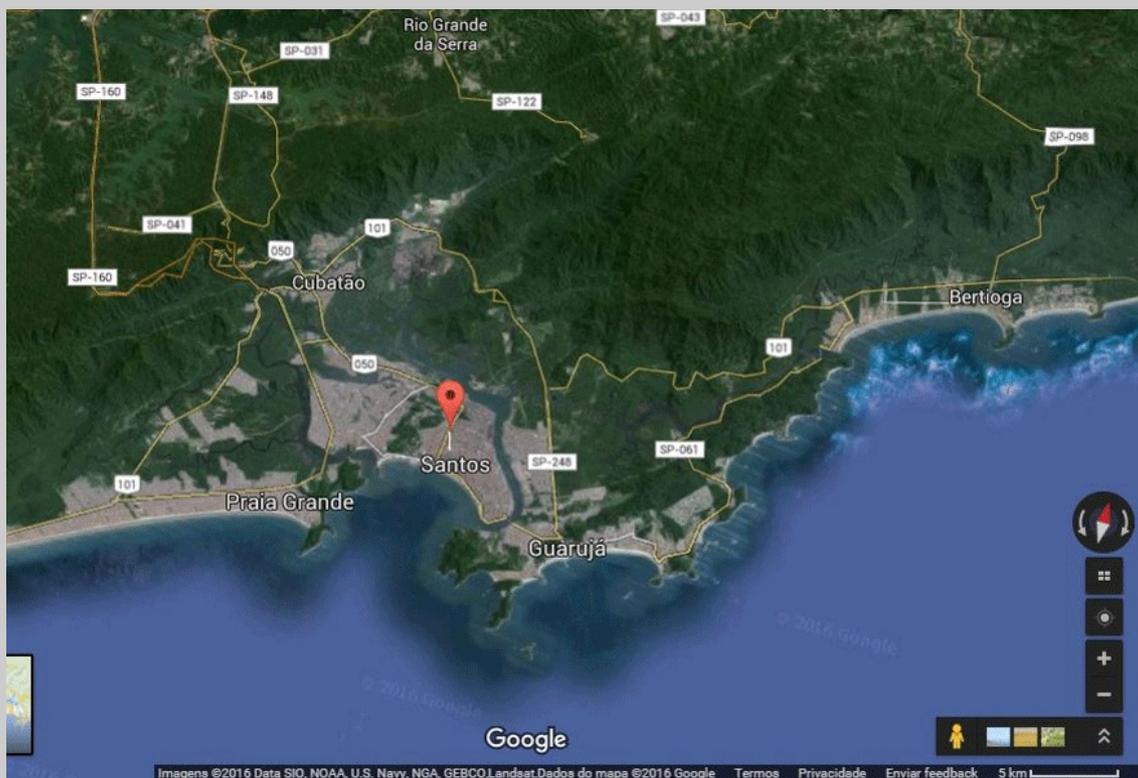
Sambaqui do Casqueirinho. Foto de Manoel Gonzalez.

Imagem 6 - Perfil do Sambaqui do Casqueirinho



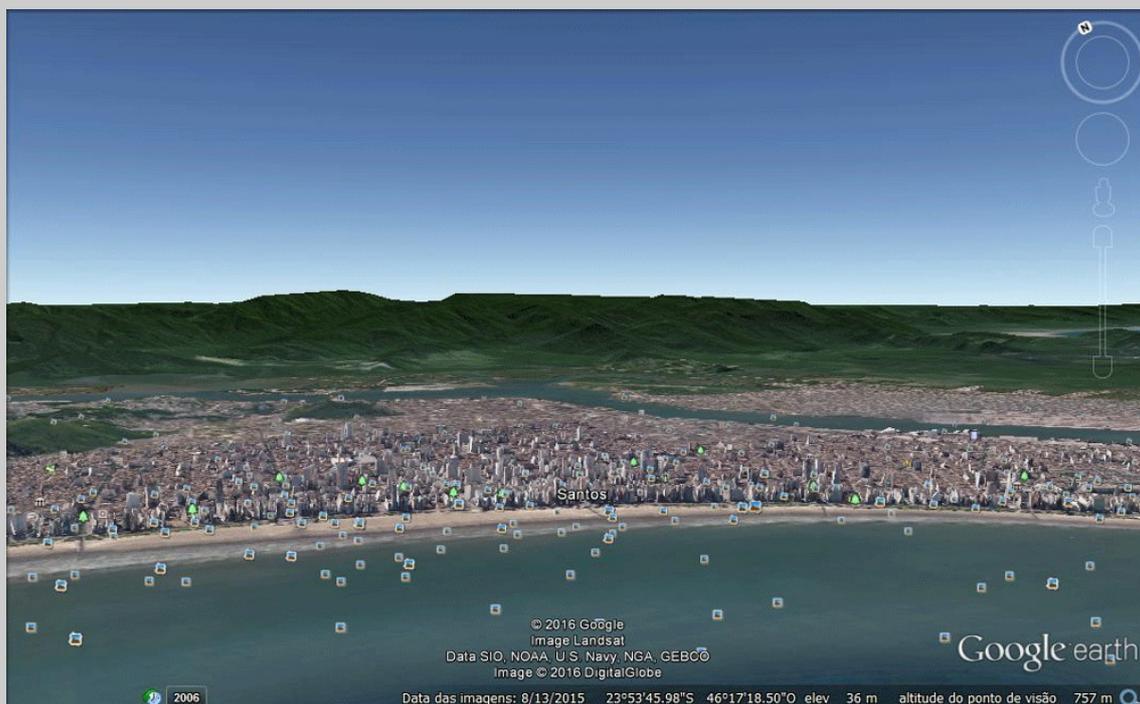
Perfil do Sambaqui do Casqueirinho. Foto de Manoel Gonzalez.

Imagem 7 - Baixada Santista em sua relação do mar com a montanha



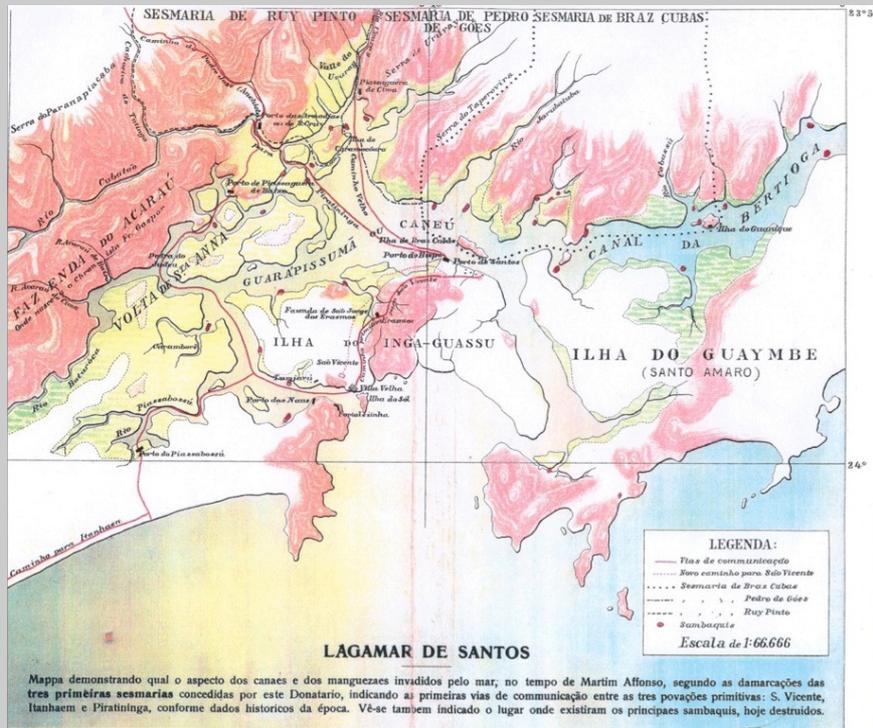
Vista aérea. Imagem do Google Maps.

Imagem 8 - Vista em perspectiva



Vista em perspectiva. Imagem do Google Earth.

Imagem 9 - Mapa de Benedito Calixto reproduzindo o Lagamar de Santos (1895)



De acordo com o mapa do pintor Benedito Calixto, existiam treze sambaquis nos atuais municípios de Cubatão, São Vicente, Guarujá e Bertioiga; outros catorze se localizavam nos estuários ao norte e oeste da Ilha de São Vicente.

Produção



Apoio



Realização



SÃO PAULO, 2016